



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS
CENTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO

Felipe Marques Carabetti Gontijo

Qual Economia Solidária?

Os sentidos da emancipação em um curso de formação

Belo Horizonte

2012

Ficha catalográfica

G641q Gontijo, Felipe Marques Carabetti.
2013 Qual economia solidária? [manuscrito] : os sentidos da
emancipação em um curso de formação / Felipe Marques
Carabetti Gontijo, 2013.
153 f.: il.

Orientador: Ana Paula Paes de Paula.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas
Gerais, Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em
Administração.

Inclui bibliografia (f. 138-144) e anexos.

1. Economia solidária – Teses. 2. Políticas públicas –
Teses. 3. Epistemologia – Teses. 4. Educação - Teses.
I. Paula, Ana Paula Paes de. II. Universidade Federal de
Minas Gerais. Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em
Administração. III. Título.

CDD: 334.7

Elaborada pela Biblioteca da FACE/UFMG – NMM/104/2013

FELIPE MARQUES CARABETTI GONTIJO

Qual Economia Solidária?

Os sentidos da emancipação em um curso de formação

Projeto de Dissertação apresentado como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Administração.

Área de concentração: Estudos Organizacionais e Sociedade.

Orientadora: Prof. Dra. Ana Paula Paes de Paula.

Belo Horizonte

2012



Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Ciências Econômicas
Departamento de Ciências Administrativas
Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração

ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO do Senhor **FELIPE MARQUES CARABETTI GONTIJO**, REGISTRO N° 497/2012. No dia 28 de maio de 2012, às 15:00 horas, reuniu-se na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, a Comissão Examinadora de Dissertação, indicada pelo Colegiado do Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração do CEPEAD, em 16 de maio de 2012, para julgar o trabalho final intitulado "**Qual Economia Solidária? Os sentidos da emancipação em um curso de formação**", requisito para a obtenção do **Grau de Mestre em Administração**, linha de pesquisa: **Estudos Organizacionais e Sociedade**. Abrindo a sessão, a Senhora Presidente da Comissão, Profª. Drª. Ana Paula Paes de Paula, após dar conhecimento aos presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra ao candidato para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores com a respectiva defesa do candidato. Logo após, a Comissão se reuniu sem a presença do candidato e do público, para julgamento e expedição do seguinte resultado final:

APROVAÇÃO;

() APROVAÇÃO CONDICIONADA A SATISFAÇÃO DAS EXIGÊNCIAS CONSTANTES NO VERSO DESTA FOLHA, NO PRAZO FIXADO PELA BANCA EXAMINADORA (NÃO SUPERIOR A 90 NOVENTA DIAS);

() REPROVAÇÃO.

O resultado final foi comunicado publicamente ao candidato pela Senhora Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente encerrou a reunião e lavrou a presente ATA, que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora. Belo Horizonte, 28 de maio de 2012.

NOMES

ASSINATURAS

Profª. Drª. Ana Paula Paes de Paula... *Ana Paula Paes*.....
ORIENTADORA (CEPEAD/UFMG)

Prof. Dr. Benedito Anselmo Martins de Oliveira... *Benedito Anselmo Martins de Oliveira*.....
(DECAC/UFESJ)

Prof. Dr. Alexandre de Pádua Carrieri... *Alexandre de Pádua Carrieri*.....
(CEPEAD/UFMG)

Celebração da subjetividade

Eu já estava há um bom tempo escrevendo Memória do Fogo, e quanto mais escrevia mais fundo ia nas histórias que contava. Começava a ser cada vez mais difícil distinguir o passado do presente: o que tinha sido estava sendo, e estava sendo à minha volta, e escrever era minha maneira de bater e abraçar. Supõe-se, porém, que os livros de história não são subjetivos.

Comentei isso tudo com José Coronel Urtecho: neste livro que estou escrevendo, pelo avesso e pelo direito, na luz ou na contraluz, olhando do jeito que for, surgem à primeira vista minhas raivas e meus amores.

E nas margens do rio San Juan, o velho poeta me disse que não se deve dar a menor importância aos fanáticos da objetividade:

- Não se preocupe –me disse.

- É assim que deve ser. Os que fazem da objetividade uma religião, mentem. Eles não querem ser objetivos, mentira: querem ser objetos, para salvar-se da dor humana.

(Eduardo Galeano- O Livro dos Abraços)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO E AGRADECIMENTOS	6
LISTA DE SIGLAS	11
ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES	12
RESUMO	13
1. INTRODUÇÃO	15
1.1. Problema de Pesquisa	21
1.2. Objetivo Geral	22
1.3. Objetivos Específicos	22
1.4. Justificativas	23
2. A ECONOMIA SOLIDÁRIA	25
2.1. As origens da economia solidária: o cooperativismo, o associacionismo.	25
2.2. As variantes das discussões atuais na economia solidária	34
2.3. A discussão da emancipação na economia solidária	40
3. A FORMAÇÃO	45
4. PERCURSO EPISTÊMICO E METODOLÓGICO	51
4.1. Breves notas de uma “ontoepistemologia”: como entendo, aproximo e encosto no mundo	51
4.2. Metodologia	61
4.2.1. Conhecendo o objeto	62
4.2.2. A pesquisa e análise documental (parte 1)	66
4.2.3. Etnografia e a antropologia interpretativa (parte 2)	70
4.2.4. Pesquisa de tipo etnográfico na educação (parte 2, continuação)	75
5. CONSTRUÇÃO E ANÁLISE DE DADOS	79
5.1. Os documentos oficiais	86
5.2. Os materiais do curso	97

5.3. Os espaços do curso	110
5.4. O Curso, a vertente “Economia Solidária Crítica ao Capitalismo” e a Formação para emancipação.	128
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	135
7. REFERÊNCIAS	138
ANEXO I- Cronologia do surgimento da SENAES e do FBES	146
ANEXO II – O <i>corpus</i> da pesquisa	147
ANEXO III – Participantes do Curso	150

APRESENTAÇÃO E AGRADECIMENTOS

Essa apresentação é tanto uma apresentação do autor quanto desse texto. Ao longo da história que conto sobre parte da minha trajetória acadêmica que acabou me levando à economia solidária e a alguns assuntos que estão no pano de fundo desse trabalho aproveito para citar e agradecer algumas pessoas que foram importantes nessa caminhada. Fatalmente esquecer-me-ei de algumas e para elas peço desculpas, antecipadamente.

Meu primeiro contato com economia solidária aconteceu no Programa Pólos de Cidadania. A coordenadora do projeto/ programa era a Profa. Dra. Miracy Gustin, pessoa a quem tenho muito a agradecer por todo o conhecimento e sensibilidade transmitida mesmo nos encontros curtos de corredor. O Pólos, como é conhecido, trata-se de um projeto de pesquisa e extensão da Faculdade de Direito da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais) que desenvolve temas como a resolução de conflitos extrajudicialmente, cidadania e emancipação em vilas e favelas de Belo Horizonte. Quando estava ainda no quarto período de Ciências Sociais na UFMG ficamos, eu (como orientador de campo) e minha equipe, responsáveis de articular um grupo de geração de renda com bases na economia solidária. Como não sabíamos muito sobre, o pessoal do Pólos organizou uma capacitação conosco onde falaram sobre cooperativismo, seus princípios e o marco legal das cooperativas no Brasil (o enfoque foi principalmente jurídico). A partir disso, iniciamos reuniões com as potenciais cooperadas e ao mesmo tempo em que aprendíamos mais sobre o assunto íamos passando para elas. Nosso conhecimento e experiência não foram suficientes para fazermos o grupo começar (e mesmo que não tenha sido esse o motivo de não ter começado, éramos muito crus no campo da economia solidária). Por conta de outras demandas da comunidade na qual trabalhávamos e da falta de maior apoio do próprio Pólos a ação de economia solidária foi ficando em segundo plano até que se encerrou, mas o tema permaneceu na minha cabeça.

Alguns anos mais tarde, nos últimos períodos da faculdade, e já trabalhando como bolsista de iniciação científica do NEOS e do NEGP¹, tive a oportunidade de ter maior contato com a economia solidária. Como bolsista de iniciação científica participei de projetos como

¹ NEOS é o Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade e NEGP é o Núcleo de Estudos em Gestão Pública. Ambos são núcleos de pesquisa do Centro de Pós-Graduação em Administração (CEPEAD) da FACE/ UFMG.

“Economia Solidária e Políticas Sociais: o caso da habitação em Belo Horizonte e Lisboa” e “Economia Solidária e Pedagogia Crítica: Analisando Experiências Alternativas em Minas Gerais e outros Estados Brasileiros” da Profa. Dra. Ana Paula Paes de Paula, a quem devo muito por ter me acompanhado desde a iniciação científica, orientação de monografia e agora a orientação no mestrado. A ela agradeço não só por esse acompanhamento, mas também por todo seu conhecimento que de alguma forma pude ter contato e que me ajudou a entender melhor o mundo a partir de uma visão crítica. Além disso, também sou grato à sua compreensão pelas minhas dificuldades e a coragem de muitas vezes me deixar buscar o meu próprio caminho. Essas experiências também chamaram a minha atenção para a importância da formação e, principalmente, da formação crítica para a construção de uma sociedade melhor.

Nos tempos de iniciação científica também pude fazer uma disciplina de economia solidária na FACE. Disciplina essa ministrada à época por um mestrando que foi um dos maiores entusiastas da economia solidária que tinha conhecido até então, Daniel Calbino Pinheiro. A partir dessa disciplina e das conversas após as aulas com meu, então, professor de economia solidária tentávamos elaborar reflexões sobre o assunto. Daniel propôs então que formássemos um grupo de estudos em economia solidária e também um grupo de atuação, como uma Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários (ITES). Montamos o grupo e convidamos os colegas que estudavam assuntos relacionados à economia solidária. Ao final ficamos Daniel, Dimitri Toledo, Leonardo Mascarenhas (todos colegas de mestrado à época) Cleiton Klechen e eu. A esses cinco amigos tenho muito a agradecer por todo apoio que sempre me deram e pelas discussões sempre profundas acerca da economia solidária e assuntos correlatos. Foi nesse grupo que surgiu um dos primeiros grandes debates que estão no pano de fundo da presente pesquisa: a economia solidária dentro do Estado representa uma vitória política do movimento ou um risco de uma incorporação domesticada (cooptação) desse novo ator social?

Essa questão nos pareceu pertinente principalmente pelas discussões sobre a forma de incorporação de novos atores políticos na política formal brasileira ao longo do século XX. Discussão essa que pude ter contato em disciplina cursada à época no curso de Ciências Sociais. A partir da consideração de alguns autores sobre o tema, e seus posicionamentos

diferentes poder-se-ia considerar essa incorporação de duas formas: como uma cooptação desses novos atores por parte do Estado (SCHWARTZMAN, 1970)²; ou a constituição e expansão paulatina e do mercado político brasileiro. A primeira seria uma característica de um sistema político hierarquizado em que a distribuição de autoridades deriva do cume. Nesse sistema a participação política é feita por meio da cooptação de lideranças políticas pelo centro do poder. Schwartzman entende que a forma predominante de incorporação da sociedade civil no estado brasileiro é a cooptação, em detrimento à representação social, e identifica isso como um traço de autoritarismo do Estado brasileiro. Por outro lado, Reis (2000)³, embora de acordo com Schwartzman sobre tal características do Estado brasileiro, não parte do mesmo princípio de oposição entre Estado e sociedade e percebe essa “incorporação domesticada de novas forças sociais ao processo político” (REIS, 2000, p.255) de forma diferente. Ele entende esse processo como uma etapa precípua da constituição do que chama de mercado político e de um período de “institucionalização do poder” ou “*state-building*” que, de forma simples, é parte do processo de constituição de uma democracia liberal e plural. Sem nos prendermos às minúcias desses argumentos, o que importa dessa discussão é a reflexão gerada acerca dos riscos e dos ganhos que a “entrada” no Estado pode gerar para o movimento da economia solidária.

Outra questão relacionada a essa diz respeito às políticas públicas. Mais uma vez, ainda na graduação de Ciências Sociais, tive contato com a problemática das políticas públicas. Aproveito aqui para agradecer a Profa. Vera Alice que ministrou a disciplina de Políticas Públicas, assim como a Política Brasileira II (donde tive contato com a discussão apresentada logo anteriormente), e que, portadora de um profundo conhecimento sobre política e política brasileira, me ensinou muito sobre esses temas. Aprendi com ela, sobretudo, a tentar ser bastante rigoroso e claro em meus textos. A respeito das aulas de políticas públicas ressalto que o texto de Siman (2005) teve grande impacto nas minhas reflexões acerca da economia solidária e políticas públicas, principalmente, de formação. A autora propôs-se estudar a implementação da política de qualificação profissional em Minas Gerais, entre os anos de

² SCHWARTZMAN, S. **Representação e Cooptação Política no Brasil**. Revista Dados, 7, 1970, pp. 9-41.

³ REIS, F. W. **Teoria e Sociedade Brasileira**. In: REIS, F. W.. Mercado e Utopia. Teoria política e sociedade brasileira. São Paulo: Edusp, 2000, 229-256.

1996 e 2002, que fazia parte do Plano Nacional de Qualificação Profissional-PLANFOR, elaborado dentro do Ministério do Trabalho e Emprego. Nesse trabalho ela ressaltou diversos aspectos importantes na análise de políticas públicas que podem influenciar positiva ou negativamente seus resultados. Esses aspectos, embora não tenham sido utilizados ostensivamente no presente trabalho, sempre tiveram presentes no meu pensamento e influenciaram diversas escolhas acerca do caminho a seguir para viabilizar a pesquisa que foi proposta. Alguns desses aspectos são: a engenharia institucional (as normas, regulamentos e mecanismos formalmente definidos que organizam o funcionamento das agências de implementação); aspectos comportamentais (os valores, interesses e capacidade cognitiva dos agentes); e os aspectos organizacionais (os atores coletivos que mesmo fora do Estado podem influenciar em suas ações, pois interagem de alguma forma com as agências implementadoras das políticas como: a sociedade civil organizada, os lobistas e potenciais prestadores de serviços).

Outras pessoas que não poderia deixar de citar são os professores Carrieri e Benedito, por terem contribuído com seriedade e rigor o meu trabalho na qualidade que tinham de examinadores na minha defesa de projeto. Agradeço-os, também por terem aceitado o convite para participar da minha banca de defesa de dissertação. Ao Carrieri, mais um agradecimento pelas discussões epistemológicas e metodológicas que contribuíram bastante para o presente trabalho.

Tenho que citar também Ana Paula Diniz, colega do mestrado que me acolheu e auxiliou em momentos de desespero, me ajudando a recobrar a calma e a vislumbrar algumas possibilidades quando tudo parecia muito confuso. Outros colegas também muito importantes foram a Raquel Barreto com sua voz calma e pensamento positivo, Daniel Gomes com seus bons argumentos e sempre um bom amigo, e a Ana Luiza por compartilharmos algumas vezes as angústias do mestrado. Agradeço também ao Amon Barros, Chambinho e ao Rafa, colegas que embora do doutorado, sempre mantiveram próximo contato e me ajudaram com suas experiências.

Aos familiares todos e principalmente à Ludmilla minha irmã mais velha e minha debatedora (difícil de vencer) em todos e quaisquer assuntos; à Luciana, irmã mais nova, à minha mãe e

avós pelo carinho e pela estabilidade financeira e emocional imprescindível para a conclusão dessa etapa. E, finalmente, à minha ex-companheira Marina que esteve ao meu lado a maior parte dessa caminhada e foi fundamental para que eu conseguisse ingressar no Mestrado e chegar até o fim, vivo e quase são.

Por fim, gostaria de agradecer à equipe de coordenação do curso que pesquisei, principalmente à Roseny, que sempre se disponibilizaram em me ajudar e o fizeram com muita boa vontade. Aos demais participantes, também, o meu muito obrigado por me acolheram de forma tão calorosa a ponto de me dificultarem assumir a postura antropológica do distanciamento e estranhamento. Obrigado a todos. Vamos ao texto.

LISTA DE SIGLAS

ANTEAG - Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas de Autogestão e de Participação Acionária

CEBs- Comunidades Eclesiais de Base

CEPEAD- Centro de Pós-graduação e Pesquisa em Administração

CFES - Centro de Formação em Economia Solidária

CFES-SE - Centro de Formação em Economia Solidária Sudeste

CNBB- Conferência Nacional de Bispos do Brasil

CNES- Conselho Nacional de Economia Solidária

CUT - Central Única dos Trabalhadores

EBA- Economia Baseada na Abundância

EES – Empreendimento Econômico Solidário

EJA - Educação de Jovens e Adultos

ES - Economia Solidária

FBES - Fórum Brasileiro de Economia Solidária

FSM - Fórum Social Mundial

GT – Brasileiro - Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária

IMS - Instituto Marista de Solidariedade

NESTH - Núcleo de Estudos Sobre o Trabalho Humano

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego

ONG - Organizações Não Governamentais

PT- Partido dos Trabalhadores

SENAES - Secretaria Nacional de Economia Solidária

UBEE - União Brasileira de Educação e Ensino

UFMG- Universidade Federal de Minas Gerais

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Organograma das políticas públicas da SENAES. Destaque para o CFES-SE. _____	64
Figura 2. Tabela de Indicadores das Categorias à Priori. _____	69

RESUMO

O presente trabalho buscou estudar um curso de Formação de Formadores em Economia Solidária, parte de uma política pública do governo federal voltada para o desenvolvimento da Economia Solidária (ES) no país. No intuito de entender as potências e limitações desse curso para disseminação e/ou reflexão desse tema nos termos propostos pelo movimento de ES, propôs-se relacionar e comparar entre si os três espaços/ momentos considerados relevantes para tal análise: a “pré-concepção”, a concepção e a implementação do curso. Para a construção dos dados desse estudo adotou-se a postura epistemológica de Gonzáles-Rey da Epistemologia Qualitativa. A pesquisa foi dividida em duas etapas, uma documental e outra etnográfica que deram conta dos três espaços diferentes do curso. Para os dois primeiros espaços utilizou-se a pesquisa documental. Para o espaço propriamente do curso tanto a pesquisa documental como a etnográfica na educação foram utilizadas. Empregou-se a análise de conteúdo para organizar as informações e construir os dados. Após o percurso da pesquisa foi possível perceber que no caso específico do curso estudado, a “entrada” do movimento de ES no estado, como é considerada pelo secretário da SENAES e teórico da economia solidária Paul Singer, não distorce a proposta do movimento. Há, entre os três momentos, uma consonância dos sentidos de emancipação e das concepções de economia solidária. As diferenças de ênfase ou de propostas se deram mais por diferentes objetivos das comunicações que necessariamente pela disputa clara de projetos distintos para a ES. Contudo, ressalva-se que se, por um lado, a adoção ocorrida por vezes de um discurso moderado e mais palatável por parte da SENAES pode ajudar a expandir e a abrir portas para a ES em espaços a princípio não anticapitalistas, por outro, pode deixá-la mais vulnerável a deturpações e a uso para objetivos opostos aos que busca. Por fim, avaliou-se que o curso apresenta como limitação principalmente o pouco tempo para: tratar e discutir temas extensos e complexos e permitir maior participação dos educandos. As potencialidades foram a consonância entre os sentidos da emancipação e concepções de ES entre os momentos, os conteúdos críticos, as variedades de visões e as práticas emancipatórias (participação, autogestão de alguns espaços do curso, debates, etc.) ensinadas no curso.

Palavras-chave: Economia Solidária. Política Pública. Formação Crítica. Epistemologia Qualitativa. Etnografia na Educação.

ABSTRACT

This work studied a course for Training Trainers in Solidarity Economy, part of a public policy of the federal government focused on the development of Solidarity Economy (SE) in the country. In order to understand the strengths and limitations of this course for the dissemination and/or reflection of this theme, as proposed by the ES social movement, it has been proposed to relate and compare among each other the three spaces/moments considered relevant to this analysis: the "pre-conception", the conception, and the implementation of the course. For the construction of the data this work adopted the epistemological stance of Gonzales-Rey of Qualitative Epistemology. The research was divided into two stages, one documental and another ethnographic, given account of three different areas of the course . For the first two spaces it was used documental research. For the course space itself, both documental and education ethnographic were used. Content analysis were applied to organize the information and build the data. After the analysis it was revealed that, in the specific case of the course, the "entrance" of the ES movement in the government, as it is considered by the SENAES Secretary and solidarity economy theorist Paul Singer, does not distort the movement. There is, among the three moments, a consistent sense of emancipation and about the conceptions of solidarity economy. The differences in emphasis or proposals occur more by different objectives of the communications than necessarily by a clear dispute among different ES projects. However, it must be emphasized that, if on one hand, the adoption of a moderate and more palatable discourse by the SENAES can help expand and open doors for ES in spaces not anti-capitalist in principle, on the other, it can make ES more vulnerable to misrepresentations and to be used in opposed directions to its original goals. Finally, it was evaluated that the course presents limitations especially for its short duration to: discuss large and complex topics and allow greater participation by the learners. The strengths were the consistency between the senses of empowerment and conceptions of ES among the three moments, critical content, varieties of visions and emancipatory practices (participation, self-management of some areas of the course, debates, etc.) stimulated during the course.

Keywords: Solidarity Economy. Public Policy. Critical Education. Qualitative Epistemology. Education Ethnography.

1. INTRODUÇÃO

Acontecimentos recentes da história do Brasil têm feito com que se torne crescente o interesse nas iniciativas entendidas como parte do que se usou chamar de forma mais abrangente de economia solidária (ES). Alguns motivos para isso são o crescimento do número de empreendimentos econômicos solidários no país, nos últimos anos, e o movimento representado pelo Fórum Social Mundial (FSM) de tentativa de construção alternativas para a globalização neoliberal e seus efeitos indesejáveis. Ambos os fatos citados contribuíram para o crescimento e o fortalecimento da economia solidária no país.

O aumento significativo de empreendimentos econômicos solidários no Brasil se deu no final do século XX, principalmente, como forma de buscar minimizar os efeitos da crescente precarização das relações de trabalho assalariado e devido à escassez dessa modalidade de trabalho. Esse quadro, mais acentuado na América Latina e outras regiões periféricas do mercado mundial, é entendido por alguns como resultado de políticas de cunho neoliberal implementadas em grande parte do mundo a partir das décadas de 1980 e 1990 (POCHMANN, 1999). Nesse contexto de crise do trabalho assalariado, a economia solidária ganhou força, pois, foi percebida como uma alternativa para a sobrevivência daqueles que a princípio estavam excluídos, mas que tinham necessidades básicas a satisfazer.

O Fórum Social Mundial, inaugurado em 2001, representa uma das mobilizações de insatisfações de parte da população mundial com o “neoliberalismo, o domínio do mundo pelo capital e por qualquer forma de imperialismo” (FSM, 2004, p. 1). A ideia do FSM é facilitar a articulação de entidades e movimentos engajados em ações concretas, local, e, internacionalmente, pela construção de “um outro mundo”. Dentro das propostas por um mundo diferente há a preocupação com as formas de produção, troca e distribuição de riquezas. Nesse contexto, no primeiro FSM criou-se, a partir de iniciativa de entidades da sociedade civil e de membros do governo do Rio Grande do Sul, o Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária (GT - Brasileiro).

Durante o planejamento das atividades da Economia Solidária no III FSM, tendo uma conjuntura que apontava para a eleição do candidato do Partido dos Trabalhadores, para a

presidência do Brasil, o “GT – Brasileiro” programou a realização de uma reunião ampliada para discutir o papel da economia solidária no governo do futuro presidente. Essa reunião, realizada em novembro de 2002, resultou na elaboração de uma carta, contendo os anseios do movimento de ES que foi elaborada e entregue ao já Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Nessa mesma reunião de novembro decidiu-se realizar, em São Paulo, a I Plenária Nacional de Economia Solidária já no mês seguinte (MTE, 2010b; FBES, 2011) (Ver resumo da cronologia dos acontecimentos descritos no ANEXO I).

A carta endereçada ao novo presidente da república continha, entre outras coisas, o pedido para que se constituísse uma secretaria de âmbito nacional para cuidar dos assuntos da economia solidária. Tal pedido foi atendido e Paul Singer, um dos pensadores da economia solidária, mais proeminentes do Brasil, foi anunciado como secretário da recém criada Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). O fato foi anunciado em janeiro de 2003 na II Plenária Nacional de Economia Solidária que ocorreu no contexto do III FSM. A Secretaria foi instalada em junho 2003, ligada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). No mesmo ato de criação da SENAES, criou-se também o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES). O CNES foi concebido como órgão consultivo e propositivo para a interlocução permanente entre setores do governo e da sociedade civil, que atuam na e/ou pela economia solidária. No mesmo mês da instalação da Secretaria ocorreu a III Plenária. Nela criou-se o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), idealizado desde a I Plenária e aprofundado na II Plenária. O FBES foi criado para ser a instância da economia solidária no âmbito da sociedade civil e assumir, dentre outras coisas, o papel de interlocutor com os governos e notadamente com a SENAES apresentando demandas, sugerindo políticas e acompanhando a execução das políticas públicas de economia solidária (MTE, 2010b).

O universo da economia solidária é bastante diverso, diferentemente do que se poderia pensar a partir desse histórico de mobilização, até então, bem sucedida. Essa heterogeneidade da economia solidária justifica a expressão utilizada no início do texto “de forma mais abrangente” para se referir à ES. Isso, pois, apesar de esforços serem feitos para construir um campo comum e amplo, não há consenso sobre o que se poderia chamar de economia solidária ou, ainda, se o melhor nome para o que se quer designar é mesmo economia solidária. Outras possibilidades são, por exemplo, socioeconomia, economia popular,

economia popular solidária, economia de comunhão, economia pluralista, economia social, economia do trabalho, entre outras (MOTTA, 2004).

Não se trata apenas de uma diferença de nomenclatura, mas de disputas sobre o projeto principal e o que se define como parte do campo. Assim, poder-se-ia dizer que cada um desses nomes diz respeito a uma concepção e a um projeto que se difere em algo dos demais. No entanto, de acordo com Motta (2004), a expressão economia solidária se afirma como a principal por gerar certo consenso no que diz respeito à delimitação de um mundo particular e de uma proposta. Consenso esse, como colocado pela autora, necessário para que diversas disputas possam ocorrer no interior do campo (MOTTA, 2004). Aliás, a respeito da literatura de ES faz mister expor que se trata de bibliografia bastante extensa, com muitos autores e diversas perspectivas. Entende-se, a partir disso, que o termo economia solidária é o mais indicado para se referir ao campo em questão no presente trabalho.

A despeito das particularidades e similitudes de cada projeto é possível salientar algumas variantes principais da economia solidária atual. Duas vertentes interessam-nos nesse trabalho: (i) economia solidária para geração de emprego e renda, como forma de minimizar os problemas causados pelas políticas neoliberais que culminaram na crise do trabalho assalariado e na pouca proteção social; e (ii) economia solidária para geração de uma nova forma de produzir, baseada em valores como a solidariedade, a autogestão, crítica ao sistema produtivo capitalista e às suas consequências econômicas, sociais, políticas e ambientais.

Importante salientar que essa caracterização é feita muito mais com base nos debates que ocorrem em torno da economia solidária do que a partir dos diferentes projetos internos do campo. Ou seja, a partir da literatura consultada, concernente ao Brasil, percebe-se que não há claramente projetos que defendam a economia solidária somente para emprego e renda em detrimento daquela entendida como alternativa e crítica ao capitalismo. Nessa, recorrentemente os projetos de economia solidária possuem uma perspectiva alternativa e crítica ao capitalismo (ou de seus valores ou práticas, como a competição, o individualismo, a busca infindável pelo acúmulo de riquezas, etc.). Na literatura a que se teve acesso, a perspectiva da economia solidária, como geração de emprego e renda, surge a partir de críticas feitas acerca do potencial que a ES tem de se colocar como alternativa ao capitalismo

(GAIGER, 2003, DAGNINO, NOVAES, 2005; WELLEN, 2008) e/ou do fato de que outros setores e grupos se apropriam do discurso da ES. Essa apropriação do discurso pode servir para alguns fins como intensificar a precarização das relações trabalhistas com o intuito de gerar ganhos econômicos aos donos da cooperativa ou aos contratantes de seus serviços (LIMA, 2002) e, até, como forma do Estado abrir mão de questões, que historicamente foram consideradas como seu dever como, por exemplo, garantir a possibilidade de todo cidadão ter um emprego digno e formal (BARBOSA, 2007).

Situado o debate, chama-se atenção para o fato de que a primeira vertente busca uma melhoria nas condições de emprego e renda, sem romper com valores e práticas capitalistas, enquanto que a segunda procura engendrar formas de viver e produzir alternativas que proporcionem a vivência de outros valores. Poder-se-ia dizer que, para ambas as vertentes, a questão da educação e da formação são importantes, pois, elas têm impacto nas questões econômicas e materiais, na convivência social e até mesmo na política (não apenas a política formal). Isso é ainda mais importante no Brasil já que grande parte da população pobre e excluída é também analfabeta ou apresenta algum grau de dificuldade para realizar tarefas básicas relacionadas à interpretação e escrita de textos e de matemática. No entanto, visto que as práticas econômicas, sociais e políticas em uma e outra vertente da ES são diferentes, crê-se que também devem o ser a proposta de educação e formação.

Considerando a relevância da educação e formação no âmbito da economia solidária a proposta da SENAES, para desenvolver e fortalecer a ES no Brasil, conta, dentre outras, com a política de “Formação de Formadores(as), Educadores(as) e Gestores Públicos para Atuação em Economia Solidária”. A importância da educação e formação é reconhecida pelo movimento de ES, assim como, pelos responsáveis pela SENAES:

A estruturação de uma política pública de formação tem sido uma demanda constante dos empreendimentos e organizações da economia solidária, e emergiu como prioridade na Conferência Nacional de Economia Solidária, reforçada pela instituição do Comitê Temático de Formação e Assistência Técnica, dentro do Conselho Nacional de Economia Solidária CNES (MTE, 2010a)

De acordo com o secretário da SENAES, Paul Singer, “a política mais importante para institucionalizar a economia solidária no governo federal é, sem dúvida, a de formação em economia solidária” (SINGER, 2009, p. 44). O secretário ressalta o lugar de destaque da política de formação apontando para a necessidade de maior conhecimento sobre a economia solidária e do que ela se trata:

Esta era quase inteiramente desconhecida no âmbito do governo, inclusive no MTE. Contava, não obstante, com a simpatia mesclada de curiosidade da maioria das pessoas que ocupava cargos no governo do presidente Lula, particularmente daqueles que estavam encarregados de executar programas como o Fome Zero, Bolsa Família, Reforma Agrária, Primeiro Emprego, Luz para Todos e outros que visam a combater a miséria e a exclusão social. (SINGER, 2009, p. 44)

A partir da importância da política de formação para a SENAES, para o movimento de ES e da necessidade da formação para ambas as vertentes da economia solidária, o presente projeto teve o objetivo de *analisar qual vertente da economia solidária prevalece e quais os sentidos da emancipação emergem no curso estudado; analisar a proximidade ou não dessa abordagem e desses sentidos entre os momentos de pré-concepção, concepção e implementação do curso; e discutir as limitações e potencialidades tendo em vista essa proximidade ou não e as características do curso.*

O que se pretendeu, portanto, foi relacionar três espaços/ momentos concernentes à política: a “pré-concepção”, a concepção e a implementação. Buscou-se, então, apreender qual vertente de economia solidária é predominante: (a) nos documentos mais representativos do movimento de ES (pré-concepção); (b) nos documentos da concepção dos cursos; (c) e na implementação do curso, tanto nos materiais quanto nos momentos dentro e próximos à sala de aula. A comparação entre os sentidos predominantes na “pré-concepção” e na concepção serviram para dizer se e como o projeto do movimento de ES foi “trazido” para dentro do estado. A comparação entre os sentidos predominantes na concepção e na implementação pode dar indícios das questões relativas as dificuldades, entre outras coisas, dessas ações promovidas pelo estado (políticas públicas). Por fim, discutiram-se as limitações e as potencialidades do curso a partir da análise de suas características, tomando como norte a

noção de emancipação presente em sua “pré-concepção” e valendo-se de bibliografia a ela pertinente.

O curso estudado está inserido no Centro de Formação em Economia Solidária (CFES). Ao todo, a política conta com cinco CFES espalhados pelo Brasil, em que quatro são regionais e um regional-nacional. Este, localizado em Brasília e coordenado pela Cáritas, acumula a responsabilidade no âmbito nacional, assim como pela região Centro-Oeste. É de sua responsabilidade também a articulação em rede dos outros centros. Dos centros regionais o responsável por atuar na região Sudeste localiza-se em Belo Horizonte e está sob a responsabilidade da União Brasileira de Educação e Ensino / Instituto Marista de Solidariedade – (UBEE/IMS).

De acordo com documento da SENAES (MTE, 2007, p. 2- grifo meu) o objetivo dos CFES's é **“formar formadores, educadores e gestores públicos que atuam com Economia Solidária, contribuindo para fortalecer seu potencial de inclusão social e de sustentabilidade econômica, bem como, sua dimensão emancipatória”**. Notório, aqui, é a presença de três importantes dimensões: social (inclusão social), econômica (viabilidade econômica) e emancipatória. Deu-se, no presente trabalho, especial atenção para a dimensão emancipatória por crer-se que a partir dela poder-se-ia estabelecer melhor a diferenciação entre as duas vertentes de economia solidária. Em outras palavras, partiu-se da ideia de que as questões ligadas à emancipação serviriam como termômetro que indicassem a prevalência de uma ou outra vertente nos dados analisados.

Adianta-se que quatro principais noções de emancipação surgiram do *corpus* da pesquisa. Dessas, três remetiam à vertente da Economia Solidária Crítica ao Capitalismo e uma à Economia Solidária Para a Geração de Emprego e Renda. As que se referem à primeira vertente são a emancipação como superação da alienação do trabalho capitalista, a emancipação em sua dimensão utópico-ontológica e a emancipação em sua dimensão político-pragmática. A que se refere à segunda vertente diz respeito à noção de emancipação a partir da satisfação das necessidades básicas através do mercado. Ressalta-se que os sentidos da emancipação que prevaleceram foram aqueles ligados à vertente “Crítica ao Capitalismo” e

que a noção de emancipação ligada à vertente “Emprego e Renda” apareceu de forma bastante residual nos dados analisados.

A discussão sobre as limitações e possibilidades do curso tiveram como base o confronto dos sentidos de emancipação emergidos e as vertentes de economia solidária predominantes nos documentos oficiais, nos materiais e no espaço do curso propriamente dito. Nesse mesmo intento de discutir os limites e possibilidades do curso, além dessa confrontação para se perceber se essas concepções são próximas uma da outra, fez-se também uma discussão a partir de suas características (ementa, material didático, duração do curso, dinâmica da sala de aula, etc.). Entende-se, pois, que as limitações e possibilidades do curso encontram-se tanto nos conteúdos, quantos nos materiais utilizados, assim como nas práticas de sala de aula e adjacentes.

Importante ressaltar, que não se pretendeu, ao cabo da presente pesquisa chegar a uma resposta que subsidie qualquer posicionamento definitivo e generalizante perante às questões levantadas. Entende-se que um caso pode ser diferente de outro, não permitindo generalizações de qualquer interpretação construída no presente trabalho. Dentre outras coisas, a pesquisa não trata da totalidade das políticas públicas ou de todos os cursos de formação em economia solidária promovidas pelas SENAES, mas somente de um deles ocorrido em 2011. Poder-se-ia dizer, então, que a proposta do presente projeto de pesquisa é analisar os produtos do Curso Estadual de Formação de Formadores (que se considera como sendo a aula em si e os materiais didáticos distribuídos para os alunos) discutindo as limitações e potencialidades para o cumprimento dos objetivos a que o curso se propõe no que tange à dimensão da emancipação.

Ante o exposto acima, introduz-se a pergunta orientadora da pesquisa, o objetivo geral, os objetivos específicos e as justificativas.

1.1. Problema de Pesquisa

Qual vertente da economia solidária prevalece no curso estudado e quais os sentidos de emancipação dele emergem? Essa vertente e esses sentidos aproximam-se ou se distanciam

dos que predominam nos momentos de pré-concepção e concepção do curso? Quais as limitações e potencialidades do curso dadas suas características, as vertentes de economia solidária abordadas e os sentidos da emancipação nele presentes?

1.2. Objetivo Geral

Analisar qual vertente da economia solidária prevalece e quais os sentidos da emancipação emergem no curso estudado; analisar a proximidade ou não dessa abordagem e dos sentidos entre os momentos de pré-concepção, concepção e implementação do curso; e discutir as limitações e potencialidades tendo em vista essa proximidade ou não e as características do curso.

1.3. Objetivos Específicos

- (i) Apreender, por meio da análise de documentos oficiais do movimento de economia solidária qual vertente prevalece, assim como os sentidos da emancipação presentes nessa etapa, aqui chamada, de pré-concepção;
- (ii) Apreender, por meio da análise de documentos oficiais que orientam o curso estudado, a vertente de economia solidária que prevalece em sua concepção e os sentidos da emancipação presentes nessa etapa;
- (iii) Apreender, nos materiais adotados, qual vertente da economia solidária é preponderante e identificar quais os sentidos da emancipação que deles emergem;
- (iv) Apreender, nos espaços do curso, qual a vertente de economia solidária predomina nessa etapa de sua implementação, assim como identificar os sentidos da emancipação produzidos pelos participantes (facilitadores, alunos, etc.);
- (v) Discutir as limitações e potencialidades do curso a partir de suas características, levando em conta a aproximação ou não entre as vertentes de economia solidária que preponderam em

sua “pré-concepção”, concepção e implementação, tendo como base os sentidos da emancipação que aparecem em sua “pré-concepção”.

1.4. Justificativas

A presente pesquisa justifica-se, primeiramente, pela importância da questão da educação e formação para a economia solidária. Sabe-se que a educação e formação têm grande importância nas sociedades modernas, tanto no que diz respeito aos aspectos econômicos, sociais quanto aos políticos. No caso da economia solidária não é diferente ainda mais porque se pode encontrar em algumas de suas vertentes a proposta de mudanças de valores e comportamentos baseados na solidariedade, autogestão, valorização do trabalho em detrimento do capital, entre outras.

Em segundo lugar, a criação da SENAES é vista com bons olhos por grande parte do movimento da ES, tanto no que diz respeito à legitimação das demandas do movimento, quanto à possibilidade real de promover ações que disseminem a proposta da ES e deem força às diferentes iniciativas econômicas solidárias. Dessa forma, a importância do curso de formação promovido via SENAES está não só no que diz respeito à próxima relação entre a formação, economia solidária e emancipação, mas no valor simbólico e representativo das ações da SENAES para o resto do movimento de ES.

Em terceiro lugar, a proposta da análise documental e a metodologia da observação participante permitirão, não apenas conhecer as diretrizes do curso, ou seja, o que se pretende com ele, mas ver o que de fato ocorre nele. Crê-se que em se tratando de educação e formação, tão importante quanto os conteúdos e materiais levados para a sala de aula é a forma na qual essas coisas são tratadas e a relação que se estabelece entre os participantes do curso. Isso é mais importante ainda em um curso que, como se sabe, pretende potencializar as possibilidades de emancipação e inclusão social.

Por fim, a pesquisa contribuirá para a área dos Estudos Organizacionais, pois se discute uma forma alternativa de gestão, organização, produção, consumo, sociabilidade e ação política, relacionando-a com a questão da educação e formação, a partir da análise de um curso que é

parte de uma política pública. O foco do trabalho é a economia solidária e a formação para a emancipação e embora não se atenha a outros méritos crê-se que a presente proposta de pesquisa tangencia outras questões importantes como, por exemplo, a questão da relação entre sociedade, ONGs e Estado.

2. A ECONOMIA SOLIDÁRIA

2.1. As origens da economia solidária: o cooperativismo, o associacionismo.

A respeito do surgimento do termo “economia solidária” salienta-se que esse tem uma complicada cronologia construída a partir do reconhecimento de raízes históricas e experiências contemporâneas exemplares. O surgimento da expressão “economia solidária” se deu em um artigo publicado por Singer na segunda metade dos anos de 1990⁴. Não obstante, a narrativa histórica dos profissionais da área incorpora fatos e experiências bem anteriores, como o caso dos movimentos cooperativos europeus do século XIX e as experiências da Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas de Autogestão e de Participação Acionária (ANTEAG) de 1994 no Brasil, anteriores à criação do termo economia solidária (MOTTA, 2004).

Singer (2002), um dos autores referência da economia solidária no Brasil, remonta as origens desta às experiências da Cooperativa dos Probos Pioneiros Equitativos de Rochdale por ser considerada a primeira cooperativa e pelos princípios do cooperativismo deixados por ela. Foram oito os princípios deixados pelos Pioneiros de Rochdale, dos quais ainda hoje sete são tidos como os princípios do cooperativismo. São eles:

- (1) **o vínculo aberto e voluntário**- novos membros podem se juntar à cooperativa sem que haja nenhum tipo de preconceito racial, étnico, de gênero, político, religioso, ou outro, para a admissão de novos membros;
- (2) **o controle democrático por parte dos membros**- as decisões fundamentais são tomadas com a participação de todos os membros respeitando o princípio de participação igualitária, ou seja, “um membro, um voto”;
- (3) **a participação econômica dos membros**- os membros contribuem igualmente para o capital da cooperativa, além de controlarem-no de forma democrática;
- (4) **a autonomia e a independência em relação ao Estado e outras organizações**;

⁴ De acordo com Lechat (2000 *apud* MOTTA, 2004), Paul Singer é o criador da expressão Economia Solidária. A primeira elaboração de Singer aparece num artigo publicado no jornal Folha de São Paulo, de 1996, intitulado “Economia Solidária contra o desemprego”.

(5) o compromisso com a educação dos membros da cooperativa- no intuito de garantir a participação efetiva dos membros nas decisões fundamentais da cooperativa;

(6) a cooperação entre cooperativas através de organizações locais, nacionais e mundiais;

(7) e a contribuição para o desenvolvimento da comunidade em que está localizada a cooperativa (SANTOS, 2005).

No entanto, como Singer informa, as práticas cooperativistas não se iniciaram com os Pioneiros de Rochdale. Robert Owen que, inclusive, inspirou os “Pioneiros de Rochdale”, juntamente com Saint-Simon, Luis Blanc, Charles Fourier e Pierre-Joseph Proudhon são tidos como os que iniciaram as práticas cooperativas. Fato comum a essas experiências que inspiraram o cooperativismo e a economia solidária é que elas ganharam força, tanto no passado no que diz respeito ao cooperativismo na Europa quanto no presente referente à economia solidária no Brasil, em momentos de aumento da pobreza e abandono das populações mais carentes por parte do Estado (SINGER, 2002; OLIVEIRA, 2006; POCHMAN, 1999).

Importante salientar que embora houvesse pontos em comum entre os cooperativistas do século XIX, havia também algumas diferenças. Pinheiro (2010) chama atenção para o fato de que todos concordavam que o cooperativismo seria a reunião de trabalhadores em associações e cooperativas como forma de romperem com o assalariamento e com a exploração do trabalhador. Além disso, o cooperativismo possibilitava a esses trabalhadores tornarem-se donos de seus próprios meios de produção e a participarem dos processos de decisão e da organização da produção. No entanto, enquanto, por exemplo, Blanc e Owen acreditavam que o melhor caminho seria a partir da parceria com o Estado, Proudhon e Fourier acreditavam que esse cumpriria papel em um estágio anterior ao que desejavam chegar, atingido esse estágio, o Estado deixaria de existir. Saint-Simon, por sua vez, buscava uma saída por meio de uma sociedade sem propriedade privada, organizada coletivamente, governada pela ciência, na qual o desenvolvimento desta, geraria progresso social (PINHEIRO, 2010).

Faz-se mister colocar algumas apreciações preliminares acerca do associacionismo e do cooperativismo. Chaniel e Laville (2009) entendem o cooperativismo como constituinte de uma política original, o associacionismo. Eles argumentam que sendo o vínculo de associação

irredutível tanto ao cálculo de interesse quanto aos jogos e relações de poder, há a indicação de que ocorre uma outra modalidade do laço social e político, qual seja: a solidariedade. Os autores também entendem que “o princípio de associação, desenvolvido como ‘autogoverno dos cidadãos associados’, constitui o único meio de se praticarem conjuntamente o socialismo e a democracia” (CHANIAL; LAVILLE, 2009, p.25). De acordo com Chanial e Laville, diferentemente da oposição que se possa pensar entre liberdade individual e coesão de um grupo:

...a liberdade individual supõe, ao contrário, uma socialidade crescente, uma densificação das relações de cooperação, e exige, portanto, a multiplicação das formas e dos espaços cívicos de engajamento. É por meio do envolvimento em tais relações de associação que o indivíduo poderá desenvolver livremente cada uma de suas faculdades, realizar-se como indivíduo social (CHANIAL; LAVILLE, 2009, p.25).

Os autores colocam que a partir da articulação entre solidariedade e autogoverno, dádiva e engajamento cívico, o associacionismo faz o convite para identificar o ideal democrático aliado a um modelo de sociedade liberada de toda forma de servidão, seja das forças do mercado ou do Estado. Para eles essa sociedade seria, finalmente, isenta de dominação (CHANIAL; LAVILLE, 2009).

Segundo Rui Namorado (2009), são várias as palavras que concorrem entre si para designarem o fenômeno cooperativo como realidade global. Dentre as várias, ele destaca três: movimento cooperativo, setor cooperativo e cooperativismo. Embora admita que, por vezes, essas palavras possam ser acuradamente utilizadas como sinônimos, isso, nem sempre, será verdadeiro. De acordo com Namorado (2009), há pequenas variações de sentido entre elas. O autor entende que por movimento cooperativo “...designa-se o conjunto das cooperativas numa perspectiva dinâmica, historicamente situada, encarado como um movimento social que assume uma identidade marcada por um horizonte específico” (NAMORADO, 2009, p.96). Setor cooperativo, por sua vez, “...tem uma conotação sincrônica, referindo-se ao conjunto das cooperativas que existem numa certa circunstância temporal e espacial, radicado em características específicas” (idem). Por fim, o termo cooperativismo que envolve a dinâmica cooperativa como evolução histórica com um passado e um futuro, além do conjunto das

cooperativas realmente existentes, não se deixando de fora a doutrina cooperativa, a normatividade inscrita na identidade cooperativa, a respectiva reflexão teórica, nem mesmo o proselitismo cooperativista (NAMORADO, 2009). Uma característica que Namorado faz questão de reforçar dizendo que está no gene do movimento cooperativista são suas raízes dentro do movimento operário. Ao dizer das mudanças nos princípios cooperativistas ao longo do tempo Namorado (2009, p.98) afirma que “...as suas mutações...nos anos 30, 60 e 90, do século XX, não romperam com a sua matriz inicial, a qual incorpora, em si própria, uma ligação genética do movimento cooperativo com o movimento operário”.

Da mesma forma que havia certa discordância a respeito de algumas questões relacionadas ao cooperativismo já nos socialistas utópicos Oliveira (2006) atenta para dissensos presentes na literatura sobre o cooperativismo até a década de 1980. De acordo com Oliveira (2006), poder-se-ia estabelecer três grandes variantes do pensamento cooperativista, a saber: (a) uma que defende que o cooperativismo serve apenas para ajudar a melhor desenvolver o liberalismo, portanto, trata-se de um mecanismo liberal; (b) uma segunda, que acredita ser o cooperativismo uma maneira de se organizar economicamente e socialmente, de forma que possa abrir caminhos para o desenvolvimento do socialismo; e (c) outra variante que acredita ser o cooperativismo uma espécie de “terceira via”, ou uma via alternativa aos modos de produção capitalista e socialista (OLIVEIRA, 2006).

Oliveira (2006) exemplifica a **primeira variante** citando Pinho (1965) para quem a doutrina cooperativista surgiu em oposição e em consequência das práticas da doutrina liberal individualista que teve sua origem na Revolução Industrial. Nesse sentido, o cooperativismo é entendido como tendo sido benéfico ao desenvolvimento liberal e contribuído para o desenvolvimento do capitalismo. Essa contribuição ao capitalismo ocorre em dois níveis: o primeiro que Pinho chama de atomizado, entendendo as contribuições específicas, desconectadas de outras experiências; e o segundo que é o molecular e corresponde ao apoio ao desenvolvimento capitalista de forma integrada.

No nível atomizado poder-se-ia dizer que a contribuição das cooperativas se deu pela diminuição do desemprego e pelo aumento do poder aquisitivo das pessoas. Além disso, mesmo que as cooperativas fossem propriedades de um grupo, e nesse sentido uma

propriedade coletiva, elas não representaram um questionamento da propriedade privada uma vez que se manteve a propriedade privada da cooperativa (OLIVEIRA, 2006).

No nível molecular, no âmbito privado, Pinho (1965 *apud* OLIVEIRA, 2006) conta que as cooperativas tanto de cunho religioso (que tinham atuação mais forte nas áreas rurais) quanto de caráter não religioso (mais presentes nas urbes), embora tivessem articulação entre si devido ao sucesso econômico em que se constituíram, não se preocupavam em debater o capitalismo ou o socialismo, voltando-se apenas para articulações de estratégias de mercado. De acordo com a autora, isso era mais verdadeiro quanto mais as cooperativas atingiam certo sucesso econômico. Adicionalmente, depois da segunda guerra mundial essas cooperativas, presentes em maior número nos países capitalistas, serviram de contraponto do capitalismo ao socialismo. O discurso era o de que o cooperativismo ajudava seus membros a se desenvolverem de forma independente em relação ao Estado. No âmbito público, Pinho (1965 *apud* OLIVEIRA, 2006) conta que as cooperativas passaram a ter papel importante na gestão de alguns serviços públicos como o de transporte e distribuição de energia, por isso ganharam muito valor nas estratégias de ação de governos dos países capitalistas.

A segunda variante diz respeito ao cooperativismo como forma de sustentação às economias planejadas pelo Estado, como é colocado por Albarran e Ramires (1989 *apud* Oliveira, 2006) que mostram o papel que as cooperativas tiveram no processo de reordenação econômica e social em Cuba. Nesse caso, o cooperativismo é entendido como um instrumento potencial valioso para a estruturação do socialismo, mas deve, contudo, passar por redefinições em relação a como ele é definido e praticado nos países capitalistas. Essa redefinição parte, basicamente, de uma transformação na estrutura produtiva e da propriedade para que destrua as relações de exploração e se construa um fazer coletivo. Oliveira (2006) ainda apresenta dois argumentos que julga ter grande validade para se pensar no cooperativismo como forma de transição para o socialismo.

O primeiro deles, de Rosa de Luxemburgo, tem a ver com a característica híbrida do cooperativismo dentro do capitalismo, principalmente das cooperativas de produção. De acordo com a autora, essas cooperativas constituem uma produção socializada em pequena escala que é acompanhada por uma troca capitalista. Entendendo que na economia capitalista

a troca domina a produção, assim, a cooperativa só pode assegurar sua existência suprimindo essa contradição entre a produção (socializada) e a troca (capitalista, feita a partir do livre comércio) a partir da constituição de um mercado consumidor antecipadamente assegurado, que não a deixe ao sabor do livre mercado. Isso seria possível a partir da constituição das cooperativas de consumo (LUXEMBURGO, 1986, *apud* OLIVEIRA, 2006).

O segundo argumento, elaborado por Kautsky, diz respeito à diminuta capacidade das cooperativas de impedirem o processo de proletarização dos camponeses e reverterem a ordem, apontando para o socialismo. Isso, pois, de acordo com o autor, um camponês não aderiria ao cooperativismo por crer que sua fórmula fortaleceria a propriedade coletiva camponesa, já que isso não seria possível dentro de um regime capitalista da competição no livre mercado com empresas que exploram o trabalhador. Quando o camponês tomasse consciência que o melhor caminho é a produção cooperativa, ele também entenderia que esta não é possível em um ambiente capitalista, mas apenas socialista, por isso, ele já se entenderia como um socialista. Assim, o cooperativismo não seria uma forma de se chegar ao socialismo, porém uma prática socialista possível apenas de ser engendrada em uma ordem econômica socialista (KAUTSKY, 1972, *apud* OLIVEIRA, p.52).

A **terceira variante** do pensamento cooperativista apontada por Oliveira (2006) diz respeito às doutrinas humanistas que negam ao mesmo tempo o liberalismo e o socialismo propondo uma espécie de terceira via. Nessa acepção, o cooperativismo seria um fim em si mesmo, constituindo-se em um modo de produção alternativo tanto ao socialismo quanto ao capitalismo. Para exemplificar essa variante, Oliveira (2006) cita Maurer Junior (1966) que defende o cooperativismo integral, ou o que se chama de economia humana. A proposta de Maurer Junior é deslocar o apoio ideológico da produção (como é no socialismo e no capitalismo) para o consumidor, no intuito de construir uma cultura econômica que promovesse uma sociedade justa, sem egoísmo, na qual imperassem a solidariedade e a cooperação. De acordo Maurer Junior (1966 *apud* OLIVEIRA 2006), o foco ideológico na produção acirra a luta entre as classes, sobretudo entre capitalistas (produtores/proprietários) e trabalhadores (produtores/não-proprietários). O postulado da primazia do consumidor baseia-se na ideia de que a cooperação genuína deve ser desenvolvida a partir dos desejos e interesses dos consumidores que, segundo ele, são idênticos tanto para ricos, pobres,

capitalistas ou trabalhadores. A proposta é desenvolver uma economia cooperativista que englobe todos os setores econômicos que por meio de seu desenvolvimento possa forjar uma economia a serviço do consumo, da humanização, da justa remuneração do trabalho. Segundo o autor,

Esse cooperativismo não pode ser uma solução parcial, destinada a minorar um pouco os efeitos perniciosos de um sistema cruel e desumano, como este que domina o mundo moderno. Antes ele deve constituir-se num vasto programa social e cultural, todo ele alicerçado na afirmação da primazia do homem, de seus direitos e necessidades, porque é isto o que significa, em ultima análise, a primazia do consumidor e o justo tratamento dispensado ao trabalho, Nem capitalismo, nem comunismo, mas cooperativismo genuíno e integral, eis o alvo por que devem lutar todos aqueles que desejam uma reforma profunda e duradoura de nossa civilização desorientada (MAURER JUNIOR, 1966 *apud* OLIVEIRA, 2006, p.52-53).

Essas variantes do cooperativismo têm influência nas teorizações recentes acerca da economia solidária. De acordo com Motta (2004), a produção de teorias e representações da economia solidária é marcada pela diversidade própria do mundo da ES e tem correlação com teorias anteriores:

...fragmentos de formulações que já existiam, de teorias antigas são reorganizadas, de modo a produzirem um todo particular. A teoria sobre a ES é uma bricolagem (LÉVI-STRAUSS, 1970), ou seja, a partir de fragmentos de várias formulações, de experiências diversas, produz-se um todo que não é apenas a justaposição de pedaços, mas um rearranjo que dá origem a um conjunto novo (MOTTA, 2004, p.60).

Importante considerar, no entanto, que apesar de a história da economia solidária estar ligada à do cooperativismo, as experiências de economia solidária excedem as experiências circunscritas às cooperativas. Outras formas de manifestação da economia solidária são: a gestão de empresas falidas por seus próprios trabalhadores (autogestão); o clube de trocas; a moeda social; o consumo ético ou solidário; o comércio justo; o crédito solidário, além dos grupos informais de produção. Antes, contudo, de abordar as demais formas apresentar-se-á o universo das cooperativas.

As **cooperativas** são tidas, por muitos, como a principal ou a mais básica forma de manifestação da economia solidária. Embora elas não representem a maior parte das iniciativas consideradas como de economia solidária hoje no Brasil⁵, são as que tem maior visibilidade, dentre outras coisas, por terem reconhecimento jurídico e por existir algumas grandes empresas tidas como cooperativas no país. Para os militantes da ES o cooperativismo solidário (ou seja, da economia solidária) não é representado fielmente por todos os empreendimentos que jurídica ou legalmente possuem o estatuto de cooperativa, mas apenas por aqueles que seguem os princípios autênticos do cooperativismo inaugurados pelos “Pioneiros de Rochdale”. Aquelas são conhecidas como “novo cooperativismo” e “coopergatos” por não seguirem os princípios do cooperativismo chamado de autêntico. As cooperativas são tidas, muitas vezes, como o outro da produção capitalista, representando o lugar da valorização do trabalho coletivo, não alienado e voltado para a satisfação dos cooperados e da comunidade em que vivem, assim como é reconhecida como forma de organizar o trabalho e a produção baseada em princípios morais e ideológicos como a democracia, a igualdade, a valorização do trabalho e a solidariedade (MOTTA, 2004). Passemos agora para as demais formas de manifestação da economia solidária.

A **gestão pelos trabalhadores de empresas falidas (ou autogestão)** é outro tipo de experiência da economia solidária. No Brasil, ela surge na década de 1990, devido ao grande número de falências causadas pelas crises dos anos 1980 e 1990. Semelhante ao fenômeno das “recuperadas” na Argentina, o começo deste processo no Brasil é considerado como um dos marcos do surgimento da ES no Brasil (MOTTA, 2004). Na ocupação de empresas falidas, os trabalhadores passam a gerenciá-las para que elas não sejam fechadas, mantendo, assim, seus postos de trabalho e sua fonte de renda. Isso ocorre por dois motivos, principalmente: primeiro, porque a perspectiva de encontrar outro emprego em condições semelhantes é diminuta e, segundo, porque seria uma forma de receber as dívidas trabalhistas das empresas em curto prazo através da apropriação da massa falida. A gestão dessas empresas são feitas próximo ao que se conhece por autogestão, que é entendida como gestão de um

⁵ Segundo o Atlas da Economia Solidária (MTE, 2005, p.19) “no Brasil, a maior parte dos empreendimentos está organizada sob a forma de associação (54%), seguida dos Grupos Informais (33%) e Organizações Cooperativas (11%) e outras formas de organização (2%)”.

empreendimento de forma democrática e horizontal em que todos (ou grande parte) participam dos processos de tomadas de decisão e de gestão. Os trabalhadores, dessa maneira, dão continuidade ao processo de produção sob a forma de cooperativa, ou outras formas participativas ou colegiadas de gestão.

Os **clubes de troca** são parte do que França e Laville (2004) chamam de economia sem dinheiro, e, assim como a **moeda social**, constitui-se como forma alternativa de se trocar bens e serviços a partir de uma lógica diferente daquela existente no mercado capitalista no qual impera a busca pelo maior ganho individual. Os clubes de troca funcionam a partir de um número previamente definido de pessoas e sob regras. Geralmente, funcionam em escala local, organizam-se por meio de redes e tem um caráter solidário em que se enfatizam as relações sociais em vez do valor das mercadorias. As trocas podem ser feitas através do escambo ou podem ser mediadas por uma moeda social criada pelo grupo. A moeda social serve como substituto do dinheiro oficial, além de facilitador das trocas. A moeda social também se presta a possibilitar certo descolamento do valor de mercado da mercadoria em questão no momento da troca, buscando trazer um caráter solidário ao intercâmbio. (MOTTA, 2004; FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004).

Outra forma de praticar a economia solidária é através do **consumo ético (ou solidário)** que consiste, grosso modo, no estímulo à compra de produtos solidários, ou eticamente produzidos. A ideia de se estimular um consumo militante diz respeito à tentativa de impedir que produtos e serviços solidários, ou produzidos de forma a não exaurir o meio ambiente, ou explorar o trabalhador, entrem em concorrência com outros da economia capitalista, na qual, muitas vezes, o valor mais baixo da mercadoria é o que mais importa. O que se busca é que a forma como a mercadoria é produzida se torne importante para os consumidores que optam por comprá-la não por ter o menor preço, mas porque é produzida de forma sustentável e sem que haja exploração do trabalhador. A proposta do consumo ético é, então, agregar um valor importante ao produto que contempla as relações de trabalho, produção e da própria troca que o permitiu chegar às suas mãos. “Na proposta de consumo solidário o ato de comprar passa a ser ativo, podendo se tornar uma forma de solidariedade e de protestar ao mesmo tempo” (MOTTA, 2004, p. 78).

Parecido com o consumo ético há também o **comércio justo** (*Fair Trade*) como mais uma possibilidade de praticar a economia solidária. No entanto, o foco do comércio justo é mais voltado ao comércio internacional e às relações entre países mais desenvolvidos e menos desenvolvidos. A proposta é de se praticar um “preço justo” na transação, não tendo como base os valores de mercado, mas as necessidades de sobrevivência daqueles que o produzem e as condições de pagar preços mais altos daqueles que compram. Parte-se da ideia de que também as relações comerciais são produtoras de desigualdades, por isso, seria necessário minimizá-las através da transformação do comércio em uma forma de solidariedade aos países menos desenvolvidos e aos produtores que tem escassos recursos. A operacionalização dessas transações é feita na maioria das vezes por ONGs ou entidades do Terceiro Setor que adquirem produtos de países menos desenvolvidos, de comunidades pobres, entre outros, por preços que consideram justos no sentido descrito acima (MOTTA, 2004).

O **crédito solidário** é, também, parte da economia solidária. Geralmente dá-se o nome de crédito solidário ao crédito que é oferecido a empreendimentos solidários ou a pessoas e grupos que não teriam acesso às linhas de crédito convencionais. As formas de acesso a esse crédito é diferente do que é praticado nos bancos justamente para atender aqueles que não conseguem acessar as linhas convencionais. A ideia do crédito solidário é constituir um sistema financeiro solidário como forma de completar a cadeia produtiva solidária, possibilitando que parte da economia funcionasse com base em empresas e associações solidárias (MOTTA, 2004).

Percebe-se, portanto, que apesar de as cooperativas serem equivocadamente tidas como as grandes representantes do campo da economia solidária, este é muito mais amplo. A seguir buscar-se-á apontar para algumas possibilidades do que se usou chamar de forma mais ampla de economia solidária no contexto atual brasileiro e os diferentes projetos concernentes a cada diferente termo. Ao final sugerir-se-á que é possível apontar para duas vertentes principais da economia solidária atual que serão base das discussões e análises da pesquisa aqui proposta.

2.2. As variantes das discussões atuais na economia solidária

As teorias e as práticas recentes a respeito do que se poderia chamar de forma geral de economia solidária possuem diferentes nomenclaturas como socioeconomia, economia popular (ou economia popular solidária), economia de comunhão, economia pluralista, economia social, economia do trabalho, entre outras. De acordo com Motta (2004), o uso de diferentes termos não ocorre sem motivo ou de forma neutra. Para a autora, “diferentes visões estão implicadas no uso dos diferentes termos, muitas vezes dando forma a disputas em torno de projetos” (2004, p.65). No entanto, de acordo com Motta (2004), a expressão “economia solidária” se afirma como a principal por gerar certo consenso no que diz respeito à delimitação de um mundo particular como de uma proposta em que parece haver certo acordo a respeito dos inimigos a combater: a exclusão, o egoísmo e a busca ilimitada por lucro. Consenso esse, como colocado pela autora, necessário para que diversas disputas possam ocorrer no interior do campo (MOTTA, 2004).

Segundo Motta (2004), o termo **socioeconomia** (ou socioeconomia solidária) tem a ver com Marcos Arruda que é a fonte teórica, por exemplo, da Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária. A crítica dos preferentes desse termo ao da economia solidária está na primeira palavra do termo, ou seja, “economia”. De acordo com eles, o termo economia assume um caráter de relação entre iguais, mediada por coisas trocadas livremente no mercado e marcada pela busca individual por vantagens materiais, o que não corresponderia aos princípios da ES (MOTTA, 2004).

A **economia popular** (ou economia popular solidária), por sua vez, tem ligação com a ONG Cáritas. O termo popular está relacionado à tradição da Igreja Católica que construiu forte ligação com as comunidades e com os pobres. Nesse sentido, segundo Motta (2004), a palavra popular representa as raízes e fundamentos da participação da Cáritas na ES. Além disso, como busca fazer Cançado (2005), o termo “popular” pode servir para separar as cooperativas consideradas autênticas, chamadas pelo autor de cooperativas populares, das cooperativas tradicionais, também conhecidas como “coopergatos” ou “cooperfreudes” por não seguirem os princípios do cooperativismo. Para o autor, a diferença básica entre as duas formas econômicas está na autogestão, entendida como a não separação entre aqueles que concebem o trabalho e aqueles que o executam. Enquanto as cooperativas populares são autogestionárias (ou algo próximo a isso) as cooperativas tradicionais são heterogestionárias, ou seja, têm

hierarquias na organização além de separarem os participantes entre dirigentes e cooperados ou entre cooperados e assalariados. De acordo com o autor, isso faz com que estas reproduzam, mesmo que em menor escala, as relações de produção capitalistas (CANÇADO, 2005).

O termo **economia de comunhão**, tal como economia popular, também diz respeito a uma proposta ligada à religião. Seu projeto surgiu a partir de uma iniciativa de membros do Movimento dos Focolares, que interpretavam os fatos econômicos como evidências divinas. Os Focolares são um grupo eclesial e civil, iniciado em 1943, na Itália, fundado e presidido por Chiara Lubich, segundo Negano, Marques e Merlo (2008). Os Focolares deram origem ao projeto Economia de Comunhão, o qual se transformou em uma rede mundial de empresas que tem por fundamento uma cultura de partilha, derivada da prática da comunhão dos bens, tendo em vista a consecução da justiça (NEGANO; MARQUES; MERLO, 2008).

O termo **economia pluralista** (ou Economia Plural) é um conceito forjado por França Filho e Laville (2004) para designar o amplo campo que entendem ser parte da vida econômica. Como os próprios autores afirmam, esse conceito é inspirado na ideia de Polanyi de economia real presente em sua obra “A Grande Transformação” (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004). De acordo com os autores, o modo habitual de conceber a economia restringe-se ao que chamam de economia mercantil. Além dessa, segundo França Filho e Laville (2004), a economia plural ainda contaria com a economia não-mercantil e com a não-monetária. A economia mercantil seria aquela reconhecida pelas trocas de mercado, a economia não-mercantil teria a ver com as atividades redistributivas do Estado e a economia não-monetária teria a ver com um amplo campo de atividades não-monetárias como a autoprodução, o benevolato, o voluntariado, o trabalho doméstico, etc. (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004). O que se conhece por economia solidária “é um híbrido de economias formado por atividades recíprocas desenvolvidas por voluntários, atividades de mercado desenvolvidas por profissionais e atividades financiadas por subsídios estatais” (SINGER, 2004, p. 7), a economia solidária, na visão de França Filho e Laville (2004), seria a forma mais equilibrada de economia plural, em que se conjugariam as três economias (mercantil, não-mercantil e não-monetária).

A respeito da **economia social**, Defourny (2009) coloca que ela pode ser definida como atividades econômicas concernentes à sociedade de pessoas que buscam democracia econômica, associada à utilidade social. Uma primeira maneira de identificar as iniciativas de Economia Social é por suas principais formas jurídicas ou institucionais como as empresas de tipo cooperativo, as sociedades de tipo mutualista, as organizações associativas e as fundações. Outra forma complementar de se caracterizar a economia social consiste em destacar os traços comuns das empresas e organizações que ela agrupa. Entre diversas formulações possíveis dessas características próprias à economia social podem-se citar uma que possui quatro princípios maiores: (a) finalidade de prestação de serviços aos membros ou à coletividade, sendo o lucro secundário; (b) autonomia de gestão; (c) controle democrático pelos membros; (d) primazia das pessoas e do objeto social sobre o capital na distribuição dos excedentes (DEFOURNY, 2009).

Embora a economia social, muito presente, principalmente na França e na Europa, se aproxime muito da economia solidária, França Filho e Laville (2004) as diferenciam dizendo que a ES tem um componente político e de economia plural mais forte do que a Economia Social. De acordo com os autores, na medida em que a economia solidária foi dando origem à Economia Social no século XIX, houve uma transformação dos conteúdos nos campos econômico e político desta proposta. No campo econômico, a economia plural deu lugar a uma estrita economia mercantil, enquanto que no campo político há uma separação entre economia política e Economia Social na qual a primeira permanece voltada para as questões da produção e a segunda volta-se apenas para as questões de redistribuição, passando a não questionar o sistema produtivo e preocupando-se em apenas corrigir os efeitos trágicos do sistema produtivo vigente. A economia solidária, que antes servira como pilar de movimento político para os trabalhadores passa sob a forma de Economia Social a auxiliar o Estado na tarefa de mediação dos conflitos sociais e apaziguamento dos problemas causados pelo capitalismo (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004).

De acordo com Motta (2004), a expressão **economia do trabalho** é defendido por Coraggio (2003) por entender que tal termo revelaria a principal oposição ao capital, que é o trabalho. O autor não concorda com o termo “solidária” por julgar que encarna uma perspectiva moral e utópica muito forte ao salientar o egoísmo como o grande problema do capitalismo. De

acordo com Coraggio, a economia do trabalho só pode ser compreendida totalmente traçando-se um contraponto com a economia do capital. A partir disso o autor coloca que

Sob a perspectiva da economia do capital, o conjunto da economia é visto como elemento institucionalizado por um único princípio de mercado, do qual participam indivíduos utilitaristas e calculistas. Nele, a capacidade de competir e ganhar dá acesso desde a riqueza, até o potencial de autodesenvolvimento, e sua orientação geral baliza-se conforme a lógica da acumulação de capital. Já sob a ótica da economia do trabalho, o conjunto da economia é concebido a partir da constituição de um sistema que combina cinco princípios de integração social: a) autarquia da unidade doméstica; b) reciprocidade intra e intercomunidades; c) redistribuição nos diversos níveis da sociedade; d) intercâmbio em mercados regulados ou livres; e) planejamento da complexidade (em particular, dos efeitos não-intencionais das ações particulares), orientada solidariamente pela lógica da reprodução ampliada das capacidades de todas as pessoas e da qualidade da vida em sociedade (CORAGGIO, 2009).

Apresentados alguns projetos e nomenclaturas do que se entende de forma mais abrangente como economia solidária intentar-se-á reuni-las em duas vertentes que poderiam ser tomadas como representantes desses projetos. Ou seja, a despeito das diferenças entre os projetos pretende-se apontar duas como as principais vertentes da economia solidária atual.

Cançado (2005) identifica três abordagens acerca do conceito de economia solidária. Na primeira delas, representada pela figura de Marcos Arruda, “a economia solidária pode ser considerada como ‘um outro modo de vida’, em que valores percebidos vão muito além da competição característica da sociedade capitalista” (CANÇADO, 2005, p.2). Outra abordagem, da qual Paul Singer faz parte, entende o movimento da economia solidária como uma alternativa ao modo de produção vigente e crê ser possível outro tipo de relação entre os seres humanos para além da divisão internacional do trabalho. A terceira abordagem caracteriza a economia solidária como uma alternativa encontrada pelos setores populares para sobreviverem ao neoliberalismo. Cançado cita Coraggio e Gaiger dentre os autores que fazem parte desta abordagem (CANÇADO, 2005).

Note-se que as três abordagens da economia solidária apontadas por Cançado (2005) – (i) ES como outro modo de vida; (ii) ES como outro modo de produção; (iii) ES como estratégia de sobrevivência no neoliberalismo – são bastante próximas das três variantes do cooperativismo salientadas por Oliveira (2006) – (a) cooperativismo como mecanismo liberal; (b) cooperativismo como um passo para o socialismo; (c) o cooperativismo como a terceira via, alternativo ao socialismo e ao capitalismo. Como explicitado anteriormente, o pensamento a respeito da economia solidária e suas representações atualmente se relacionam e são influenciados por teorias anteriores (MOTTA, 2004).

Poder-se-ia dizer que essas diferentes abordagens da economia solidária refletem não só discussões do cooperativismo como também de grande parte do pensamento esquerdista ocidental. São debates que giram em torno de questões como o pensamento conformista *versus* o pensamento utópico, e a dificuldade de mesmo dentro de um pensamento utópico encontrar-se uma saída propositiva consensual para os problemas diagnosticados (ou mesmo um consenso mais pormenorizado acerca do diagnóstico, das causas dos problemas, principalmente). Da mesma forma que em um momento um movimento de esquerda se agregue aceitando diferentes matizes para ganhar força e tentar combater o *status quo* em outros ele pode enfraquecer-se por causa de possível fragmentação a partir da não concordância ou consensos a respeito de como prosseguir em momentos subsequentes.

Apesar da fragmentação e pluralidade verificadas no que se refere ao conceito de economia solidária, acredita-se que para o presente trabalho será suficiente apresentar apenas duas vertentes principais que apontam para as ideologias que perspassam a economia solidária: (i) economia solidária para geração de emprego e renda, como forma de minimizar os problemas causados pelas políticas neoliberais que culminaram na crise do trabalho assalariado e na pouca proteção social; (ii) a economia solidária para geração de uma nova forma de produzir, crítica ao sistema produtivo capitalista e suas consequências econômicas, sociais e políticas.

Importante dizer que a escolha de enfatizar a dimensão da emancipação trabalhada no curso foi feita não sem motivo. Crê-se que a diferença mais marcante entre as duas vertentes de economia solidária está justamente no entendimento que cada uma delas tem do que seria emancipação. Percebe-se, a partir da literatura consultada, que enquanto a vertente da

economia solidária para geração de emprego e renda entende o aspecto da emancipação enquanto um empoderamento, restrito à questão econômica e do poder de compra, a vertente da economia solidária crítica ao capitalismo entende a emancipação para além do aspecto econômico, também como uma questão política, cultural e social, que envolve, entre outras, as relações de produção, a participação ativa e democrática nos espaços deliberativos e a distribuição igualitária dos ganhos.

Isso, contudo, não é o mesmo que afirmar que não há diferença entre as duas vertentes nas outras dimensões trabalhadas pelo curso (viabilidade econômica e da inclusão social), mas tão somente que a dimensão da emancipação social apresenta uma diferença mais marcada e, por isso, permitirá diferenciar de forma mais acurada as duas vertentes. Além disso, a questão da emancipação acaba também por envolver, de certa forma, os aspectos econômicos e sociais presentes na viabilidade econômica e na inclusão social como poderá ser notado no tópico seguinte.

2.3. A discussão da emancipação na economia solidária

Importante dizer já de início que o conceito de emancipação apesar de poder apresentar alguns pontos comuns entre diferentes perspectivas é um conceito em disputa e, por conseguinte, não existe consenso formado a respeito do que ele representaria de fato. Por isso, pretende-se cumprir com esse tópico, apenas a tarefa de uma primeira aproximação das possibilidades do que se poderia entender por emancipação, em cada uma das duas vertentes. A intenção, portanto, não é ser exaustivo e nem chegar a um conceito ou definição de emancipação definitiva, mas iniciar a discussão acerca do tema. Entende-se que essa primeira aproximação auxiliará futuramente na identificação das acepções de emancipação presentes nos objetivos do curso (explicitados em sua concepção), bem como das abordadas no desenrolar do curso.

Cattani (2009), afirma que a expressão “emancipação social” recobre uma extensa gama de princípios, conceitos e processos materiais identificados também por outros termos. Dentre eles estão: a auto-emancipação proletária, o autogoverno, o socialismo, a sociedade autogerida e a sociedade dos produtores livremente associados. O autor, na tentativa de

esclarecer do que se trata o conceito de emancipação social o designa como “...processo ideológico e histórico de liberação por parte de comunidades políticas ou de grupos sociais da dependência, tutela e dominação nas esferas econômicas, sociais e culturais” (CATTANI, 2009, p. 175). Ainda de acordo com Cattani (2009), emancipar significa conquistar a plena capacidade civil e cidadã no estado democrático de direito, livrando-se do poder exercido pelos outros; ou ascender à maioria de consciência, entendida como a capacidade de reconhecer as normas sociais e morais a despeito de critérios externos impostos ou equivocadamente entendidos como naturais.

Não obstante, a respeito da economia solidária que pretende servir como possibilidade de geração de emprego e renda, minimizando os problemas causados pelas políticas neoliberais, poder-se-ia dizer que a emancipação é entendida principal ou exclusivamente a partir da inclusão de determinada população no mercado, seja pelo aumento da sua renda ou mesmo do seu poder de consumo via crédito. Essa ideia está dentro do contexto de um pensamento político liberal que entende o mercado como o principal meio para os indivíduos conseguirem o necessário para a sua sobrevivência. A garantia de direitos restringe-se, ou recai de forma geral, em questões do direito privado que regula e pune aqueles que nele atuam como forma de garantir seu funcionamento e suas bases, como a propriedade privada e o contrato. A partir desse pensamento formulações que entendem a inclusão social e a cidadania quase exclusivamente por meio do consumo não são incomuns.

Para Gustin (1999), de forma semelhante ao que coloca Cattani (2009), emancipação é entendida como a capacidade de avaliação das estruturas que orientam, constroem e possibilitam, a ação individual e coletiva. Essa capacidade de avaliação está voltada para o objetivo de ampliar as condições jurídico-democráticas da comunidade e aprofundar a sua organização e o associativismo. O intuito disso é possibilitar lutas políticas mais efetivas pelas mudanças na vida da sociedade em questão para sua inclusão no contexto social mais abrangente.

Ambos os autores creem que a questão da emancipação social relaciona-se ao conceito de autonomia. Na visão de Cattani (2009, p.175)

Emancipação social vincula-se ao conceito de autonomia. Uma comunidade política é emancipada, é livre, quando suas leis não são impostas por processos repressivos, tutelares ou paternalísticos; é autônoma quando não obedece a regramentos subjetivos, adventícios ou arbitrários; é, verdadeiramente, emancipada, quando a lei maior é o bem comum, objetivo e universalizador. Na sociedade emancipada, os indivíduos possuem o máximo de liberdade, mas esta é pautada pela igualdade, pela reciprocidade de direitos e obrigações, enfim, pelo processo civilizador que garante a livre expressão respeitosa da diferença e da liberdade do outro.

Já para a Gustin (1999, p. 20)

Uma pessoa autônoma só o é em relação ao outro [...]. Ser autônomo é saber que se está agindo com um caráter autônomo em relação aos valores e regras do outro e das comunidades. A validação intersubjetiva é, portanto, condição necessária para sua realização. O chamado autogoverno deve se realizar através da capacidade de avaliar criticamente as normas, os padrões e os objetivos de seu ambiente. Isso significa uma completa dialética de inserção-destaque: ou seja, de estar relacionado e integrado às regras e princípios de seu contexto e, ao mesmo tempo, dele estar liberto para ser capaz de julgá-lo. Essa constatação torna inadmissível o sentido de auto-suficiência e do ser isolado atribuído à autonomia pelo pensamento liberal.

Gustin (1999), nessa passagem, chama a atenção para a dupla natureza do ser humano, assunto que trata na obra da qual se retirou o trecho transcrito. A partir da ideia de que o ser humano tem uma natureza individual e social, a autora defende que a emancipação (ou autonomia) não pode ser nem um processo somente individual, como fica claro na passagem acima, e, tampouco, apenas coletiva, já que a subjetividade e a postura crítica têm papel central na ideia de emancipação. Assim, a emancipação também assume uma característica dialética que tem a ver com o coletivo e as interações, mas também está ligada ao sujeito e sua subjetividade (GUSTIN, 1999).

Boaventura de Souza Santos, por sua vez, localiza a discussão da emancipação social no desenvolvimento do capitalismo e da modernidade na sociedade ocidental. De acordo com ele, no desenvolvimento conjunto entre capitalismo e modernidade na sociedade moderna houve um desequilíbrio nos pilares de sustentação do dito “projeto da modernidade”. O autor entende que houve, e há, tanto uma desregulação entre os pilares da modernidade quanto uma

desregulação “intra-pilar”, ou seja, interna, dentro dos pilares. De acordo com Santos (2001), a modernidade está sustentada por dois pilares: o pilar da regulação e o pilar da emancipação. O projeto da modernidade conjeturava, primeiramente, o equilíbrio entre esses dois pilares. Entretanto, à medida que o capitalismo se desenvolveu e passou a “andar junto” com a modernidade, o pilar da regulação veio fortalecer-se ao custo do pilar da emancipação. O autor coloca que houve a transformação das energias emancipatórias em energias regulatórias (SANTOS, 2001).

O pilar da regulação é constituído dos seguintes princípios: princípio do mercado, de Locke e Adam Smith, que implica na obrigação política horizontal individualista e antagônica entre os parceiros de mercado; o princípio do Estado, de Hobbes, que constitui a obrigação política entre cidadãos e o Estado; o princípio da comunidade, de Rousseau, que é a obrigação política horizontal e solidária entre as pessoas da comunidade e entre associações. O pilar da emancipação, por sua vez, é composto por três dimensões da racionalização e secularização da vida coletiva: a racionalidade moral prática, presente no direito moderno e na ética; a racionalidade cognitivo-experimental, constituinte da ciência e técnica moderna; a racionalidade estético-expressiva, presentes nas artes e literatura (SANTOS, 2001).

Como foi dito, o desequilíbrio não ocorre somente entre os dois pilares, mas também dentro deles, entre seus princípios. De acordo com Santos (2001), ao longo das três fases do capitalismo houve uma hipertrofia do princípio do mercado, ao passo que o princípio da comunidade foi deixado de lado, desequilibrando o pilar da regulação. Adicionalmente, ele afirma que a emancipação sem cidadania e sem subjetividade apresenta distorções que levam ao desequilíbrio do pilar da emancipação. A proposta de Santos a partir desse diagnóstico de desequilíbrio entre os dois pilares não é de reequilíbrio, mas de dar maior força ao pilar da emancipação em detrimento do pilar da regulação.

A partir do que foi exposto acima, percebe-se que há diferenças profundas entre as duas concepções de economia solidária. Enquanto uma entende a emancipação a partir da inserção econômica, mais especificamente a inserção pela capacidade de consumo, de determinado grupo na sociedade a outra crê que emancipação seja algo para além disso. Para a perspectiva “Crítica ao Capitalismo” poder-se-ia dizer que três são as condições básicas para se falar

sobre emancipação: autonomia crítica efetiva, que concerne à capacidade de avaliar as estruturas sociais nas quais os atores estão imersos; interação pelo diálogo e a intercompreensão, diz respeito ao reconhecimento do *status* sujeito no outro interagente; a argumentação e o convencimento que é relativo à maneira na qual se dá essa interação, extirpando a violência ou qualquer forma de coerção, privilegiando o diálogo e a construção intersubjetiva.

Portanto, a economia solidária que pretende servir como possibilidade apenas de geração de emprego e renda enfatiza quase exclusivamente as condições econômicas das práticas solidárias, não buscando mudanças estruturais ou de paradigma no seio da sociedade. Por outro lado, a Economia Solidária Crítica ao Capitalismo luta por uma outra forma de se relacionar com o mundo, de se organizar para produzir, consumir, gerir e viver. Assim, no que diz respeito à emancipação essa economia solidária preza pela democracia radical, representada pela participação dos integrantes nos processos decisórios marcados por relações horizontais (na gestão corresponde à autogestão); pelo diálogo como forma de resolução de conflitos e tomada de decisão; pela avaliação crítica da situação vivenciada pelos atores, além é claro da questão econômica e material.

3. A FORMAÇÃO

A questão da educação e da formação é importante para qualquer sociedade, seja no que diz respeito à produção, à convivência social ou até mesmo à política. Isso é verdade tanto para sociedades capitalistas quanto para sociedades que se pretendem ser diferentes do capitalismo como, por exemplo, a socialista ou a cooperativista. No entanto, visto que as práticas econômicas, sociais e políticas em uma e outra sociedade são diferentes, também devem o ser a proposta de educação e formação.

Nas sociedades capitalistas os requisitos da técnica e de obediência têm primazia absoluta, assim como o da hierarquia, do individualismo, da competição. O objetivo é o lucro e quanto maior conhecimento técnico, disciplina para o trabalho, exploração do trabalhador, maior será a produtividade, principalmente, o lucro. A hierarquia faz-se importante nos três âmbitos: econômico, social e político, principalmente porque é a partir dela que é possível organização do trabalho que permite a alienação, a extração da mais-valia e o lucro. O individualismo e a competitividade cumprem seu papel, pois, aprofundam o grau de alienação dificultando a ação coletiva, além de manter toda a responsabilidade do fracasso dos indivíduos neles mesmos. Nesse sentido, a educação e formação devem buscar esses valores de competência técnica, obediência (principalmente para os trabalhadores), hierarquização, individualismo e competição.

De acordo com Giroux (1999), as escolas que tem a ver com esses valores são a Escola Tradicional, por ser disciplinadora, a Escola Nova, por primar pela adaptação, a Escola Técnica, que formava com foco nas habilidades úteis ao desempenho de funções mais ou menos definidas pelo mercado. Segundo o autor, os tradicionalistas têm se ancorado na tentativa de encontrar princípios universais de educação que estejam “enraizados no espírito do instrumentalismo e do individualismo automáticos” (GIROUX, 1986, p. 16). Em sua concepção de escola são ignoradas questões como poder, conhecimento e ideologia. Dessa forma, a escola é por eles entendida apenas como um local de instrução onde o mais importante são os conteúdos tratados. Já os pensadores da Escola Nova diferem dos tradicionalistas, pois, creem que os alunos devem exercer papel ativo em sua aprendizagem para exercitarem sua capacidade de criação e adaptação das novas condições de vida. De

acordo com os escolanovistas, a centralidade no educando estimularia o desenvolvimento da criatividade e o ensinaria a aprender “aprendendo a aprender” (GIORUX, 1986). Com os tecnicistas houve uma volta aos princípios tradicionais da educação, buscando-se o ajustamento do aluno às necessidades laborais, seguindo-se as diretrizes da psicologia behaviorista. Cabe à escola ensinar a fazer, através dos princípios de racionalidade, eficiência e produtividade.

Por outro lado, nas sociedades pensadas a partir da crítica ao capitalismo, os principais requisitos são a capacidade crítica, a técnica aliada a essa capacidade crítica e a igualdade assentada na concepção coletiva das práticas sociais, sejam econômicas, políticas ou qualquer outra. Isso se coloca, pois, o objetivo é a emancipação do homem e o aproveitamento de todo o seu potencial enquanto ser humano. Para isso, têm-se os requisitos acima em alta consideração para a instituição de uma democracia radical, em que a participação efetiva substitua a democracia parcial (ou representativa); construção de relações horizontais entre as pessoas em substituição às hierarquias; a autonomia crítica juntamente com o sentimento de solidariedade e coletividade em oposição ao individualismo e à competitividade. Dessa forma, as práticas educativas de formação devem ser de forma tal a propiciar aos indivíduos essas capacidades.

Poder-se-ia dizer que as propostas pedagógicas que coadunam com esses objetivos são aquelas perspectivas críticas da educação, conhecidas também como pedagogia crítica. De forma geral, essas propostas buscam criar ambientes propícios para a participação dos estudantes colocando-os como sujeitos de sua aprendizagem. A aprendizagem, por sua vez, é entendida como um processo dialógico de formação sócio-política, em que o conteúdo é somente um dos componentes. De acordo com Giroux (1999), a pedagogia crítica busca superar a perspectiva disciplinadora da Escola Tradicional, a adaptativa da Escola Nova, a formativa da Escola Técnica, bem como o pessimismo das perspectivas crítico-reprodutivistas. A premissa básica desta teoria é acreditar que outro mundo é possível, que a educação não deve ser resultado de um processo de ajuste do sujeito à realidade presente, mas deve formá-lo para que ele compreenda o contexto sócio-político em que vive e vislumbre alternativas menos desumanas de vida em comunidade (FREIRE, 1989).

A perspectiva crítica da educação é constituída pelos trabalhos de diversos autores brasileiros como Paulo Freire (2002) e os que seguem sua linha de pesquisa como Gadotti (1988, 1995), Guimarães (1988), Barreto (1998) e Torres (2000); os frankfurtianos de primeira geração como Horkheimer (1983), Adorno (1995) e Marcuse (1978); e os contemporâneos de inspiração frankfurtiana, como Pucci (1994), Zuin, Pucci e Ramos-de-Oliveira (2000 e 2004) e Giroux (1986, 1999); além desses, há também os de inspiração marxista como Libâneo (2003), Saviani (2003), Apple (1989, 2006) e McLaren (1997). Apesar das particularidades de cada uma dessas vertentes críticas, poder-se-ia dizer que todas compartilham do ideal de que a educação não deve se ajustar às necessidades do mercado de trabalho, mas deve preocupar-se com a formação político-econômica dos sujeitos envolvidos no processo de produção do conhecimento.

Poder-se-ia localizar o movimento da pedagogia crítica na década de 1960, que surgiu para contrapor-se tanto às perspectivas consideradas não-críticas da Escola Tradicional, da Escola Nova e da Escola Técnica como também ao discurso igualitário e meritocrático parsoniano (PARSONS, 1974). A primeira vertente que se poderia considerar crítica em educação surgiu com as perspectivas crítico-reprodutivistas de Althusser (1998) e Bourdieu e Passeron (1975) que, paradoxalmente, apresentaram, em certa medida, uma continuidade com as escolas não-críticas. Segundo a teoria althusseriana a reprodutibilidade da sociedade a partir da escola consiste na pré-disposição desta em transmitir, através do sistema educacional formal os princípios do capitalismo e difundi-los como os arranjos sociais desejáveis (SILVA, 1999). A escola é concebida como o “aparelho ideológico do Estado” (GIROUX, 1986, p. 17), cuja função básica é reproduzir o sistema capitalista de produção. Já Bourdieu e Passeron (1975) não acreditam que a escola deriva mecanicamente das relações econômicas da sociedade. Para eles, as instituições de ensino reproduzem a cultura através das metáforas econômicas, à medida que se transforma em vantagens materiais e simbólicas o *capital social* que a pessoa possui (SILVA, 1999). A principal contribuição dos críticos reprodutivistas é a noção de que a escola não é uma instituição neutra que proporciona uma igualdade de condições para a população como um todo, como é considerada na teoria meritocrática de Parsons (1974), mas reproduz as desigualdades sociais e mantém o *status quo*.

As teorias reprodutivistas apresentam a realidade de uma forma que não há possibilidades de mudança. Por esse fatalismo e determinismo são consideradas, em parte, como continuidade das teorias não-críticas. As teorias críticas, diferentemente das teorias reprodutivistas, consideram que o fato da educação não ser neutra não significa que ela seja simples reprodutora da ideologia dominante, pois as contradições que caracterizam a sociedade penetram na intimidade das instituições acadêmicas, alterando suas estruturas e revelando à comunidade diferentes leituras da realidade. Educação para libertação consiste, portanto, na compreensão de seu caráter dialético, já que o mesmo processo que aprisiona, através da inculcação da ideologia dominante, liberta, ao revelar as mazelas e contradições da realidade que se tenta retratar. Isso se dá independentemente da intenção de quem tem o poder, pois se encontra no centro do confronto entre o discurso dominante e a realidade vivida pelos educandos e educadores. A partir das frestas aparentes nas contradições é possível de se construir um contra-discurso de resistência.

Rompendo com a lógica mecanicista da escola, a perspectiva crítica em educação se baseia na relação dialética escola-sociedade. Abre-se espaço, portanto, para a resistência das pessoas à ordem dominante e à criação de uma nova ordem, possibilitando a mudança nas estruturas sociais. A agenda de trabalho da perspectiva crítica é composta da teoria crítica de currículo (SILVA, 1999), da análise do currículo oculto (GIROUX, 1986), da análise crítica dos livros didáticos (NOSELLA, 1979, FREITAG, 1993 e FARIA, 1994) e a relação dialógica entre professor e aluno (ENGUITA, 1989).

A teoria do currículo, seja ela derivada de qualquer epistemologia, serve como pano de fundo para a questão de qual conhecimento deve ser ensinado. Ela surge nos Estados Unidos, na década de 1920, baseando-se nos princípios da Administração Científica de Taylor (SILVA, 1999). O que se pretendia era organizá-lo de modo que o produto do ensino (aluno) pudesse ser planejado no maior número de detalhes possível, garantindo um nível padrão de aprendizagem. A teoria crítica do currículo surge na década de 1960 e acreditam que os currículos são estruturas que escondem determinadas concepções de ideologia, reprodução cultural e social, poder, classe social. O currículo crítico privilegia o estudo das questões de emancipação, libertação, resistência e conscientização (SILVA, 1999).

A teoria do currículo oculto extrapola os conteúdos formalizados e se propõe responder à seguinte questão: como são ensinadas as atitudes necessárias ao bom trabalhador capitalista? A ênfase, portanto, está nas formas adquiridas pelas relações sociais na escola, provenientes do currículo oficial. Segundo Silva (1999), por exemplo, algumas características na educação de trabalhadores de nível operacional, são: obediência a ordens, pontualidade, assiduidade e subordinação. Já no caso da educação de trabalhadores de médio e alto escalão, os valores ensinados são: confiabilidade, capacidade de comandar e de planejar, autonomia e liderança.

A educação crítica exige coerência do educador em seu discurso libertário. Nas palavras de Freire (1989, p. 13) “...não é o discurso que ajuíza a prática, mas a prática que ajuíza o discurso”. A postura crítica do educador não se assemelha à prática “neutra” nem tampouco à prática espontaneísta, que é “licencioso, por isso irresponsável” (FREIRE, 1989, p. 13). Ao educador crítico cabe o papel de questionar os conteúdos programáticos e estruturas das instituições de ensino e da sociedade, bem como denunciar todas as formas de opressão e reprodução das estruturas de dominação, incluindo a si mesmo no processo de avaliação crítica (SILVA, 2004, p. 3).

Um pilar fundamental da educação crítica é a consciência coletiva e solidária do homem. “Cada um de nós é um ser no mundo, com o mundo e com os outros. Viver ou encarnar esta constatação evidente, enquanto educador ou educadora, significa reconhecer nos outros o direito de dizer suas palavras” (FREIRE, 1989, p. 15). Outro pilar da educação crítica é a capacidade do educador de “assumir a ingenuidade dos educandos para poder, com eles, superá-la” (FREIRE, 1989, p. 15). Isso significa que o professor deve respeitar a percepção de realidade do aluno e, a partir dela, buscar o desenvolvimento da consciência crítica. Ignorar o ponto de partida do aluno, impondo-lhe o seu, é comungar com soluções autoritárias para a prática libertária. A educação crítica, portanto, é um processo solidário à medida que estabelece a troca de papéis entre educador e educando: um educador que ora ensina e ora aprende e um educando que ora aprende e ora ensina, em um processo constante de superação e confronto ideológico.

As principais premissas da concepção crítica do ensino podem ser resumidas, com base em Silva (2004); Perriton e Reynolds (2004); McLaren (1997); Freire (1981 e 1989), nos seguintes itens:

1. O processo de aprendizagem é analisado considerando-se o contexto histórico, político, econômico e social;
2. “A sociedade também educa”, não cabendo somente à escola esta função;
3. As escolas não são instituições neutras. Ela é o *locus* de disputa política, econômica, cultural e social;
4. As escolas devem ser analisadas dialeticamente enquanto estruturas que reproduzem as desigualdades sociais e o discurso hegemônico ao mesmo tempo em que criam alternativas para a resistência e libertação destas dominações;
5. O questionamento de princípios *taken for granted* tanto da prática, quanto da teoria ensinada, revelando que a educação é uma formação tanto técnica quanto moral;
6. A unidade de análise é social e não individual, dando ênfase aos conceitos de comunidade e construção social da realidade;
7. O objetivo é a emancipação dos grupos sociais e o desenvolvimento de uma sociedade mais igualitária.

O que se busca a partir dessa perspectiva, portanto, é o desenvolvimento de uma consciência crítica, obtida através da construção de relações dialógicas entre educador e educando para uma “prática concreta de libertação e construção da história” (SEVERINO, 1989, prefácio). Nesta concepção crítica, há a busca utópica (mas não fantasiosa) da construção de uma sociedade em que não haja mais explorados e exploradores.

Os conceitos desenvolvidos pela pedagogia crítica servem, assim, como um roteiro para que se desvendem as “armadilhas” que conduzem as pessoas ao desenvolvimento de uma consciência astuta ou ingênua, reforçando, ao contrário, o processo de tomada de consciência crítica, fundamental para que o processo de aprendizagem se concretize, em todo seu potencial. Será a partir desses conceitos da pedagogia crítica, assim como das sete premissas apresentadas que se fará a discussão das potencialidades e das limitações do Curso Estadual de Formação em Economia Solidária.

4. PERCURSO EPISTÊMICO E METODOLÓGICO

4.1. Breves notas de uma “ontoepistemologia”: como entendo, aproximo e encosto no mundo

Esse tópico se presta a esclarecer os posicionamentos adotados na presente pesquisa acerca do real, da ciência e das possibilidades de pesquisa. Entende-se que esse tópico não será suficiente para os esclarecimentos metodológicos do presente projeto e, por isso, será seguido de outro mais estruturado, no qual se tratará, mais pormenorizadamente, o percurso metodológico deste trabalho. Ainda sim, mantém-se esse texto por crer que terá valia para o leitor, pois o permitirá conhecer um pouco do ponto de que parte o autor, possibilitando àquele que acompanhar o argumento trabalhado ao longo do texto, compreender a proposta de pesquisa e a metodologia utilizada para abordar o objeto a ser estudado. Pedem-se também desculpas por não se aprofundar nas discussões, mas se justifica dizendo que este não seria o lugar mais apropriado para tal e que os poucos conhecimentos do autor a respeito do tema tampouco o permitiriam ir mais longe nessa exposição.

Embora possa se pensar que não, entende-se que a discussão entre o uso de metodologia “quanti” e “quali” não é tão recorrente em todas as áreas das ciências humanas e sociais, ciências humanas e sociais aplicadas. Importante dizer, contudo, que esse debate está presente no contexto de pesquisa em Administração, pelo menos no âmbito do CEPEAD/ UFMG (Centro de Pós-graduação e Pesquisa em Administração). Além disso, na linha de Estudos Organizacionais e Sociedade é recorrente, por parte de alguns professores e estudantes, a discussão acerca dos posicionamentos ontológicos e epistemológicos do pesquisador e de quão importante é que estejam de acordo com o marco teórico, com a proposta metodológica e com as técnicas de análise de dados. Isso é mais importante quando não se partilha do paradigma de pesquisa dominante na área. É a esses esclarecimentos que esse tópico serve e é isso que se buscará, aqui, deixar claro ao leitor.

Não obstante a discussão seja colocada em termos de “quanti” *versus* “quali” crê-se, assim como André (2007), que essa dicotomia traz prejuízos às avaliações mais acuradas das possibilidades e limites dos tipos de pesquisa. André (2007) defende que nem toda pesquisa quantitativa é positivista e que nem toda pesquisa qualitativa se afasta desse tipo de pesquisa.

O autor exemplifica dizendo, por um lado, de pesquisas que se utilizam de dados quantificáveis, mas que não tomam seus instrumentos como neutros, incluindo a subjetividade do autor nos processos de pesquisa, e que não entendem que seus métodos de amostragem lhes permitam fazer generalizações. Ainda, no mesmo sentido, cita pesquisas que apesar de coletar dados através de métodos qualitativos buscam quantificá-los, dizendo, por exemplo, da porcentagem de pessoas que creem em x ou em y em determinada entrevista, mostrando por meio de números a dimensão da questão que foi apreciada qualitativamente na pesquisa. Isso não tornaria necessariamente tal pesquisa mais próxima do positivismo. Por outro lado, há pesquisas que se valem de métodos qualitativos de coleta de dados, mas que pretendem construir instrumentos neutros e possibilidades de generalizações (ANDRÉ, 2007).

Portanto, para tentar escapar à redução promovida pela dicotomia “quanti-quali” informa-se que, mais do que uma metodologia qualitativa, utilizar-se-á uma perspectiva interpretativa para abordar o objeto de estudo. Dito isso, a princípio, pode-se entender que não se pretende fazer uma generalização acerca dos achados da pesquisa, não se pretende buscar regularidades e leis aplicáveis a ele e não se buscará manter-se afastado do objeto de pesquisa. É isso, porém mais que isso...

Adotar uma metodologia é mais do que apenas escolher um caminho que se pretende percorrer, que seja legitimado, conte com instrumentos validados e confiáveis para se chegar até o objeto de pesquisa. A metodologia, entendida como “metodologismo”, no qual instrumentos e técnicas se emanciparam das representações teóricas convertendo-se em princípios absolutos de legitimidade para a informação produzida por eles (GONZÁLEZ REY, 2005), é o que se tenta evitar nessa parte de apreciação metodológica do trabalho. A esse respeito entende-se que a escolha metodológica tem a ver com as possibilidades de compreensão que técnicas e métodos dão aos pontos a serem estudados dentre as infinitas possibilidades colocadas pelo real. Dessa forma, compreende-se que seria mais pertinente se o pesquisador escolhesse a metodologia a ser utilizada em seu trabalho guiado por seus problemas de pesquisa, por suas concepções epistemológicas (possibilidade de conhecimento e relação entre sujeito do conhecimento e objeto a ser conhecido), ontológicas (diz respeito ao entendimento acerca da natureza e essência das coisas) e não pela validade e confiabilidade que esses instrumentos trarão para os seus achados na pesquisa.

A questão da validade e confiabilidade tem a ver com a postura do pesquisador e com os instrumentos que utiliza para coletar e analisar os dados. Diria que a postura de afastamento máximo do pesquisador em relação a seu objeto de estudo é a parte metodológica da construção de teorias que se pretendem: neutras (livres de pré-conceitos do pesquisador, de suas ideologias e visão de mundo); capazes de expressar leis gerais; detentoras da verdade última. Portanto, além de buscarem a utilização de métodos refinados de coleta de dados para garantirem a neutralidade, e quantitativos apurados para permitirem generalizações, as escolhas dos instrumentos de coleta e análise de dados nessa perspectiva buscam a legitimidade e a validade do conhecimento construído a partir de seus procedimentos, pois, dentro de uma perspectiva positivista, isso é condição necessária para que essas teorias se postulem como detentoras da verdade última. Essa postura metodológica, no entanto, está assentada em uma concepção ontológica da realidade (objeto de estudo), do homem (sujeito de pesquisa), como também questões epistemológicas.

A concepção ontológica que fundamenta as teorias que se pretendem neutras compreende a realidade e os objetos de estudo como coisas dadas que estão em alguma medida disponíveis aos pesquisadores para serem estudadas. A realidade (objeto) existe fora de cada um de nós, tem uma objetividade. A isso corresponde admitir que independente da vontade dos sujeitos e de sua capacidade para compreendê-las, as coisas estão aí e, em princípio, seria possível descobri-las.

Todavia por que “em princípio”? As coisas estão aí e estão dadas, porque elas não podem ser descobertas? Ora, porque a descoberta depende das possibilidades de apreensão do mundo por parte do pesquisador que é limitada. Essa é uma questão epistemológica: qual a relação entre o investigador e o objeto de sua pesquisa (ou, qual a relação entre o sujeito que busca o conhecimento e objeto que se pretende conhecer)? Quais são as possibilidades de apreensão da realidade por parte do pesquisador? Para as teorias “neutras” essa relação é majoritariamente não problemática. Munido de boas técnicas, o pesquisador não tem maiores problemas para acessar a realidade que “está aí”, é objetiva, basta olhá-la para vê-la. O pesquisador observaria sistematicamente o fenômeno desejado, apreenderia suas características, seu funcionamento podendo, assim, descrevê-lo.

O cuidado de afastar as pré-noções, pré-conceitos e visão de mundo do pesquisador é uma necessidade para que se possa apreender a realidade tal como ela é, sem as interferências do sujeito que pesquisa. Apesar de não se concordar com isso, crê-se que esse entendimento seria possível, entre outras alternativas⁶, a partir da leitura de que o homem é um ser que assume papéis e age socialmente de acordo com esses, conseguindo inclusive desempenhar um papel em um momento sem que outros tenham influência (PARSONS, 1968). Dessa forma, o sujeito naquele momento de pesquisa atua como pesquisador e destitui-se de todos os outros papéis sociais que desempenha em momentos paralelos ou desempenhou anteriormente. Assim, não importa se o pesquisador é homem ou mulher, solteiro ou casado, filho(a) ou pai (mãe), se crê ou não em Deus ou magia, se é comunista ou empresário, ou que tenha qualquer outra característica psicológica ou sociologicamente relevante, pois, quando está pesquisando é apenas um pesquisador e enquanto tal sua função é apreender a realidade com a mais alta fidedignidade.

Esse modelo ainda dominante nas pesquisas em administração é baseado no paradigma das ciências físicas e naturais, e nas ciências humanas e sociais corresponde ao que se costumou chamar de funcionalismo. Esse paradigma surgiu nas primeiras pesquisas das ciências sociais sob a forma da perspectiva estrutural-funcionalista que, além de compartilhar desses pressupostos ontológicos e epistemológicos, entendia que o mundo social funcionava a partir de estruturas fundamentais, equivalentes às leis do mundo físico e às regularidades do mundo biológico. De acordo com a corrente estrutural-funcionalista, a vida social ocorreria a partir de certas estruturas que seriam essenciais para o bom funcionamento da sociedade.

A escolha de não ir pelo caminho conhecido como positivista pode ser justificada de três diferentes formas: metodológica, epistemológica e ontológica. Não obstante serem apresentadas separadamente é importante dizer que a postura ontológica assumida tem

⁶ A teoria dos papéis de Parsons não surge para dar bases às escolhas metodológicas do positivismo, mas se crê possível utilizá-la para exemplificar uma possível justificativa de tais escolhas. A opção de apresentá-la nesse contexto se dá mais para colocar uma ilustração a respeito de uma possível justificação da postura positivista do que para dizer que esse é o argumento utilizado por pesquisadores inspirados nessa concepção de ciência. Mesmo porque os autores dessa escola, como dito no corpo do texto, geralmente não têm a relação sujeito-objeto como problemática e, por isso, muitas das vezes não se propõem a tratarem do assunto e a se justificarem.

implicações para as reflexões epistemológicas e para a escolha da metodologia da pesquisa. Além disso, deixa-se claro que o primeiro termo dessa sequência de escolhas (ontológica, epistemológica e metodológica) foi a postura ontológica, ou seja, partiu-se do entendimento sobre a realidade e o homem.

A respeito da primeira questão, ontologia do ser humano (sujeito)⁷ e da realidade (objeto), cabe dizer que se entende o humano como possuidor de uma subjetividade de onde ele acessa o mundo (exterior e interior) e dá sentido às coisas (GONZÁLEZ REY, 2005). Sobre a realidade compreende-se que ela pode existir independente da vontade ou apreensão humana, tal como entende Hessen (2000) em sua teoria fenomenológica do conhecimento.

A princípio parece o mesmo que foi dito anteriormente sobre a perspectiva funcionalista. Não é. A diferença está na ontologia do homem e tem consequências para o processo de construção do conhecimento, uma das questões tratadas pela epistemologia das ciências ou pela teoria do conhecimento. Tendo em conta que só chegamos à realidade por vias do conhecimento humano, seja pelas minhas próprias ideias e experiências, ou por ideias e experiências de outrem (que para eu ter acesso passam, também, por minhas ideias e experiência), não há como considerar a realidade como algo dado e passível de ser apreendida sem a interferência do sujeito (HESSEN, 2000). Ou seja, a realidade sob a qual discorreremos, “realidade relevante”⁸, não poderia ser tida como independente do homem, na medida em que para ser apreendida precisa ser significada e, para tal, precisa de um sujeito que se vale de esquemas simbólicos adquiridos em sua socialização que constituem sua subjetividade (GONZÁLEZ REY, 2005). Mas, como se daria essa relação entre homem-realidade, ou sujeito-objeto?

⁷ Considero aqui ser humano e humano não apenas como indivíduo da espécie *homo sapiens*, mas como sinônimo de sujeito, ou seja, um ser humano socializado.

⁸ Chamo essa realidade possível de apreensão pelos seres humanos de *realidade relevante* por entender que sendo eu um ser humano, assim como você meu leitor o é, não caberia aqui buscar tratar de algo que ambos desconhecemos por incapacidade própria da nossa condição de apenas entender o mundo a partir de significados que lhe atribuímos. Espera-se deixar esse ponto mais claros em discussões futuras.

Hessen (2000, p. 17), em sua teoria fenomenológica do conhecimento considera o sujeito cognoscente como apartado do objeto cognoscível, apesar de considerar que esta separação se dá a partir de uma relação de reciprocidade que os conectam:

[...] a relação entre os dois elementos é uma relação recíproca (correlação). O sujeito só é sujeito para um objeto e o objeto só é objeto para um sujeito.

Ambos são o que são apenas na medida em que o são um para o outro. Essa correlação, porém, não é reversível. Ser sujeito é algo completamente diverso de ser objeto.

A função do sujeito é apreender o objeto; a função do objeto é ser apreensível e apreendido pelo sujeito.

A mediação entre esses dois termos (sujeito-objeto), segundo Hessen (2000), é feita pela imagem do objeto. De acordo com o autor, a imagem é algo que é produzido pelo sujeito ao tentar apreender as características do objeto e está entre os dois. O objeto determina a imagem que o sujeito cria do objeto, assim como o próprio sujeito tem influência na criação dessa imagem. Essa primeira sentença tem a ver com a receptividade do sujeito em relação ao objeto, enquanto que a segunda tem a ver com o papel também ativo que o sujeito pode ter no conhecimento. Segundo Hessen (2000, p.18), a “receptividade com respeito ao objeto e espontaneidade com respeito à imagem do objeto no sujeito podem perfeitamente coexistir”. Nesse processo, apesar de certa influência que o sujeito pode imprimir no objeto, ou melhor, em sua imagem, o objeto propriamente dito mantém-se transcendente ao sujeito, apenas a sua imagem é que sofre interferência do sujeito. Percebe-se que essa perspectiva apresenta diferenças em relação ao positivismo, mas ainda conserva certo ideal de que existe uma verdade última e de que a ciência deve buscar aproximar-se dela, seja por vias verificacionistas ou falsificacionistas.

Isso é mais plausível quando pensamos em pesquisas que envolvem um sujeito pesquisador e um objeto de pesquisa como as marés, o concreto armado, a resistência de uma qualidade de madeira, entre outros. Nesses casos, o valor do conhecimento se dá, em grande parte, pela aproximação dessa imagem do objeto construída pelo sujeito do próprio objeto na realidade. Mas o que dizer quando tanto o sujeito quanto o objeto de pesquisa são da mesma natureza,

ou seja, são humanos, sujeitos pesquisadores e sujeitos de pesquisa? O que dizer da complexidade de objeto de pesquisa como a sociedade, o homem e as interações entre eles? De acordo com González Rey (2005), essa realidade é extremamente complexa o que não nos permite acessá-la totalmente em sua grande complexidade. O autor propõe, então, uma Epistemologia Qualitativa para o campo das pesquisas antropológicas, como ele chama as ciências que estudam o homem e a sociedade.

Poder-se-ia apresentar a Epistemologia Qualitativa de González Rey a partir da explanação de seus três princípios: (1) o caráter construtivo interpretativo do conhecimento; (2) a legitimação do singular na produção do conhecimento; por fim, (3) o entendimento da pesquisa nas ciências antropológicas como um processo de comunicação, um processo dialógico. Importante também explicitar a ideia da subjetividade como uma definição ontológica do ser humano que tem implicações na epistemologia do autor.

O primeiro atributo, *o caráter construtivo interpretativo do conhecimento*, diz respeito à compreensão que se tem a respeito da relação do ser humano com o conhecimento. Dizer que o conhecimento tem um caráter construtivo e interpretativo é o mesmo que dizer que a realidade, para se tornar objeto de nosso conhecimento, é por nós construída e interpretada, por tanto, não é apenas apropriada linearmente tal como se nos apresenta. Como já adiantado anteriormente, González Rey (2005, p. 5) entende a realidade como

um domínio infinito de campos inter-relacionados independente de nossas práticas; no entanto, quando nos aproximamos desse complexo sistema por meio de nossas práticas, as quais, neste caso, concernem à pesquisa científica, formamos um novo campo de realidade em que as práticas são inseparáveis dos aspectos sensíveis dessa realidade.

O autor coloca que são justamente os aspectos sensíveis gerados pelas práticas de pesquisa que são suscetíveis de serem significadas nas pesquisas. De acordo com o psicólogo social cubano, é impossível pensar que se tem um acesso ilimitado e direto ao sistema real, “tal acesso é sempre parcial e limitado a partir de nossas próprias práticas” (GONZÁLEZ REY, 2005, p. 5).

O segundo atributo da epistemologia qualitativa, *a legitimação do singular na produção do conhecimento*, passa pelo valor atribuído ao aspecto teórico na pesquisa. A pesquisa é considerada como uma produção teórica. Esta, por sua vez, é entendida como a construção permanente de modelos de inteligibilidade que proporcionam à pesquisa a constituição consistente de um campo ou um problema por ela abordado. O teórico não se resume apenas às “...teorias que constituem fontes de saber pré-existentes em relação ao processo de pesquisa, mas concerne, muito particularmente, aos processos de construção intelectual que acompanham a pesquisa” (GONZÁLEZ REY, 2005, p. 11). O processo de construção da pesquisa qualitativa é altamente dinâmico não havendo, assim, uma separação clara entre o momento empírico e teórico da pesquisa. Como coloca González Rey (2005, p. 11),

A produção teórica apresenta diferentes níveis, mas o que a caracteriza é uma produção intelectual sistemática que permite organizar, de diferentes formas, o material empírico e que integra as ideias dos pesquisadores como parte essencial do conhecimento em elaboração.

A legitimidade dos dados produzidos, das informações e das ideias que aparecem por meio do caso singular é obtida diferentemente na Epistemologia Qualitativa do que nas epistemologias positivistas e mesmo fenomenológicas. Na Epistemologia Qualitativa, o valor dos dados, informações e ideias é obtido pelo que eles representam para o modelo em construção, o modelo que será responsável pelo conhecimento construído na pesquisa. Ou seja, a legitimidade não está nos critérios de validade interna e externa, na confiabilidade dos instrumentos de coleta de dados empíricos e muito menos no caráter cumulativo da informação obtida, mas está na “...capacidade do modelo ampliar suas alternativas de inteligibilidade sobre o estudado como seu permanente aprofundamento em compreender a realidade estudada como sistema” (GONZÁLEZ REY, 2005, p. 12-13).

O autor ainda coloca que a significação epistemológica da singularidade está relacionada ao valor teórico da subjetividade no estudo do homem, da cultura e da subjetividade. Para ele, essas dimensões se constituem de forma permanente entre si a partir da condição subjetiva que define a ontologia desses três sistemas complexos da realidade. O valor relevante da singularidade é explicado pela diferença marcada dos indivíduos e dos distintos espaços da vida social (GONZÁLEZ REY, 2005).

O terceiro atributo da Epistemologia Qualitativa, *o entendimento da pesquisa nas ciências antropológicas como um processo de comunicação, um processo dialógico*, diz respeito ao entendimento de que “grande parte dos problemas sociais e humanos se expressa, de modo geral na comunicação das pessoas seja direta seja indiretamente” (GONZÁLEZ REY, 2005, p. 13). O autor considera a comunicação como um meio privilegiado para se conhecer as “...configurações e processos de sentido subjetivo que caracterizam os sujeitos individuais e que também permitem conhecer o modo como as diversas condições objetivas da vida social afetam o ser humano” (*idem*, p. 13). Além disso, é por via da comunicação que “os participantes da pesquisa se converterão em sujeitos implicando-se no problema pesquisado a partir de seus interesses, desejos e contradições” (*idem*, p. 14). Para tanto, deve-se buscar fazer do espaço de pesquisa um espaço de sentido que implique a pessoa estudada. Adicionalmente, considerar a comunicação um princípio epistemológico conduz a reconsiderar o espaço social da pesquisa em sua significação para a qualidade da informação produzida (GONZÁLEZ REY, 2005).

A respeito da subjetividade, poder-se-ia dizer que para González Rey (2005), esta é uma característica intrínseca aos seres humanos, por isso, tem o estatuto de definição ontológica. A subjetividade é entendida como um sistema que permite transcender a fragmentação histórica dos campos interiores à psicologia, assim como permite a representação de um sistema “cujas unidades e formas principais de organização se alimentam de sentidos subjetivos definidos em distintas áreas da atividade humana” (*idem*, p.19). De acordo com o autor, o conceito de subjetividade é mantido no intuito de explicar “...um sistema complexo capaz de expressar através dos sentidos subjetivos a diversidade de aspectos objetivos da vida social que concorrem em sua formação” (*ibidem*).

Os sentidos subjetivos são a unidade inseparável dos processos simbólicos e as emoções em um mesmo sistema, na qual a presença de um desses elementos evoca o outro, sem que seja por ele absorvido (GONZÁLEZ REY, 2005). O sentido, nessa definição de sentido subjetivo, separa-se da palavra e “...delimita em espaço simbolicamente produzidos pela cultura, que são as referências permanentes do processo de subjetivação da experiência humana” (GONZÁLEZ REY, 2005, p. 21). Não obstante esses processos simbólicos e as emoções

produzidas terem referências nesses espaços produzidos pela cultura, eles “...são impossíveis de serem compreendidos por processos padronizados e externos ao sistema subjetivo particular em que o sentido é produzido, daí a ênfase em seu caráter subjetivo” (*ibidem*). Às formações complexas caracterizadoras de formas estáveis de organização individual de sentidos subjetivos denomina-se de configurações subjetivas (GONZÁLEZ REY, 2005).

González Rey (2005, p. 21) informa que

O desenvolvimento da categoria de sentido subjetivo facilita explicar que o desenvolvimento da emocionalidade é resultado da convergência e da confrontação de elementos de sentido, constituídos na subjetividade individual como expressão da história do sujeito e de outros aspectos que aparecem por meio de suas ações concretas no processo de suas distintas atividades. Assim, o conceito de sentido subjetivo fundamenta uma concepção histórico-social da subjetividade, a qual rompe com qualquer reminiscência de mentalismo ou subjetivismo.

A subjetividade constitui parte tanto do sujeito individual, como dos diferentes espaços sociais em que este vive, sendo também constituída por eles. De acordo com González Rey (2005, p. 24), “...o caráter relacional e institucional da vida humana implica a configuração subjetiva não apenas do sujeito e de seus diversos momentos interativos, mas também dos espaços sociais em que essas relações são produzidas”. Chama-se de subjetividade social o nível de organização das subjetividades em que os diferentes espaços de uma sociedade concreta estão estreitamente relacionados entre si em suas implicações subjetivas. Essa subjetividade social é reconhecida “...nas representações sociais, nos mitos, nas crenças, na moral, na sexualidade, nos diferentes espaços em que vivemos etc., e está atravessada pelos discursos e produções de sentido que configuram sua organização subjetiva” (*ibidem*).

Importante salientar aqui uma pequena diferença entre a concepção de subjetividade de González Rey (2005) da utilizada no presente trabalho. Enquanto que para o psicólogo social cubano o indivíduo é a unidade de análise por definição para qualquer metodologia qualitativa dentro das ciências antropológicas, inclusive quando se trata de subjetividades coletivas, acredita-se que em se tratando de um grupo seria possível captar o que ele chama de subjetividade social através das próprias dinâmicas do grupo e dos sentidos e discursos criados no seu interior, sem necessariamente ir fundo nas subjetividades de cada um dos

integrantes do grupo. A partir desse entendimento é que o presente projeto propõe fazer uma pesquisa de tipo etnográfica na educação.

4.2. Metodologia

Como explicitado anteriormente, esse trabalho buscará *analisar qual vertente da economia solidária prevalece e quais os sentidos da emancipação emergem no curso estudado; analisar a proximidade ou não dessa abordagem e desses sentidos entre os momentos de “pré-concepção”, concepção e implementação do curso; e discutir as limitações e potencialidades tendo em vista essa proximidade ou não e as características do curso.*

Visto que o contexto do curso selecionado para esse estudo possui peculiaridades optou-se por construir o tópico “4.2.1. Conhecendo o objeto”. Esse tópico intenta informar, ainda que de forma breve, a relação constituída entre o FBES, a SENAES e o CNES nos processos de pré-concepção”, concepção e implementação das políticas dessa Secretaria e da relação entre a SENAES e o IMS no que diz respeito à implementação do curso selecionado. A explanação desse contexto permitirá compreender o motivo pelo qual se podem considerar os textos dos espaços do FBES, da SENAES, do CNES e do IMS como norteadores do curso, importando assim, apreender qual vertente de economia solidária prevalece em seus escritos.

A discussão sobre as limitações e possibilidades do curso terá como base o confronto da vertente de economia solidária que prevalece nos documentos do FBES (pré-concepção), da SENAES, do CNES e do IMS (concepção) com aquela preponderante no espaço dos cursos propriamente ditos (implementação). No intento de discutir os limites e possibilidades do curso, além dessa confrontação, se fará também uma análise de suas características (ementa, material didático, duração do curso, dinâmica da sala de aula, etc.). Isso permitirá discutir a questão das limitações e possibilidades sob três aspectos: o primeiro diz respeito à entrada da ES no estado e as consequências disso ao seu projeto; o segundo concerne à uma possível distância entre o que foi pensado inicialmente e o que de fato se passa no curso; e o terceiro refere-se a aspectos pedagógicos como a dinâmica da sala de aula além de outras questões como a estrutura do curso, o conteúdo do material didático e a forma como esse material é tratado.

Para cumprir com esse objetivo propôs-se uma metodologia organizada em duas etapas. A primeira diz respeito à pesquisa documental na qual se recorreu aos documentos oficiais do FBES, da SENAES, do CNES e do IMS, que orientam o curso estudado, e aos materiais tratados no curso para apreender quais vertentes da economia solidária são preponderantes neles. A segunda, por sua vez, concerne à própria pesquisa de campo que teve a forma de uma pesquisa de tipo etnográfica na educação (ANDRÉ, 2007) em que se buscou apreender quais vertentes da economia solidária surgiram nas dinâmicas do curso, além de possibilitar a vivência das dinâmicas do curso importante para as discussões acerca de suas potencialidades e limites. Importante salientar, e se poderá perceber a partir de exposições que se seguem, que a pesquisa de tipo etnográfica na educação guarda algumas diferenças em relação à etnografia feita por antropólogos profissionais. A opção por fazer uma etnografia no curso justifica-se por se entender que é no espaço do curso que a política acontece verdadeiramente. Isso não significa que esse é um momento separado, independente dos demais, mas que é nesse momento que ela ganha concretude e contorno finais. Para auxiliar na coleta de dados etnográficos utilizou-se do diário de campo, fotografias e gravação de áudio. Os dados coletados foram organizados e tratados a partir da técnica de análise do conteúdo.

4.2.1. Conhecendo o objeto

O Curso Estadual de Formação de Formadores em Economia Solidária foi oferecido pelo CFES-SE em 2011 sendo parte do “Programa Economia Solidária em Desenvolvimento” da SENAES. Os CFES, em funcionamento desde 2009, já ofereceram vários cursos, entre outras atividades. O programa já citado (Programa Economia Solidária em Desenvolvimento) é composto, entre outras, pela política chamada de “Formação de Formadores (as), Educadores (as), e Gestores Públicos para Atuação em Economia Solidária”. Dentro dessa política, por sua vez, existem três atividades dentre as quais o CFES é uma delas. Como dito anteriormente, há cinco CFES regionais e um nacional, sendo que o nacional, localizado em Brasília, acumula também as funções do CFES-CO (Centro-Oeste).

Faz-se mister informar da relação existente entre o FBES e a SENAES. De acordo com a própria SENAES são nos espaços do FBES que se constroem as diretrizes e se planejam as

políticas que a SENAES levará a cabo. O FBES tem grande penetração dentro da SENAES. Isso é perceptível quando se sabe que a grande maioria das pessoas ligadas à SENAES estão engajadas também no Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Desde o princípio do surgimento das duas instâncias da economia solidária pode-se dizer que tanto a estatal quanto a da sociedade civil foram pensadas para atuarem juntas. Como colocado anteriormente, o FBES foi criado para ser a instância da economia solidária no âmbito da sociedade civil. Para muitos seu papel seria o de interlocutor do movimento da ES com a SENAES, por meio do CNES, espaço onde apresentaria demandas, sugeriria políticas como também acompanharia a execução das políticas públicas de economia solidária (MTE, 2010b).

O CNES foi concebido como órgão consultivo e propositivo para a interlocução permanente entre setores do governo e da sociedade civil que atuam na e/ou pela economia solidária. Tem por atribuições principais “a proposição de diretrizes para as ações voltadas à economia solidária nos Ministérios que o integram e em outros órgãos do Governo Federal, e o acompanhamento da execução destas ações, no âmbito de uma política nacional de economia solidária” (MTE, 2011, p.1).

O Fórum Brasileiro de Economia Solidária tem uma estrutura complexa que busca criar um caminho de baixo desde a cima para possibilitar a representação e mesmo a atuação direta de pessoas ligadas aos empreendimentos, às entidades de acessória e os gestores públicos⁹. Ele se articula com diversos outros fóruns metropolitanos, estaduais e regionais pelo país. A principal instância de decisão é a Coordenação Nacional que é formada por representantes das cinco entidades nacionais do FBES¹⁰, três representantes de cada estado indicados pelos fóruns estaduais, dois gestores por região, mais dois gestores de nível nacional indicados pela Rede de Gestores. Há também uma Coordenação Executiva Nacional criada para a gestão política cotidiana, interlocução com o governo federal e acompanhamento da Secretaria

⁹ De acordo com o FBES (2012) o fórum consiste na articulação desses três segmentos: empreendimentos solidários, entidades de assessoria e fomento e os gestores públicos.

¹⁰ Desde agosto de 2011 essas cinco entidades são: Unicafes, Cáritas Brasileira, IMS, Rede de ITCPs e Rede Unitrabalho.

Executiva Nacional (da SENAES). Outras instâncias do fórum são a Secretaria Executiva Nacional e os Grupos de Trabalho¹¹.

Na figura que se segue, é possível ter melhor noção do contexto em que o CFES-SE está localizado dentro da SENAES.

Organograma das políticas públicas da SENAES. Destaque para o CFES-SE

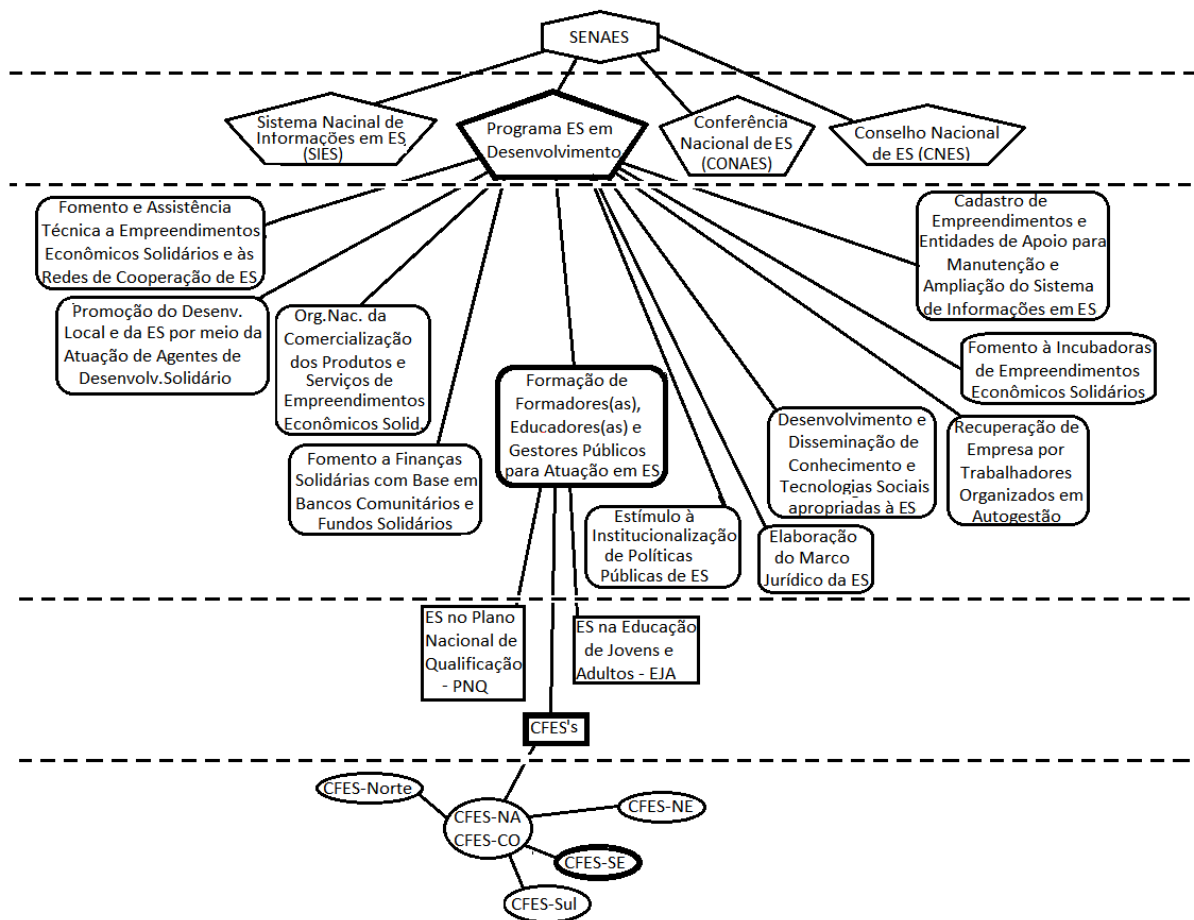


Figura 1. Organograma das políticas públicas da SENAES. Destaque para o CFES-SE. Criado a partir das informações no site do MTE.

Para implementação dos CFES's a SENAES promoveu um concurso público no intuito de selecionar entidades que receberiam verba da secretaria para coordenarem, realizarem e

¹¹ Os Grupos de Trabalho atualmente são: Educação e Cultura; Marco legal e Políticas Públicas; Estratégias Econômicas; Comunicação e Articulação com Movimentos Sociais; Raça e Etnia e Povos e Comunidades Tradicionais; e, por fim, Mulheres.

fiscalizarem as atividades promovidas no CFES. No caso do CFES Nacional, que coordena todos os demais, a instituição selecionada foi a Cáritas Brasileira. No caso do CFES-SE, responsável pela região Sudeste e sediado em Belo Horizonte, a entidade escolhida foi a União Brasileira de Educação e Ensino / Instituto Marista de Solidariedade – (UBEE/IMS).

A Cáritas Brasileira, fundada em 1956, é um corpo da Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB) e opera suas atividades por meio de 10 escritórios regionais e 170 entidades membro no país. Tem como missão “...testemunhar e anunciar o Evangelho de Jesus Cristo, defendendo e promovendo a vida e a participação na construção de uma sociedade mais justa, equitativa e pluralista, em solidariedade com os povos vítimas da exclusão” (CARITAS INTERNATIONALI, 2011a). Além disso, faz parte da Rede Cáritas formada por todas as organizações Cáritas em mais de 165 países. Todas essas entidades estão sob a égide da *Cáritas Internationali*, com sede na Cidade do Vaticano e representantes das Nações Unidas, em Nova Iorque, Genebra, Roma e Paris (CARITAS INTERNATIONALI, 2011b).

A União Brasileira de Educação e Ensino (UBEE) é uma entidade ligada à Província Marista do Brasil Centro Norte. Fundada em 1907, na cidade do Rio de Janeiro, constitui-se em uma associação civil sem fins lucrativos e tem por finalidade “...criar, congregar, dirigir e manter instituições que visem à beneficência e a assistência social, a promoção humana, a educação, o ensino e a cultura” (IMS, 2008, p.1-2). Além disso, como explicitado pelo IMS,

A UBEE é mantenedora de unidades de educação, ensino, assistência social, comunicação e cultura, onde trabalha suas competências formulando diretrizes que se voltam de forma decisiva para enfrentamento dos mecanismos econômicos, culturais e sociais causadores da desigualdade e da exclusão, protagonizando uma ação educativa e social defensora dos direitos humanos, da justiça social e do meio ambiente. (IMS, 2008, p.2)

O Instituto Marista de Solidariedade foi criado em 2008 com objetivo de “...apoiar e articular pessoas e instituições, na defesa e garantia de direitos humanos, em especial de crianças, adolescentes e jovens, para a construção de uma sociedade sustentável, justa e solidária” (MARISTA, 2011). As atividades do instituto abrangem 15 estados da Federação além do Distrito Federal. De acordo com Marista,

O IMS investe na construção de uma sociedade mais justa solidária e comprometida com a qualidade de vida de crianças, jovens, adolescentes e suas famílias. Além de participar de espaços de integração, articulação e troca de experiências da Rede Marista, o Instituto Marista de Solidariedade, também tem participado de diferentes espaços de incidência e articulação política, nas áreas de proteção e garantia de direitos de crianças, adolescentes e jovens, bem como em espaços de formação educacional e economia solidária (MARISTA, 2011, p.1)

O curso estudado sucedeu entre os meses de março e maio de 2011. Ele ocorreu em três módulos separados cada um em um fim de semana (sexta, sábado e domingo). Embora inicialmente tivessem sido previstos para acontecer em diferentes regiões do estado todos ocorreram na região metropolitana de Belo Horizonte: os dois primeiros em Contagem e o último em São Sebastião das Águas Claras (Macacos). O primeiro módulo deu-se entre os dias 18 e 20 de março, o segundo entre os dias 15 e 17 de abril e o terceiro entre os dias 21 e 23 de maio. Os critérios para a participação do Curso Estadual foram os seguintes: (1) participar do fórum regional de economia solidária (mínimo 6 meses); (2) compromisso/trajetória na economia solidária; (3) fazer parte de um dos segmentos da economia solidária; (4) perfil para formador/liderança; (5) compromisso de realizar formações locais; (6) participar de todo o percurso formativo (3 módulos); (7) não ter participado do curso estadual (1ª. turma). Note-se que o percurso formativo proposto pelo curso, que foi seguido na pesquisa, constitui-se da totalidade dos módulos. Ou seja, na inscrição do curso o participante se compromete em participar de todos os 3 módulos.

4.2.2. A pesquisa e análise documental (parte 1)

A pesquisa documental consiste em um procedimento que se utiliza de métodos e técnicas para a apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados tipos. Em geral, utiliza-se esse tipo de pesquisa para extrair e resgatar informações que possibilitem ampliar o entendimento de objetos cuja compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural. Outra vantagem da pesquisa documental é que ela permite acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do social (SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009).

A pesquisa documental proposta nessa primeira parte da metodologia objetivou apreender as vertentes de economia solidária presentes nos textos que orientam o curso selecionado para o estudo e os materiais desse curso. Crê-se que a partir de documentos do FBES (pré-concepção), da SENAES, do CNES e do Instituto Marista de Solidariedade (concepção) foi possível chegar a determinadas noções de emancipação que permitiram a identificação da vertente de economia solidária a partir da qual o curso foi elaborado. Isso viabilizou a proposta de confrontar a variante presente na concepção daquela que surge dentro do curso para discutir as potencialidades e limitações deste. Além disso, interessou-se pela noção de emancipação presente nos materiais distribuídos no curso que também foram analisados.

Não obstante, à princípio, dizer que se fez pesquisa documental é apenas informar que se utilizou documentos, sejam textos escritos, filmes, fotos, etc., como fonte de informação para se compreender algum fenômeno. Isso não implica a forma como se foram tratados esses documentos. Isso diz respeito à técnica ou o método de análise documental. Assim, informa-se que para essa finalidade utilizou-se a técnica de análise de conteúdo.

A análise de conteúdo é definida por Bardin (2009) como um “...conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais subtis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a discursos (conteúdos e continentes) extremamente diversificados” (p.IX). O que essas diversas técnicas têm em comum é o que o autor chama de hermenêutica controlada, com bases na dedução, ou seja, na inferência do pesquisador. Não se trata, contudo de uma técnica obscura por contar com a subjetividade do pesquisador para dar sentido às verbalizações, como coloca Bardin:

enquanto esforço de interpretação, a análise de conteúdo oscila entre os dois pólos do rigor da objectividade e da fecundidade da subjectividade. Absolve e cauciona o investigador por esta atracção pelo escondido, o latente, o não-aparente, o potencial de inédito (do não-dito), retido por qualquer mensagem. Tarefa paciente de desocultação, responde a esta atitude de voyeur de que o analista não ousa confessar-se e justifica a sua preocupação, honesta, de rigor científico. (BARDIN, p. X, 2009).

O ponto de partida para a análise de conteúdo são as mensagens, em todas as suas formas - verbal (oral ou escrita), gestual, silenciosa, figurativa, documental ou provocada -, essas mensagens expressam um significado (dado pelo orador) e um sentido (que pode ser atribuído pela audiência ou pelo pesquisador). Esta mensagem está necessariamente vinculada às condições e possibilidades impostas pelo contexto em que é emitida. Além disso, para fazer as inferências na mensagem o pesquisador tem que estar atento às seguintes questões: Fonte (emissor)[quem?]; processo de codificação [porquê?]; mensagem [o quê?]; processo de descodificação [com que efeito?]; receptor [para quem?]. A inferência é entendida como o processo que permite a passagem explícita e controlada da descrição à interpretação (BARDIN, 2009).

De acordo com Minayo (1994), a análise de conteúdo, nomeadamente, análise temática, uma de suas variantes, pode ser dividida em três fases (etapas) básicas: pré-análise, descrição analítica e interpretação inferencial. A pré-análise consiste na primeira leitura (leitura flutuante), na organização do material a ser analisado e na formulação de hipóteses ou objetivos quando pertinente. A segunda fase, a da descrição analítica, inicia-se mesmo já na fase anterior, embora só em um segundo momento (na etapa mesmo da descrição analítica) é que o material ou os documentos que constituem o *corpus* são submetidos a um estudo aprofundado. Nessa fase, de acordo com a autora, utilizam-se os procedimentos de codificação, classificação e categorização. No entanto, como não há aqui a intenção de qualquer tratamento quantitativo das informações coletadas alguns desses procedimentos não serão utilizados, tal como a codificação. Por fim, a terceira e última etapa onde se estabelece as relações com a realidade que é vivenciada. Minayo (1994) chama a atenção para o papel da reflexão e mesmo da intuição no aprofundamento das conexões de ideias dessa etapa da análise de conteúdo.

Segundo a autora, esse aprofundamento é uma característica da análise de conteúdo de perfil qualitativo, em que se busca mais do que descrever os dados (ultrapassar o alcance meramente descritivo do conteúdo manifesto da mensagem), mas ir mais fundo em seus significados. Dessa forma, é importante que se relacionem as estruturas semânticas manifestas no texto com estruturas sociológicas que determinam suas características: variáveis psicossociais, contexto cultural, contexto e processo de produção da mensagem (MINAYO, 1994).

A respeito da análise do conteúdo do *corpus* analisado no presente trabalho, é importante relembrar que a noção de emancipação no momento da pré-concepção, concepção da proposta do curso e de seu acontecimento tiveram lugar central. Para tanto, propôs-se analisar uma série de documentos sobre o curso estudado e sobre a formação/ educação em economia solidária.

Devido aos objetivos da presente pesquisa entendeu-se que a categorização dos temas destacados nos documentos poderia ser feita a partir das duas vertentes com que se optou trabalhar, qual seja, a Economia Solidária Crítica ao Capitalismo e a Economia Solidária Para Geração de Emprego e Renda. A partir de uma leitura flutuante do *corpus* documental selecionado para análise¹² e do referencial teórico do presente texto fez-se uma lista de indicadores para uma e outra vertente. No quadro abaixo se pode ver as vertentes, que na análise ganham status de categorias, e seus indicadores:

Tabela de Indicadores e categorias à priori		
Categorias	Economia Solidária Crítica ao Capitalismo	Economia Solidária pra a Geração de Emprego e Renda
Indicadores	Referências à: (1) Autogoverno; (2) Capacidade civil e cidadã (cidadania na dimensão política e não apenas econômica, como direito e capacidade de consumir); (3) Maioridade de consciência; (4) Capacidade de avaliação do contexto em que se está inserido; (5) Autonomia relacional; (6) Relação entre liberdade e igualdade; (7) Emancipação com cidadania e subjetividade; (8) Interação pelo diálogo e intercompreensão; (9) Desenvolvimento sustentável em várias dimensões (política, ecológica, econômica, cultural, social...);	Referências à: (1) Capacidade de consumo; (2) Geração de renda “simples”; (3) Complementação da renda; (4) Acesso a bens e serviços como consumidores ou clientes; (5) Simples (diferente da emancipatória, ou seja, que apenas foca na questão econômica) alternativa ao desemprego; (6) Inserção alternativa na economia voltada para setores mais desfavorecidos, com maior dificuldade de entrada no mercado de trabalho formal; (7) Autonomia individual no sentido de auto-suficiência do indivíduo; (8) Desenvolvimento econômico; (9) Forma de auto-emprego coletivo;

Figura 2. Tabela de Indicadores das Categorias à Priori.

Embora se tenha optado por trabalhar com essas duas grandes categorias a priori, entendeu-se ser importante possibilitar a construção de categorias que emergissem dos dados da própria

¹² Listado no Anexo II

pesquisa. Para tanto, optou-se por codificar os dados também a partir de subcategorias. Essas subcategorias a princípio seriam subdivisões das duas grandes categorias, mas, a depender do que fosse encontrado, poderiam constituir outras novas grandes categorias. A proposta de se fazer a codificação em subcategorias é importante também para detalhar melhor do que se tratam cada uma das categorias, assim como para permitir perceber possíveis diferenciações e disputas internas dentro de cada uma delas, caso isso se mostre relevante para a pesquisa e seus objetivos.

4.2.3. Etnografia e a antropologia interpretativa (parte 2)

Etnografia significa etimologicamente “descrição cultural”, mas para os antropólogos é também um esquema de pesquisa para estudar a cultura e a sociedade (ANDRÉ, 2007). Esse esquema de pesquisa tem a preocupação de mostrar como a ação social é significada na perspectiva daqueles que a praticam e não na do observador. Para se realizar tal espécie de trabalho, o pesquisador precisa envolver-se pessoalmente de forma intensa com os que praticam o fenômeno pesquisado, abandonar controles científicos tradicionais, ter habilidades de aprendizado, além de ter boa capacidade de improvisação frente a situações não previstas no planejamento da pesquisa (SARAIVA, 2009).

A palavra etnografia como é utilizada pelos antropólogos tem significado ambíguo e pode significar tanto o resultado de uma pesquisa antropológica quanto um processo metodológico (ANDRÉ, 2007; AGAR, 1996). A etnografia enquanto processo é entendida como o conjunto de técnicas que são usadas para coletar dados sobre valores, hábitos, crenças, práticas e comportamentos de um grupo social (ANDRÉ, 2007) seja em tribos, nas cidades, ou em escolas e mesmo em salas de aula. Como resultado da pesquisa antropológica, a etnografia é entendida como relato produzido por meio dessas técnicas (ANDRÉ, 2007), comumente conhecida como monografia. Importante ressaltar, como coloca Agar (1996, p.53- tradução livre), que “...embora a monografia normalmente tenha algum ponto central, a discussão social cobre grande terreno”.

Atribui-se a Bronislaw Malinowski, senão a criação, a sistematização e consagração da etnografia como método científico de investigação próxima do que ela permanece até hoje. O

trabalho desenvolvido pelo antropólogo polonês nas Ilhas Trobriand entre 1915 e 1918, e publicado em 1922, tornou-se um clássico da antropologia, referência para as pesquisas etnográficas. Isso, principalmente por sua postura e considerações metodológicas, pela forma inovadora com que abordou os hábitos e costumes das culturas que se prestou estudar, assim como pelo estreito contato que manteve com os grupos estudados (SARAIVA, 2009). A esse trabalho tido como clássico, também se juntam outros como, por exemplo, o de Mead sobre a Samoa e em “*We the Tikopia*” (CLIFFORD, 1998).

Apesar de as práticas de pesquisa de campo da antropologia permanecerem próximas das propostas por Malinowski, a forma de significar esse fazer do antropólogo mudou ao longo do tempo. A esse respeito, Clifford (1998) mostra os momentos da antropologia baseado-se nas diferentes formas de autoridade etnográfica assumidas pela antropologia no século XX e em décadas precedentes. Entende-se que se poderiam dividir esses momentos em três: o da “antropologia de gabinete”, o áureo da observação participante e o de estranhamento da autoridade etnográfica¹³.

Poder-se-ia dizer que o último quartel do século XIX representa o primeiro desses momentos. Naquela época, “...o etnógrafo e o antropólogo, aquele que descrevia e traduzia os costumes e aquele que era o construtor de teorias gerais sobre a humanidade, eram personagens distintos” (CLIFFORD, 1998, p. 26). A autoridade etnográfica era concedida ao melhor intérprete da vida nativa, ou seja, aos informantes e missionários que tinham maior contato com os nativos e que já possuíam certa habilidade com a língua local.

O segundo momento é caracterizado pela criação de uma autoridade particular, a autoridade cientificamente validada e baseada numa singular experiência pessoal, ou seja, em uma longa pesquisa de campo. Neste momento (limitado pelos anos de 1900 e 1960) em que Malinowski, entre outros, tiveram grande influência, surgiu um novo estilo de representação que

¹³ James Clifford não discorre sobre a autoridade do etnógrafo separando-a em três momentos, mas apenas em dois, que corresponderiam ao segundo e terceiro que são tratados aqui. Essa pequena diferença ocorre, pois, Clifford propôs-se a analisar a questão da autoridade antropológica apenas no século XX, enquanto que na presente exposição abarca-se a também o final do século XIX.

dependia de inovações institucionais e metodológicas que contornavam os obstáculos a um rápido conhecimento sobre outras culturas que haviam preocupado os melhores representantes da geração de Codrington [geração antropológica anterior] (CLIFFORD, 1998, p.27).

Dentre as inovações, Clifford (1998) cita seis: (1) além da sofisticação científica, simpatia relativista, surgiu uma variedade de padrões normativos para a nova forma de pesquisa: o pesquisador de campo necessitava de viver na aldeia, usar a língua nativa, ficar um período longo (raramente especificado), investigar certos temas clássicos e assim por diante; (2) o etnógrafo poderia usar a língua do nativo para interagir no cotidiano ou para fazer algumas perguntas mesmo sem dominá-la; (3) acentuação no poder da observação do etnógrafo que não se utiliza de ‘informantes privilegiados’ e, quando bem treinado, sua observação é suficiente para apreender a cultura dos nativos; (4) crença nas poderosas abstrações teóricas (como o método genealógico de Rivers e a estrutura social de Radcliffe-Brown) que prometiam auxiliar os etnógrafos acadêmicos a “chegar ao cerne” de uma cultura de forma mais rápida do que qualquer outra pessoa; (5) focalização de algumas instituições específicas por parte do etnógrafo a fim de se chegar ao todo, através de uma ou mais de suas partes; por fim, (6) representação da experiência do etnógrafo de forma sincrônica, produto de uma pesquisa de curta duração:

O pesquisador de campo, operando de modo intensivo, poderia, de forma plausível, traçar o perfil do que se convencionou a chamar ‘presente etnográfico’- o ciclo de um ano, uma série de rituais, padrões de comportamento típico (CLIFFORD, 1998, p. 30).

De acordo com o autor, “...estas inovações serviram para validar uma etnografia eficiente baseada na observação participante científica” (CLIFFORD, 1998, p. 31).

Desde o primeiro momento há uma dialética entre os termos experiência e interpretação, mas estes receberam diferentes ênfases em cada época. De acordo com Clifford (1998, p.34), “...em anos recentes, tem havido um notável deslocamento de ênfase do primeiro para o segundo termo”. Ou seja, o terceiro momento, que seria dos anos 1960 até os dias atuais, é marcado por um deslocamento da estratégia de autoridade da experiência para a interpretação. De acordo com o antropólogo, esse fenômeno da antropologia interpretativa encabeçado por

diversos estudiosos (GEERTZ, 1973; 1976; RABINOW; SULLIVAN, 1979; WINNER, 1976; SPERBER, 1981 *apud* CLIFFORD, 1998) surgiu como “alternativa sofisticada às afirmações hoje aparentemente ingênuas de autoridade experiencial” (CLIFFORD, 1998, p. 39). O autor ainda acrescenta que

A antropologia interpretativa desmistifica muito do que anteriormente passara sem questionamento na construção das narrativas, tipos, observações e descrições etnográficas. Ela contribui para uma crescente visibilidade dos processos criativos (e, num sentido amplo, poético) pelos quais os objetos “culturais” são inventados e tratados como significativos (CLIFFORD, 1998, p. 39).

A importância da experiência muito valorizada no método da observação participante, principal método distintivo da antropologia profissional (CLIFFORD, 1998), ainda permanece na antropologia interpretativa. No entanto, a autoridade total que lhe era atribuída passa a ser questionada e as atenções voltam-se também para as interpretações construídas pelos antropólogos a respeito do estudado. Clifford (1998, p. 33-34) entende que

A observação participante serve como fórmula para o contínuo vaivém entre o ‘interior’ e o ‘exterior’ dos acontecimentos: de um lado, captando os sentidos de ocorrências e gestos específicos, através da empatia; de outro, dá um passo atrás, para situar esses significados com contextos mais amplos. (...) Entendida de modo literal, a observação-participante é uma fórmula paradoxal e enganosa, mas pode ser considerada seriamente se reformulada em termos hermenêuticos, como uma dialética entre experiência e interpretação.

Essa proposta entendida como antropologia interpretativa corresponde à postura de se considerar a cultura ou a realidade pesquisada como um texto complexo, o qual o pesquisador de campo ou etnógrafo tem que reescrever e dotar de sentido. De acordo com Clifford (1998) a textualização da realidade é entendida como a constituição das “expressões fixadas” de Dilthey sendo um pré-requisito para a possibilidade de interpretação. Essas expressões fixadas são o comportamento, a fala, as crenças, a tradição oral e os rituais não escritos que vêm a ser marcados como um *corpus*, ou seja, um conjunto potencialmente significativo, separados de uma situação discursiva ou “performativa” imediata (CLIFFORD, 1998).

De acordo com Clifford (1998, p. 39),

no momento da textualização, este corpus significativo assume uma relação mais ou menos estável com um contexto; e já conhecemos o resultado final desse processo em muito do que é considerado uma descrição etnográfica densa.

Essa ideia pode ser mais bem esclarecida pela seguinte passagem:

Assim, há três características da descrição etnográfica: ela é interpretativa; o que ela interpreta é o fluxo do discurso social e a interpretação envolvida consiste em tentar salvar o “dito” num tal discurso da sua possibilidade de extinguir-se e fixá-lo em formas pesquisáveis (GEERTZ, 1978, p. 31).

Geertz (1978) defende que a descrição densa refere-se ao papel da etnografia, ou seja, a interpretação do fato descrito, procurando suas motivações e seus objetivos - seus significados. Não se trata apenas de uma descrição minuciosa, mas uma leitura, uma interpretação. A posição de Geertz (1978, p. 40), como o próprio defende,

Tem sido tentar resistir ao subjetivismo, de um lado, e ao cabalismo, de outro, tentar manter a análise das formas simbólicas tão estritamente ligadas quanto possível aos acontecimentos sociais e ocasiões concretas, o mundo público da vida comum, e organizá-la de tal forma que as conexões entre formulações teóricas e as interpretações descritivas não sejam obscurecidas por apelos às ciências negras (magia).

Nota-se que esse modelo tem implicações metodológicas e epistemológicas para a etnografia. Clifford (1998, p. 43) chama atenção para o fato de que o modelo “...discursivo de prática etnográfica traz para o centro da cena a intersubjetividade de toda fala, juntamente com seu contexto performativo imediato”. Devido a isso, “...as formas de escrita etnográfica que se apresentam no modo ‘discursivo’ tendem a estarem mais preocupadas com a representação dos contextos de pesquisas e situações de interlocução” (*idem*, 1998, p. 44).

O exposto acima pode, em certa medida, ser resumido pela descrição do fazer antropológico como posto por Oliveira (1996) a partir da noção de “ideia-valor” de Luis Dumont. Oliveira (1996) argumenta que o quadro conceitual na antropologia abriga ideias e valores de difícil separação que unem numa única expressão ideias que possuem cargas valorativas

extremamente grandes, a que o antropólogo francês Luis Dumont chama de “ideias-valor”. De acordo com o antropólogo brasileiro, na prática da disciplina da Antropologia pelo menos duas dessas “ideias-valor” marcam o fazer dos estudiosos: a observação participante e a relativização (OLIVEIRA, 1996).

Embora se tenha abordado a temática da etnografia acima, não se fará no presente trabalho uma empreitada, tal como as feitas pelos antropólogos profissionais, visando à descrição cultural de um determinado grupo social. Como o objeto da pesquisa é um curso de formação a proposta metodológica para coletar e tratar os dados, assumida para orientar o presente trabalho, será próxima da utilizada pelos profissionais da educação. Portanto, buscar-se-á esclarecer no tópico subsequente o que é a etnografia na educação e discorrer sobre algumas semelhanças e diferenças apontadas entre esta e a etnografia tradicional feita pelos antropólogos.

4.2.4. Pesquisa de tipo etnográfico na educação (parte 2, continuação)

André (2007) define a etnografia feita em educação mais como uma pesquisa de tipo etnográfica do que como uma etnografia propriamente dita. De acordo com a autora, a diferença entre os enfoques dos antropólogos e os dos pesquisadores de educação explicariam essa diferença na classificação das pesquisas. Se por um lado, o interesse dos antropólogos-etnógrafos é a descrição da cultura (práticas, hábitos, crenças, valores, linguagens, significados) de um grupo social, a preocupação central dos estudiosos em educação é com o processo educativo. Por terem diferentes enfoques, muitas vezes, os requisitos da etnografia não são necessários de serem cumpridos pelos pesquisadores das questões educacionais, como a longa permanência do pesquisador em campo, o contato com outras culturas e o uso de amplas categorias sociais de análise de dados, sugeridos por Wolcott (1998) (ANDRÉ, 2007).

As pesquisas em educação que são consideradas como de tipo etnográfico são aquelas que fazem uso de técnicas tradicionalmente associadas à pesquisa etnográfica como a observação participante, a entrevista intensiva e a análise de documentos. A observação participante é entendida como a observação na qual o pesquisador estabelece um grau de interação com a situação estudada, podendo afetá-la ou podendo ser por ela afetado. As entrevistas intensivas,

por sua vez, são feitas com os participantes do fenômeno estudado, tem a finalidade de aprofundar as questões e esclarecer os problemas observados. Já os documentos são utilizados para contextualizar o fenômeno, explicar suas vinculações mais profundas e completar as informações coletadas por meio de outras fontes (ANDRÉ, 2007). Alguns dos instrumentos mais comuns utilizados pelos etnógrafos para auxiliar na coleta de dados na pesquisa de campo, que serão utilizados na pesquisa aqui proposta são o diário de campo, o gravador e a máquina fotográfica.

A característica acima citada, do uso de técnicas de pesquisa etnográfica, é apenas uma dentre sete colocadas por André (2007) que aproximam as pesquisas em educação da etnografia, delineando-se o que a autora entende por pesquisa de tipo etnográfico na educação. A segunda característica assenta-se sobre o princípio da técnica etnográfica da interação entre pesquisador e objeto pesquisado. André salienta o papel do pesquisador na produção dos dados (coleta e análise) e chama atenção para o fato de que “...os dados são mediados pelo instrumento humano, o pesquisador” (ANDRÉ, 2007, p. 28). Esse fato permite que o pesquisador adapte as técnicas de coleta quando necessário, respondendo às circunstâncias que o cercam. Isso o possibilita rever as questões que orientam a pesquisa, localizar novos sujeitos e rever toda a metodologia ainda durante o desenrolar do trabalho (ANDRÉ, 2007).

A terceira característica da pesquisa etnográfica é a ênfase no processo, no que está ocorrendo no momento da pesquisa e não no produto ou nos resultados finais daquilo que está se passando (ANDRÉ, 2007).

A quarta característica é a preocupação com o significado, “...com a maneira que as próprias pessoas veem a si mesmas, as suas experiências e o mundo que as cerca” (ANDRÉ, 2007, p. 29). A essa preocupação corresponde o que Agar (1996) chama de perspectiva êmica. De acordo com Agar (1996), apesar de utópica, essa proposta de compreender a forma do grupo estudado significar o mundo e suas ações devem ser buscada pelo antropólogo. A expressão êmica, cunhada no trabalho de Pike “*Language in relation to a unified theory of structure of human behavior*” de 1954, como nos informa Saraiva (2009), tem o seu correspondente do outro extremo: a perspectiva ética. Criada também por Pike (1954), esta diz respeito aos conceitos externos ao grupo pesquisado que tem significado particular para o pesquisador-

observador e não para os pesquisados (SARAIVA, 2009). Ambas as perspectivas compõem o trabalho etnográfico.

A quinta característica da pesquisa etnográfica é o desenvolvimento de um trabalho de campo em que o pesquisador mantém um contato direto e prolongado com as pessoas, situações, locais e eventos onde a pesquisa é feita. Nesse contato, não se busca modificar e controlar o ambiente como nas pesquisas experimentais, mas observar as pessoas e os eventos em sua manifestação natural, ainda que se admita a interferência do pesquisador. Essa característica faz com que tal pesquisa seja tida como naturalista ou naturalística (ANDRÉ, 2007).

Em uma pesquisa etnográfica, o tempo de permanência que o pesquisador precisa ter no campo não é consensual. De acordo com André (2007, p. 29), "...o período de tempo que o pesquisador mantém esse contato com a situação estudada pode variar muito, indo desde algumas semanas até vários meses ou anos". Segundo a mesma autora, tal decisão vai depender dos objetivos do trabalho, da disponibilidade do pesquisador, de sua aceitação pelo grupo, de sua experiência em trabalhos de campo e do número de pessoas envolvidas na coleta de dados.

No que diz respeito à pesquisa aqui proposta a permanência em campo deu-se durante todo o período da ocorrência do fenômeno estudado. Tal período foi de um total de 9 dias não consecutivos. Como foi informado anteriormente o curso foi dividido em três módulos em que cada um ocorreu em um final de semana de um mês diferente: março, abril e maio.

A sexta característica importante é o processo de descrição e indução em que a etnografia é feita. O pesquisador, por um lado, vale-se de grande quantidade de dados descritivos de situações, pessoas, ambientes, depoimentos, diálogos, por outro, os reconstrói dentro de uma narração coerente ou mesmo por meio de transcrições literais (ANDRÉ, 2007). Isso corresponde ao que Geertz (1978) chama de textualização, na qual o pesquisador busca fixar expressões em um *corpus* passível de significação para permitir a construção de uma interpretação do fenômeno.

Por fim, a sétima característica da pesquisa etnográfica que busca a formulação de vias possíveis para a compreensão do fenômeno, abstrações, conceitos, teorias e não a sua testagem. Para tanto, se faz o uso de planos de trabalho abertos e flexíveis, em que os focos da investigação podem ser constantemente revistos, assim como as técnicas de coletas de dados, os instrumentos e os fundamentos teóricos. O que esse tipo de pesquisa visa são as novas formas de entendimento da realidade (ANDRÉ, 2007).

No presente trabalho a proposta da pesquisa etnográfica cumpre o papel de proporcionar a apreensão dos sentidos criados pelo grupo nos espaços dos cursos a respeito da economia solidária e da emancipação. Entende-se que a criação desses sentidos em um processo educativo se obviamente não são primazia dos alunos não são também dos educadores. Crê-se que eles emergem da interação entre os sujeitos e deles com a realidade. Esse entendimento parte da perspectiva crítica que entende a educação como um processo dialético. Esse mesmo processo educativo potencialmente pode aprisionar através da inculcação de alguma ideologia ou também libertar ao revelar as falhas e contradições entre o discurso e a realidade que se tenta discorrer. Assim, como dito anteriormente, através das frestas que aparecem com as contradições é possível construir contra-discursos e escapar do da ideia determinista de que o educando é um apenas um agente passivo nesse processo.

A apreensão desses sentidos se deu não somente dentro dos espaços oficiais do curso, ou seja, nos momentos de aula, nas dinâmicas, ou nas diferentes atividades propostas para os participantes. Tampouco se deu somente através da linguagem verbal. A tentativa da apreensão dos sentidos ocorreu em todos os momentos de interação entre o pesquisador e os demais participantes do curso, no café da manhã, almoço, nos intervalos, no forró com caldo, no barzinho, na fogueira¹⁴.

¹⁴ O forró com caldo, o barzinho e a fogueira foram momentos de confraternização que ocorreram à noite entre um dia e outro de curso.

5. CONSTRUÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

O processo metodológico da análise de conteúdo contou com, primordialmente, quatro fases, sendo que as três primeiras correspondem mais ao processo de organização do material, enquanto que a quarta é de fato a análise. Salienta-se, contudo, que principalmente as fases C e D ocorreram de forma simultânea e em uma dinâmica de idas e vindas e não de forma linear como pode parecer. As quatro fases foram: (a) a pré-análise em que se fez a seleção do material e uma leitura flutuante; (b) a extração de partes do texto que tratam ES de forma geral e da emancipação; seguiu-se com a identificação de temas e a construção de quadros de análise dos dados; (c) o agrupamento de temas, e a criação de subcategorias com base nos critérios de homogeneidade; exclusão mútua, pertinência e objetividade (BARDIN, 2009); finalmente, (d) o tratamento dos resultados ou a interpretação inferencial, em que se fez a análise dos dados baseados nos achados empíricos e no conhecimento e capacidade interpretativa do pesquisador do fenômeno estudado. Faz-se mister esclarecer que o agrupamento de temas em subcategorias foi feito elegendo-se uma proposição tipo que exprimisse toda uma família de proposições tendo relação com um mesmo conteúdo ainda que formuladas de formas distintas, e que a “subcategorização” buscou a compilação dos temas a partir da correspondência de significação. Além disso, ressalta-se que os procedimentos acima foram utilizados mais como forma de organização dos dados do que para legitimar as discussões deles emergidas.

O contato com os dados mostrou que nem sempre as questões relativas à emancipação estão colocadas de forma direta. Aliás, na maioria das vezes a noção de emancipação é mais facilmente percebida a partir de projetos, objetivos e críticas ao estado vigente das coisas. Portanto, para cumprir com os objetivos propostos pela pesquisa entendeu-se que para diferenciar uma vertente de economia solidária de outra seria preciso analisar não somente a noção de emancipação que aparece de forma direta nos discursos, mas também outros aspectos relativos à economia solidária como seus projetos, objetivos, propostas de mudanças e as críticas feitas à sociedade ou ao modelo produtivo atual, que por vezes, entende-se, remetem às questões da emancipação.

A partir dos procedimentos da análise de conteúdo descritos anteriormente percebeu-se a emergência de quatro subcategorias: *1. Busca por emancipação*; *2. ES como motor e como a própria mudança da visão de mundo e das práticas dos sujeitos*; *3. ES busca múltiplas mudanças/ conquistas*; *4. ES como melhoria das condições de vida sem romper com a lógica e/ ou valores do capitalismo*. Importante dizer que as três primeiras subcategorias remetam à vertente Economia Solidária Crítica ao Capitalismo enquanto que a subcategoria “4.” é relativa à Economia Solidária para a Geração de Emprego e Renda.

1. Busca por emancipação

A subcategoria *1. Busca pela emancipação* é composta por três noções de emancipação. A primeira remete à discussão da alienação no trabalho capitalista. A segunda denota preocupações práticas com a organização e funcionamento do movimento de ES, também sua relação com o Estado, com outros órgãos e mesmo internamente. Por fim, a terceira, que trata de um princípio ontológico, a maneira de entender/ olhar o trabalhador.

De forma geral, essa subcategoria está relacionada à busca da autonomia, tanto do sujeito individual, quanto dos sujeitos coletivos (partícipes de um empreendimento, do movimento de ES, ou mesmo dos trabalhadores em geral). Essa busca pela autonomia passa pela superação da alienação nos processos produtivos e na organização do trabalho. Têm a ver também com a capacidade dos sujeitos de buscarem a satisfação de suas necessidades e se desfazerem das estruturas que constroem suas ações. Isso não quer dizer que os sujeitos (individuais e coletivos) devam ser autossuficientes, mas que devam ser, sobretudo, capazes de avaliar o contexto em que estão inseridos, assim como as estruturas que orientam, impedem e/ ou possibilitam as suas ações (GUSTIN, 1999; CATTANI, 2009). Além disso, essa busca da autonomia está muitas vezes ligada a uma determinada ideia de sujeito ou de classe.

A partir de uma análise mais focada no sujeito individual, poder-se-ia dizer que a Economia Solidária é muitas vezes entendida como mais do que uma forma de geração de renda ou um trabalho. Ela é considerada como uma atividade que estaria em um nível diferente do trabalho capitalista alienado e alienante. Poder-se-ia dizer de pelo menos três formas de alienação do trabalho capitalista: alienação dos meios de produção, alienação do conhecimento e alienação

do poder decisório. No trabalho capitalista o trabalhador é explorado vendendo sua força de trabalho, já que não é detentor dos meios de produção; não tem o conhecimento total daquilo que ajuda a produzir, já que seu conhecimento é fracionado; é deixado à parte nas tomadas de decisão, uma vez que a prerrogativa de decidir e opinar sobre a gestão e a produção é de seus superiores. Por outro lado, na Economia Solidária ele tem acesso ao conhecimento das diversas etapas do processo produtivo, assim como das outras atividades envolvidas em um empreendimento. Na ES o trabalhador é incentivado a ampliar seu conhecimento a respeito do empreendimento e de seu contexto para, entre outras coisas, auxiliá-lo nas tomadas de decisão, as quais não só é permitido, mas convocado a fazer. Além disso, na Economia Solidária o trabalhador é também dono dos seus meios de produção uma vez que a propriedade é coletiva. A essa noção de emancipação chamou-se de superação da alienação do trabalho capitalista.

Partindo de uma análise um pouco mais abrangente sobre a busca de autonomia, tendo como foco o sujeito coletivo, poder-se-ia destacar duas dimensões principais: uma utópico-ontológica e outra político-pragmática. Na dimensão utópico-ontológica há o entendimento de que os homens (ou os trabalhadores) têm um potencial que é limitado pelo contexto político, social e econômico no qual estão inseridos. Para viverem a plenitude de sua essência, ou de sua subjetividade, ou de suas potencialidades enquanto seres humanos, mudanças estruturais teriam que ocorrer. Nessa perspectiva utópico-ontológica busca-se o dia em que um determinado estado de coisas permita que os seres humanos estejam completamente livres de qualquer opressão e assim possam viver a sua potência humana e estarem, enfim emancipados. Para aqueles que creem que a estrutura do sistema hierárquico e de opressão é o modo de produção esse dia chegaria quando se conseguisse constituir uma sociedade comunista ou socialista abolindo a propriedade privada ou constituindo a propriedade coletiva. Importante ponderar que, a depender da tradição filosófica a qual está ligada, tal dia não é necessariamente um lugar no futuro, mas um dever, um vir-a-ser, uma busca que pode inclusive não ter fim.

Já a dimensão político-pragmática pensa na emancipação não apenas como uma coisa a se buscar, mas como a própria busca ou o caminho que se percorre ao buscá-la. Ou seja, a própria ação de buscar criar as condições sociais, culturais, políticas e econômicas para a

emancipação já é parte dela. Nesse sentido é que a emancipação é entendida como a capacidade de avaliação do contexto em que estão inseridos, anteriormente citada, e está voltada para o objetivo de ampliar as condições jurídico-democráticas da comunidade e aprofundar a sua organização e o associativismo (GUSTIN, 1999). Ou de conquistar a plena capacidade civil e cidadã no estado democrático de direito, livrando-se do poder exercido pelos outros (CATTANI, 2009).

Nesse sentido há preocupação com o fortalecimento, mobilização, articulação e organização do movimento de ES em bases democráticas e horizontais. Aliás, a relação democrática e horizontal é buscada não só internamente, mas também na relação do movimento de ES com outros atores, como, por exemplo, o Estado. Percebe-se, a partir disso, a proeminência da dimensão política na busca pela emancipação e autonomia. Essa dimensão política diz respeito à: organização do movimento; ao reconhecimento de sua legitimidade e de suas bandeiras por parte do Estado e sociedade; e às questões jurídicas que influenciam nas possibilidades de ação do movimento e dos sujeitos na política formal e na sociedade. No sentido político-pragmático da emancipação o que se busca é possibilitar lutas políticas mais efetivas pelas mudanças na vida da sociedade em questão para sua inclusão no contexto social mais abrangente.

2. ES como motor e como a própria mudança da visão de mundo e das práticas dos sujeitos;

A subcategoria 2. *ES como motor e como a própria mudança da visão de mundo e das práticas dos sujeitos* reflete a ideia de que a economia solidária ao mesmo tempo requer e potencializa uma visão de mundo diferente da capitalista. Entende-se que essa mudança de perspectiva passa pelas mudanças das relações sociais, das relações dos sujeitos com o meio-ambiente e das relações dos sujeitos com as atividades econômicas, produtivas, de distribuição de riquezas e de consumo, possibilitando “uma outra qualidade de vida” e tornando possível “um outro mundo”. Essa mudança de postura abarca tanto as relações microsociais, entre os próprios sujeitos individuais, e/ ou entre sujeitos individuais e pequenos grupos; as relações macrosociais, entre sujeitos individuais e grandes grupos (sociedade), e/ ou entre dois grandes grupos (entre movimentos sociais, entre movimentos sociais e sociedade, entre outros); e relações globais entre sujeitos e o mundo natural e físico

que os cercam e do qual eles também fazem parte. Importante notar que se trata, principalmente, de uma mudança que passa pela subjetividade e pela intersubjetividade.

Em uma sociedade capitalista e consumista há exacerbada valorização dos bens materiais e da acumulação de riquezas. Em contextos como esse as atividades dos sujeitos na maioria das vezes são voltadas para a acumulação de capital e para o consumo de bens em detrimento de outros objetivos. A busca por esses “prêmios” ocorre não somente no âmbito profissional, como também permeiam outras esferas da vida social, inclusive as relações sociais e a relação que os sujeitos estabelecem com o meio-ambiente. Desse modo, tudo que está ao alcance dos indivíduos passa a ser usados por eles como meios de se chegar à acumulação de riquezas e aos bens materiais. Tal contexto incentiva (e funciona) a partir de valores como o individualismo e competição. A economia solidária, por outro lado, busca dar prevalência a outro tipo de vínculo/ relação entre os sujeitos. O mesmo ocorre em relação ao sujeito e o meio em que vive. No contexto capitalista em vez de o sujeito se perceber como parte do meio e perceber este como fundamental para a sua existência, a visão mais comum e incentivada é aquela que enxerga a natureza e o meio-ambiente como possíveis fontes de riqueza e de transformação em valor econômico.

A economia solidária, assim como disse Chanial e Laville (2009) a respeito do cooperativismo, é constituída pela política do associacionismo. Nessa política o laço social e político prevalecente é a solidariedade que possibilita, além da própria associação, uma densificação das relações de cooperação exigindo a multiplicação das formas de engajamento. É a partir dessa coesão do grupo e do envolvimento do indivíduo em tais relações de associação que o indivíduo desenvolve livremente cada uma de suas faculdades e realiza-se como indivíduo social. Assim, a liberdade individual não é colocada em lado oposto ao da coesão social, mas esta passa a ser uma condição àquela. (CHANIAL, LAVILLE, 2009).

A proposta da economia solidária é recolocar os sujeitos como a finalidade das ações econômicas enquanto reposiciona as riquezas e os bens materiais como meios para satisfação de suas necessidades. No entanto, isso é feito não sem levar em conta os cuidados com o meio ambiente. Como foi dito, a ES busca a mudança na forma como o sujeito se relaciona com o

meio-ambiente propondo que ele passe a se enxergar como parte do ambiente em vez de vê-lo como algo externo, seja como uma bela paisagem ou potencial fonte de recursos.

A valorização do ser humano e a ideia de que ele é o fim das atividades econômicas também passa pela valorização da diversidade do que é ser um ser humano. Dessa forma, a ES preocupa-se também com a manutenção das diversidades regionais, de gênero, raça, etnia e geração sem que essa signifique ou se transforme em prerrogativa para desigualdades. Nesse contexto é importante salientar que as discussões de gênero são centrais no âmbito do movimento de economia solidária, onde é discutida e buscada a igualdade de gênero e a desnaturalização da divisão sexual do trabalho.

3. ES busca múltiplas mudanças/ conquistas;

A subcategoria 3. *ES busca múltiplas mudanças/ conquistas* condensa as diferentes preocupações da economia solidária e reflete a luta multidimensional que representa e caracteriza o movimento. Não há dúvida de que uma das preocupações da ES é a melhoria da qualidade de vida de seus membros a partir do acesso a bens e serviços, afinal todos têm necessidades materiais a serem satisfeitas. Contudo essa não é a única nem a mais importante bandeira da ES. Juntamente com a preocupação da eficiência material e social, da diminuição das desigualdades e da ampliação do acesso e usufruto das riquezas produzidas pela sociedade, a ES também se preocupa com a sustentabilidade ambiental, com a democracia radical e autogestão, com a solidariedade, com a preservação das culturas locais e com a integração geracional. Por vezes a exposição dessas diferentes preocupações da ES é acompanhada de críticas ao sistema neoliberal/ capitalista, aos seus efeitos materiais, sociais, políticos, culturais, ambientais e geracionais. Isso denota o entendimento da economia solidária de que o atual modo de produção impacta de forma perversa em vários setores da vida. Assim, para uma mudança completa de paradigma a luta deve dar-se em várias frentes. Além disso, também demonstra o entendimento da interrelação existente entre as questões econômicas, sociais, culturais, ambientais e políticas.

4. ES como melhoria das condições de vida sem romper com a lógica e/ ou valores do capitalismo.

A subcategoria 4. *ES como melhoria das condições de vida sem romper com a lógica e/ ou valores do capitalismo* representa a vertente de economia solidária que se usou chamar nesse trabalho de Economia Solidária para a Geração de Emprego e Renda. Esta, como dito anteriormente, trata-se de uma proposta que praticamente busca benefícios econômicos, materiais e outros advindos desses, sem romper com as lógicas ou valores capitalistas. Dentro desse contexto, a reunião de pessoas para o exercício de alguma atividade econômica é interessante principalmente desde o ponto de vista dos benefícios fiscais, da competitividade, da eficiência, da diminuição de custos, do aumento da renda, do aumento do poder de compra, da inserção em diferentes mercados consumidores, do ganho de poder de barganha em negociações, entre outras coisas do tipo.

De forma geral a economia solidária é ordinariamente ligada àqueles que sofrem algum grau de exclusão, principalmente dificuldades de inserção no mercado de trabalho formal e vista como alternativa de geração de renda. Esses grupos de pessoas, na maioria das vezes, não contam com qualquer apoio do Estado e quando contam esse é insuficiente fazendo com que tenham que buscar por si mesmos a satisfação de suas necessidades básicas. Poder-se-ia dizer que a vertente de economia solidária, aqui em questão, faz parte do pensamento liberal que entende que o estado deva ser mínimo e que os cidadãos devam buscar suprir as suas necessidades por meio do mercado. Nesse contexto, a geração de renda e o acesso ao crédito são fundamentais para a capacidade de consumir e, portanto, para as pessoas terem acesso a serviços e produtos básicos para a sua sobrevivência. Dessa forma, a questão econômica passa a ocupar uma posição não só de centralidade, mas de absoluta importância e a economia solidária, pode-se dizer, é vista como uma possibilidade de inclusão social a partir da geração de emprego e renda.

Em um grau elevado desse pensamento liberal o Estado pode ver-se livre não só da tarefa de garantir de forma direta que as necessidades básicas dos cidadãos sejam atendidas (caso do Estado de Bem-Estar Social), mas também de não se responsabilizar em oferecer meios para que os cidadãos consigam acessar esses produtos e serviços. Assim, a preocupação de criar ou incentivar oportunidades de emprego e trabalho assalariado para geração de renda também sai das responsabilidades do Estado, fica totalmente a cargo dos indivíduos. Em um contexto

desse em que, além de tudo, a economia solidária é defendida apenas como saída para o desemprego e a falta de renda, pode-se dizer que ela se caracteriza como uma forma de auto-emprego coletivo. Considera-se, então, que essa subcategoria aproxima-se das ideias de empoderamento, cidadania e emancipação oriundas de pensamentos econômicos liberais.

5.1. Os documentos oficiais

Utilizaram-se como critérios para a seleção dos documentos a serem analisados os seguintes:

- 1- Que fizessem referência à questão da emancipação e/ ou à formação em economia solidária;
- 2- Que fossem representativos dos locais de onde saíram. Ou seja, que representasse de forma mais forte a visão “institucional” do espaço de onde saiu;
- 3- Que fossem considerados como referências para outros espaços da economia solidária;
- 4- Que se originassem de instâncias ou grupos que, por terem relações diretas ou não com os formuladores da política pública da qual o curso faz parte, possivelmente poderiam exercer influência em seus conteúdos ou diretrizes.

Todas as fontes foram encontradas por meio de pesquisas feitas de diversas formas diferentes em sites de busca da internet e através da pesquisa nos sites do próprio MTE, do FBES e do Instituto Marista de Solidariedade, além de referências de um texto que, por vezes, remetia a outros.

Breve apresentação dos documentos selecionados para análise

Foram selecionados e analisados três documentos do FBES. Em ordem são eles: **(a)** uma compilação de três textos (2010) – “*A trajetória do Movimento da Economia Solidária no Brasil: do Fórum Social Mundial (FSM) ao Fórum Brasileiro da Economia Solidária*”

(FBES)”, “Princípios da Economia Solidária” e a “Plataforma da Economia Solidária”; (b) “Por uma Política Pública de formação em Economia Solidária” (2007); e (c) “IV Plenária Nacional de Economia Solidária: Relatório Final” (2008).

O motivo para se colocar a compilação anterior aos demais se deve ao fato de que embora ela conste na referência como sendo de 2010 trata-se de textos bases da Economia Solidária da época do início de sua entrada na política formal nacional. A respeito da **compilação** pode-se dizer que o primeiro texto, *A trajetória do Movimento da Economia Solidária no Brasil: do Fórum Social Mundial (FSM) ao Fórum Brasileiro da Economia Solidária (FBES)*, aborda a trajetória recente da Economia Solidária no Brasil ressaltando a importância do FSM e do FBES nesse percurso. O segundo texto, *Carta de Princípios da Economia Solidária*, foi aprovada na III Plenária Nacional de Economia Solidária após debate em 18 estados brasileiros. Essa carta foi escrita para ser a identidade do Fórum Brasileiro da Economia Solidária, criado na mesma época da III Plenária. O terceiro texto, *Plataforma da Economia Solidária*, teve sua construção iniciada em 2002, na I Plenária Nacional, e foi finalizado na III Plenária Nacional de Economia Solidária (FBES, 2010).

O segundo documento analisado, *Por uma Política Pública de formação em Economia Solidária*, pretende ser uma contribuição aos debates sobre o tema “Por uma Política Pública Nacional de Formação/Educação em Economia Solidária – PPNFES”. De acordo com informações do referido texto, usou-se como base para sua escrita o documento da I Oficina Nacional sobre o tema incorporando contribuições das Oficinas Regionais, propostas e encaminhamentos apresentados pelo Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES) e algumas proposições elaboradas no âmbito do Departamento de Estudos e Divulgação da SENAES (FBES, 2007). Os assuntos tratados no texto são basicamente os princípios e diretrizes da PPNFES, a estruturação da PPNFES e as ações e articulação com demais políticas do governo.

O terceiro documento analisado, *IV Plenária Nacional de Economia Solidária: Relatório Final*, é o relatório final da IV Plenária Nacional de Economia Solidária. A IV Plenária Nacional foi um processo amplo de debates de quase 2 anos que abrangeu boa parte dos estados brasileiros. A princípio essa plenária foi pensada para discutir a nova função do

FBES, visto que com a criação e as atribuições do CNES, os dois espaços passariam a ter funções parecidas, de ser um espaço de interlocução entre sociedade civil e governo dentro da estrutura governamental. A IV Plenária contou com a participação de 288 representantes das Plenárias Estaduais, além de 32 observadores, totalizando 320 participantes de vários estados do país (FBES, 2008). O texto analisado é considerado como o documento-base nacional e tido “como um espelho fiel do que vinha dos estados, com toda a sua diversidade e diferenças” (FBES, 2008, p.6).

A respeito da SENAES, também foram selecionados e analisados três documentos. Em ordem são eles: **(a)** “*Seleção de instituições para implantação de Centros de Formação em Economia Solidária- CFES (2007 a 2010)*” (MTE, 2007); **(b)** “*Termo de referência para implantação dos Centros de Formação em Economia Solidária- CFES*” (MTE, 2010c); **(c)** “*O que é Economia Solidária*” (MTE, 2011).

O primeiro documento da SENAES é uma espécie de edital para a seleção de possíveis instituições parceiras nas ações que dizem respeito à formação e educação em economia solidária, mais especificamente os CFESs. De acordo com o texto “o objetivo desta seleção é identificar, para eventual apoio financeiro posterior, instituições que desenvolvem ações formativas em Economia Solidária e que venham a participar do projeto de implantação dos CFES” (MTE, 2007, p.1). Elaborada pelo departamento de estudos e divulgação da SENAES, a breve comunicação discorre sobre os seguintes temas: objetivos geral e específicos dos CFES; elegibilidade das instituições participantes; o processo de seleção; os recursos financeiros a serem concedidos; as contrapartidas da instituição selecionada; os prazos para cumprimento das ações; os critérios de avaliação; disposições gerais.

O segundo documento da SENAES trata-se de uma referência para a implantação e funcionamento do CFES. Esse texto elaborado pela equipe do Departamento de Estudos e Divulgação da SENAES/MTE (Roberto Marinho Alves da Silva, Cláudio de Araújo Nascimento, Gabriela Cavalcanti, Angela Marques e Cynthia Campos Rangel) com a participação e colaboração do Dr. Valmor Schiochet (Convênio MTE/SENAES – FURB) e do Dr. Maurício Sardá discorre sobre os seguintes assuntos: a contextualização e a justificativa da implantação dos CFES; os objetivos geral e específicos dos CFESs; suas concepções e

diretrizes; seu público-alvo e suas ações prioritárias; sua gestão e estrutura; finalmente, o processo de conveniamento para implementação dos centros.

O terceiro documento da SENAES elucida de forma breve do que é a Economia Solidária. Esse pequeno texto encontra-se no sítio do Ministério do Trabalho e Emprego na parte da SENAES. É o verbete que introduz a ideia do que seria a economia solidária, contrapondo-a a economia capitalista atual e ressaltando as características dessa nova forma de produzir.

Somente um **documento do CNES** foi selecionado para análise: “*Educação em Economia Solidária: formação e assessoria técnica*”. Essa comunicação que trata sobre as diretrizes e prioridades da política de educação em economia solidária é fruto de um processo iniciado na I CONAES (Conferência Nacional de Economia Solidária) em 2006. Esse processo contou com várias reuniões e debates de partícipes da ES e de envolvidos com setores educacionais, desde aquela primeira conferência até a Conferência Temática de Formação e Assessoria Técnica, que sistematizou o debate preparando-o para a II CONAES. Dessa forma, poder-se-ia dizer que o documento apresenta a sistematização das discussões realizadas na Conferência Temática e teve como objetivo favorecer o aprofundamento do tema nas Conferências Estaduais e na Nacional. O texto trata dos seguintes tópicos: concepção, diretrizes político-metodológicas, conteúdos, sistematização e público prioritário da educação em ES; diretrizes, estratégias e recursos para as políticas de formação em ES; por fim, os instrumentos e competências das políticas de formação em economia solidária.

O documento relativo ao Instituto Marista de Solidariedade selecionado para análise foi o “*Centro de Formação em Economia Solidária da Região Sudeste – CFES/SE (2008-2010)*”. O referido texto diz respeito à proposta do IMS para participar da seleção de instituições, feita pela SENAES, para implementação do CFES da região sudeste. A comunicação analisada versa sobre os seguintes temas: histórico e atuação da instituição; suporte da instituição para a realização do projeto; título da proposta; justificativa e diagnóstico; objetivos, resultados esperados e metas; metodologia; gestão da proposta. Vale ressaltar que duas das quatro referências bibliográficas utilizadas na constituição do presente texto já foram analisadas no presente trabalho: “A plataforma da Economia Solidária” (FBES, 2010); o “Termo de

Referência para Implantação dos Centros de Formação em Economia Solidária- CFES” (MTE, 2010c).

A análise e a discussão dos resultados

A leitura e análise dos documentos oficiais do FBES, da SENAES¹⁵, do CNES e do IMS, permitiram perceber qual vertente de economia solidária essas organizações/ instituições buscam apoiar e levar a cabo, ou pelo menos, intentam defender em seus documentos oficiais. A pouca variação do que se entende por Economia Solidária e dos sentidos da emancipação entre os textos também é algo que merece comentários. No entanto, há de se ressaltar algumas diferenças entre os documentos no que diz respeito à apresentação da economia solidária a partir, ou não, de sua contraposição ao capitalismo e alguns possíveis motivos e implicações disso.

A respeito da economia solidária em todos os textos analisados encontraram-se registros que levaram apenas a vertente que se refere à Economia Solidária Crítica ao Capitalismo, não havendo qualquer registro de excertos de textos ou parágrafos que fossem entendidos como referentes à Economia Solidária Para a Geração de Emprego e Renda:

Fundada na cooperação entre unidades de trabalho entre si e destas com os consumidores, a economia solidária nasce de uma atitude crítica frente ao capitalismo. Sem desconhecer o sistema econômico mundial hegemônico vigente, dentro do qual é preciso sobreviver. Orienta-se por valores não mercantis, como a solidariedade, a autonomia, a igualdade e a democracia, visando o desenvolvimento humano (IMS, 2008, p.11).

Trata-se de uma perspectiva para homens e mulheres que buscam a emancipação do e no trabalho através de relações sociais que visam uma sociedade democrática e ambientalmente sustentável (CNES, 2010, p.1).

Percebe-se, a partir disso, como colocado por Motta (2004), que embora possa haver diferenças entre projetos de economia solidária, essa diferença ocorre a partir de amplos

¹⁵ Note que as referências para as citações dos textos da SENAES serão feitas remetendo-se ao MTE como requerem as regras da ABNT.

consensos que formam a identidade do movimento. De acordo com o encontrado nos textos poder-se-ia dizer que esses consensos se dão em torno principalmente de algumas ideias como: a autonomia e a autogestão (dos indivíduos, dos empreendimentos e do movimento de ES); compromisso com a sustentabilidade ambiental; a solidariedade; a democracia e a participação; o ser humano como finalidade da atividade econômica; a valorização do saber popular/ do trabalhador; e a valorização e o respeito à diversidade.

Além disso, outra ideia recorrente nos documentos é a de que a economia solidária ao mesmo tempo em que busca, também requer, em parte, uma mudança de postura dos sujeitos frente ao mundo, seja nas suas relações com outros sujeitos ou com outras coletividades, instituições ou com o meio-ambiente:

A Economia Solidária ressurgiu hoje como resgate da luta histórica dos(as) trabalhadores(as), como defesa contra a exploração do trabalho humano e como alternativa ao modo capitalista de organizar as relações sociais dos seres humanos entre si e destes com a natureza (FBES, 2010, p.3).

(...) O caráter de solidariedade nos empreendimentos é expresso em diferentes dimensões: na justa distribuição dos resultados alcançados; nas oportunidades que levam ao desenvolvimento de capacidades e da melhoria das condições de vida dos participantes; no compromisso com um meio ambiente saudável; nas relações que se estabelecem com a comunidade local; na participação ativa nos processos de desenvolvimento sustentável de base territorial, regional e nacional; nas relações com os outros movimentos sociais e populares de caráter emancipatório; na preocupação com o bem estar dos trabalhadores e consumidores; e no respeito aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras (MTE, 2011, p.1).

A vertente da Economia Solidária Crítica ao Capitalismo tem essa dupla perspectiva de demandar e ensejar a mudança de visão e atitude perante o mundo o que denota também o sentido de aprendizagem a partir da vivência prática dos valores da ES. Dessa forma, entende-se a vivência econômica solidária a partir também de uma perspectiva pedagógica, de um aprendizado em constante processo, do entendimento de que o ser humano é sempre um sujeito em formação. Essa visão a respeito do ser humano remete aos sentidos de emancipação encontrados nos textos.

Assim, como ocorreu a respeito da vertente de economia solidária os sentidos de emancipação também variaram muito pouco entre os textos. Interessante registrar que as variações percebidas ocorreram mais pelas diferentes propostas dos documentos do que pela diferença das perspectivas de emancipação. Os sentidos da emancipação encontrados nos textos foram três: a superação da alienação do trabalho capitalista; a emancipação político-pragmática e a emancipação utópico-ontológica.

No que concerne à emancipação como superação da alienação do trabalho capitalista poder-se-ia dizer que ela diz respeito principalmente à superação de pelo menos três formas de alienação do trabalhador: dos meios de produção, do conhecimento e do poder decisório. No intuito de superar essa condição alienante do trabalho capitalista, a economia solidária propõe a propriedade coletiva dos meios de produção, o conhecimento de todos os processos que envolvem a produção de determinado produto/ serviço e formas de gestão que privilegiam a participação de todos na tomada de decisão que tem a autogestão como exemplo mais radical:

Desenvolvem tecnologias adequadas para a autogestão dos empreendimentos econômicos solidários. Os processos pedagógicos voltados à busca de melhor aproveitamento dos meios de produção disponíveis, melhoria da qualidade dos produtos e serviços realizados, utilização de novos materiais etc., devem ser parte integrante do processo de gestão coletiva dos empreendimentos, das redes de cooperação e cadeias solidárias; (CNES, 2010, p.5)

- Queremos um processo autogestionário que proporcione a emancipação através do trabalho e do desenvolvimento integral do ser humano (FBES, 2010, p.11).

No tratante à dimensão político-pragmática da emancipação, relacionada à organização e atuação do movimento de economia solidária, três parecem ser as principais preocupações: o fortalecimento do movimento a partir de canais de participação e mobilização; busca por visibilidade política da ES para sua incorporação na agenda política do país; e constituir uma relação com o Estado em que haja canais de participação efetiva, assim como possibilidade de acompanhamento e controle social das políticas discutidas e implementadas.

O aspecto político-pragmático relatado acima se relaciona com o sentido de emancipação constituído a partir da ideia de inserção-destaque de Gustin (1999). Essa é entendida como uma relação dialética em que os sujeitos estão integrados às regras de seu contexto e, ao mesmo tempo, são capazes de se distanciarem dele como também julgá-lo (GUSTIN, 1999). Aqui a emancipação tem o sentido de capacidade de avaliação, busca pela ampliação das condições jurídico-democráticas para aprofundar a organização e proporcionar lutas pela conquista da capacidade civil e cidadã plena, livrando-se do poder exercido pelos outros (GUSTIN, 1999, CATTANI, 2009).

Por fim, o sentido de emancipação que se usou chamar aqui de utópico-ontológico. A partir dessa perspectiva há o entendimento de que os trabalhadores são os novos sujeitos históricos, de que são também protagonistas das suas vidas e sujeitos capazes de lutar por seus direitos. Nesse sentido, compreende-se que os sujeitos em geral, sobretudo os explorados (ou os trabalhadores), têm seu potencial de desenvolvimento humano limitado pelo contexto político, social e econômico no qual estão inseridos. Para se desenvolverem plenamente, ou terem possibilidade disso, seria imperativo que mudanças estruturais ocorressem. Esse sentido utópico-ontológico da emancipação enxerga os trabalhadores, e os explorados em geral, como os sujeitos capazes de operar essas mudanças profundas e estruturais na nossa sociedade para que alcancemos uma sociedade livre de qualquer forma de opressão:

A economia solidária não se confunde com o chamado Terceiro Setor que substitui o Estado nas suas obrigações sociais e inibe a emancipação dos trabalhadores enquanto sujeitos protagonistas de direitos. A Economia Solidária afirma, a emergência de novo ator social de trabalhadores como sujeito histórico (FBES, 2010, p.6).

Importante salientar que a busca por essa sociedade livre de opressão, portanto emancipada, trata-se de uma busca, um vir-a-ser.

Como dito anteriormente, apesar da consonância entre os textos a respeito do que se entende por economia solidária, é importante registrar as variações encontradas. Atentando-se para pequenas variações internas à vertente substantivada de Economia Solidária Crítica ao Capitalismo poder-se-ia dizer que se crê que elas são de duas naturezas: uma diz respeito à

simples variação de ênfase em diferentes aspectos da proposta econômica solidária (político, social, cultural, ambiental, econômico, jurídico-legal, etc.) e outra é relativa à forma como o projeto econômico solidário se posiciona frente ao capitalismo. A respeito da primeira espécie de variação entende-se que se dá mais por conta dos diferentes objetivos de cada texto do que por diferenças a respeito do projeto da economia solidária. Assim, nota-se, por exemplo, que os textos que tratam dos princípios, diretrizes e estruturação da Política Nacional de Formação/ Educação em Economia Solidária, ou especificamente do Centro de Formação em Economia Solidária (CFES), enfatizam os temas presentes na subcategoria 1. *Busca por emancipação* principalmente com destaque para os aspectos entendidos como político-pragmáticos:

1. Princípio e Diretrizes da PPNFES

Princípio Básico: a política pública nacional de formação em Economia Solidária deverá ser articulada ao processo permanente de fortalecimento (ou busca da emancipação):

- Dos empreendimentos econômicos solidários e seus sócios (fortalecimento econômico, social e político e cultural);
- Do movimento de economia solidária (articulação e estruturação dos fóruns e demais mecanismos de mobilização); e,
- Político da Economia Solidária com sua incorporação na agenda política do país e implementação de programas de apoio massivo bem como reconhecimento legal que reconheça suas especificidades (FBES, 2007, p.2).

Gestão participativa: participação ativa e consciente de representantes da economia solidária (empreendimentos econômicos solidários, entidades de fomento e assessoria e de rede de gestores públicos) na coordenação e na concepção político pedagógica dos CFES (MTE, 2008, p.5).

Por outro lado, documentos que buscam delimitar ou caracterizar a economia solidária enfatizam seus valores, subcategoria 2. *ES como motor e como a própria mudança da visão de mundo e das práticas dos sujeitos*:

Economia Solidária é um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Sem explorar os outros, sem querer levar vantagem, sem

destruir o ambiente. Cooperando, fortalecendo o grupo, cada um pensando no bem de todos e no próprio bem (SENAES, 2011, p.1).

E suas múltiplas preocupações, subcategoria 3. *ES busca múltiplas mudanças/ conquistas:*

Para a Economia Solidária, a eficiência não pode limitar-se aos benefícios materiais de um empreendimento, mas se define também como eficiência social, em função da qualidade de vida e da felicidade de seus membros e, ao mesmo tempo, de todo o ecossistema (FBES, 2010, p.4).

A segunda espécie de variação, relativa à forma como o projeto econômico solidário se posiciona frente ao capitalismo, é perceptível, principalmente, entre os textos da SENAES e os demais. Enquanto os textos do FBES, do IMS e do CNES localizam claramente a economia solidária em oposição ao capitalismo, nomeando e tecendo críticas diretas a este sistema, os textos da SENAES, exceto por uma passagem de um documento¹⁶, colocam a economia solidária como alternativa ao modelo vigente sem nomeá-lo ou criticá-lo de forma tão explícita:

A economia solidária nega a competição nos marcos do mercado capitalista que lança trabalhador contra trabalhador, empresa contra empresa, país contra país, numa guerra sem tréguas em que todos são inimigos de todos e ganha quem for mais forte, mais rico e, freqüentemente, mais trapaceiro e corruptor ou corrupto (FBES, 2010, p.5).

Economia Solidária é um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Sem explorar os outros, sem querer levar vantagem, sem destruir o ambiente. Cooperando, fortalecendo o grupo, cada um pensando no bem de todos e no próprio bem (MTE, 2011, p.1).

¹⁶ “Considerando essas características, a economia solidária aponta para uma nova lógica de desenvolvimento sustentável com geração de trabalho e distribuição de renda, mediante um crescimento econômico com proteção dos ecossistemas. Seus resultados econômicos, políticos e culturais são compartilhados pelos participantes, sem distinção de gênero, idade e raça. Implica na reversão da lógica capitalista ao se opor à exploração do trabalho e dos recursos naturais, considerando o ser humano na sua integralidade como sujeito e finalidade da atividade econômica” (MTE, 2011, p.1).

Essa postura pode significar tanto uma diferenciação interna na vertente da Economia Solidária Crítica ao Capitalismo ou mesmo a adoção de um discurso mais palatável ao contexto de onde está sendo enunciado. Importante dizer que essas possibilidades colocadas não são mutuamente excludentes.

Discutindo-se a primeira hipótese poder-se-ia dizer que uma possível diferença seria sobre o entendimento da relação entre os contextos solidários e os capitalistas. Em uma posição pode-se ver como menos problemática as relações entre os contextos solidários e capitalistas enquanto que a partir de outra visão pode-se entender que o contexto capitalista ainda que impossível de ser totalmente isolado seja necessariamente perverso e limite às possibilidades de vivência dos valores e práticas solidárias. Um exemplo da primeira posição é entendimento não problemático da atuação de empreendimentos econômicos solidários no mercado capitalista, inclusive competindo ao sabor do livre-mercado por parcelas de mercado com empresas capitalistas (SINGER, 2002). Seguindo exemplo análogo, a outra posição entende que a melhor estratégia seria atuar a partir de uma articulação em redes territoriais de *prossumidores*, onde a oferta e a demanda são construídas conjuntamente por produtores e consumidores em debates públicos em espaços associativos (FRANÇA FILHO, 2007), ou em redes de colaboração solidária (MANCE, 2000). No caso aqui em questão a postura da SENAES estaria mais próxima à primeira descrição.

A respeito da segunda hipótese, poder-se-ia entender que a SENAES adotou um discurso com críticas menos diretas ao capitalismo no intento de alargar suas possibilidades de parcerias com outras instituições do executivo federal e dos diferentes entes federados (estados, secretarias estaduais, municípios, etc.). Por um lado, a Economia Solidária ainda é um setor que não tem muita visibilidade para o Estado e suas políticas. Por outro, o Estado brasileiro está concebido para promover o desenvolvimento capitalista de forma que os seus instrumentos e mecanismos não enxergam outras estratégias econômicas que não funcionem nesta mesma lógica (SCHWENGBER, 2005). Isso faz com que a economia solidária e dos setores populares, “arquitetada sobre outras bases seja vista como residual, subordinada e, quando muito, com méritos compensatórios aos impactos das crises do capitalismo” (SCHWENGBER, 2005, p.). Nesse contexto, uma possibilidade seria buscar visibilidade e recursos para a economia solidária fazendo parcerias com setores da administração pública

que não necessariamente sejam anticapitalistas, mas que tenham alguma afinidade com as propostas da economia solidária como, por exemplo, a geração de emprego e renda, melhoria da qualidade de vida das pessoas e a preocupação com a sustentabilidade ambiental. Tal via pode ser considerada arriscada, uma vez que facilita a apropriação do discurso da economia solidária por setores que não compartilham de seus princípios. Importante dizer que os dados analisados na presente pesquisa não possibilitaram concluir se a diferença notada na forma como o projeto econômico solidário se posiciona frente ao capitalismo trata-se da primeira ou segunda hipótese, ou mesmo das duas.

Portanto, nota-se que há consonância entre os entendimentos do que seria a economia solidária e dos sentidos de emancipação entre os documentos analisados. Entrementes, há pequenas variações na apresentação da ES que, entende-se, podem indicar tanto uma variação entre diferentes projetos no interior da vertente Economia Solidária Crítica ao Capitalismo e/ ou uma estratégia de discurso arriscada adotada pela SENAES para ampliar suas possibilidades de parceria como também a penetração da ES nas instâncias do executivo nos diversos entes federados. Faz-se mister registrar que, não obstante o reconhecimento de consensos entorno do que se entende por economia solidária, crê-se que uma forte contribuição para essa proximidade do que se entende por economia solidária e dos sentidos de emancipação presentes no texto sejam fruto das relações entre o FBES, a SENAES e o IMS e da própria estruturação do FBES em fóruns locais (metropolitanos, estaduais e regionais). Essa relação conta com a forte participação do FBES nas discussões, elaboração, implementação e acompanhamento das políticas de ES sendo o CNES o principal canal de diálogo entre o movimento de ES e a SENAES. O IMS aparece como parceiro em várias ações realizadas no campo da economia solidária como também integra os fóruns da base do movimento de economia solidária nas instâncias locais e nacional do FBES.

5.2. Os materiais do curso

Faz-se mister informar que cada CFES regional tem certa liberdade para selecionar os materiais a serem distribuídos e mesmo os assuntos que se deve tratar ou enfatizar nos cursos. Isso ocorre, pois, busca-se que cada curso de formação atenda também às necessidades locais. Assim, a escolha dos materiais para o curso objeto da presente pesquisa é de responsabilidade

da instituição que coordena o CFES-SE, ou seja, o IMS. Contudo, tal liberdade não é irrestrita já que o termo de referência (SENAES, 2008), uma espécie de edital da SENAES para a seleção das possíveis instituições responsáveis pelo CFES's, estabelece orientações que cobrem desde a concepção de formação até as diretrizes políticas e metodológicas e os conteúdos formativos da formação em economia solidária. Não obstante essa forte orientação para a formação em economia solidária, crê-se que haja suficiente espaço para atuação do IMS que justifique a análise de qual vertente de economia solidária é predominante nos materiais e quais os sentidos de emancipação que deles emergem.

O material do curso selecionado para a análise foi aquele que foi distribuído para os alunos. Isso consiste em:

- Caderno de Texto do primeiro módulo: texto “O que é o trabalho” de Suzana Albornoz – Coleção Primeiros Passos , 2008.; e o texto “A história da Sociedade” do Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae – CEPIS, 2008;
- Caderno de Texto do terceiro módulo: texto “Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa” de Paulo Freire, 2002; texto “Economia Solidária e Economia Feminista” de Miriam Nobre, s/d; e o texto “Porque o mundo é dos Homens” s/a, s/d;
- Quatro cadernos (cartilhas) da série “trocando ideias”: (1) Comércio Justo e Solidário; (2) Comercialização Solidária; (3) Consumo e Economia Solidária; (4) Desenvolvimento Sustentável e Economia Solidária;
- Uma cartilha de formação: “Manual para formadores: descobrindo a outra economia que já acontece.”
- Uma cartilha da Campanha Nacional de Mobilização Social: “Economia Solidária, uma outra economia acontece!”;
- Um DVD e um CD (Documentário “Outra Economia Acontece” de 25’; Vídeo Institucional “Outra Economia Acontece” de 12’);

Breve apresentação dos materiais selecionados para análise

O **caderno de texto do primeiro módulo** foi elaborado pela equipe do CFES-SE (do instituto Marista de Solidariedade) e conta com os textos “O que é o trabalho” e “A história da

sociedade”. O primeiro deles fala sobre diversos aspectos do trabalho. O texto inicia pelo significado da palavra trabalho em várias línguas depois discute o que o trabalho tem sido retomando desde as sociedades caçadoras e coletoras, idade média, até as revoluções industriais. Em seguida o texto discute o que o trabalho está sendo e foca a discussão nos aspectos do trabalho dentro de um contexto capitalista, urbano e globalizado. Adiante aborda o que se tem pensado sobre o trabalho. Para isso recupera várias discussões e ideias sobre o trabalho desde os gregos até o pensamento tradicional judaico-cristão, o protestantismo, os economistas clássicos, Hegel, Marx, Hannah Arendt, Paul Lafargue, Wright Mills e Marcuse. Em seguida aborda o que o trabalho não é. Finaliza o texto dizendo o que o trabalho ainda não é, mas pode ser: uma atividade com sentido em que o objetivo supremo não será mais o rendimento para a satisfação das necessidades básicas, pois, estas estariam garantidas, mas a criação; seria o fim da dominação do trabalho sobre o homem e o início da dominação do homem sobre seu trabalho. O Segundo texto, “A história da sociedade”, conta a história das mudanças de modelos econômicos de produção e organização para a produção por que a sociedade passou desde a comunidade primitiva até a recente retomada da perspectiva socialista com a falência do modelo neoliberal. O texto que inicia nas sociedades primitivas passa também pelo modo de produção asiático, pelo escravismo, pelo feudalismo, surgimento do capitalismo, a exploração dos trabalhadores no capitalismo e sua luta rumo ao socialismo, o socialismo, o desenvolvimento do capitalismo, o capitalismo na etapa neoliberal, as novas lutas sociais do século XXI, finalmente, a retomada da perspectiva socialista.

O **caderno de textos do terceiro módulo** que também foi elaborado pela equipe do CFES-SE (do IMS) conta com três textos: “Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa”, “Economia Solidária e Economia Feminista”, “Porque o mundo é dos homens?”. O primeiro dos textos trata da proposta de educação crítica e popular de Paulo Freire. O livro basicamente discute as exigências para se levar a cabo a proposta de uma educação libertária que possibilite o desenvolvimento do educando e do educador no sentido de se constituírem como sujeitos do conhecimento, sujeitos críticos e autônomos. O segundo texto aborda as semelhanças entre a proposta da economia solidária e da economia feminista, chamando a atenção, principalmente, para o valor do trabalho geralmente feito pelas mulheres que geram recursos não-monetários, para a luta pela igualdade dos gêneros e por mudanças estruturais na sociedade, na economia e na cultura. O terceiro texto, “Porque o mundo é dos homens?” trata

da naturalização da visão de que os homens são superiores às mulheres e dos sistemas de privilégios que reforçam essa visão e as práticas que nela se apóiam: o patriarcado e o capitalismo.

Os **cadernos (cartilhas) da série trocando ideias** são realização do IMS e foram elaboradas por Euclides André Mance, um acadêmico formado em filosofia que escreve há muito sobre economia solidária. Ao todo são quatro: Caderno 1- Comércio Justo e Solidário; Caderno 2- Estratégias para a Comercialização Solidária: pontos fixos e marcas; Caderno 3- Consumo e Economia Solidária; por fim, o Caderno 4- Desenvolvimento Sustentável e Economia Solidária. O “Caderno 1” trata do funcionamento do comércio convencional, as injustiças que ele produz apresentando alternativas como o comércio justo e o comércio justo solidário, este a adequação do comércio justo aos critérios da economia solidária. O “Caderno 2” trata da comercialização no âmbito da economia solidária, discute estratégias de comercialização local que podem potencializar empreendimentos solidários, assim como a importância das marcas comerciais e a diferença da função delas no contexto capitalista e solidário. O “Caderno 3” trata do impacto do consumo nas cadeias produtivas e discute como o consumo solidário tem implicações éticas e políticas podendo ser fundamental para a transformação econômica como também para a expansão da ES. Finalmente o “Caderno 4”, que discute as diferenças entre os modelos de desenvolvimento: neoliberal, desenvolvimentista e sustentável. Chama-se atenção, também, para o impacto desses modelos na economia, da importância dos arranjos sociais, produtivos e institucionais para o desenvolvimento sustentável e solidário.

A **cartilha “Manual para formadores”** faz parte do conjunto de materiais produzidos pela campanha de mobilização social da ES promovida pela SENAES e pelo FBES e deflagrada em 2006. O manual descreve os demais materiais da campanha oferecendo indicações metodológicas para que formadores em Economia Solidária possam fazer um bom uso do material. Trata também da importância da sistematização das discussões, de como fazê-las, traz dicas de onde encontrar informações complementares a respeito da ES, discorre sobre a situação da economia solidária no Brasil.

A **cartilha “Economia Solidária, outra economia acontece!”** também é parte da publicação de um conjunto de materiais produzidos pela campanha de mobilização social da ES

promovida pela SENAES e pelo FBES. A cartilha apresenta várias experiências de economia solidária representando suas diferentes formas de manifestação (crédito solidário, empresas recuperadas, cooperativas, associação, clubes de troca, etc.) em diferentes setores (produção, serviços, consumo, redes, finanças, etc.). Trata também dos princípios e valores da ES, de suas origens e do apoio que recebe da sociedade e de governos, além de tratar de algumas dificuldades enfrentadas pela ES.

O **documentário “Outra Economia Acontece”** é mais um material da campanha de mobilização encabeçada pela SENAES e o FBES em 2006. Esse documentário apresenta a economia solidária, suas diferentes manifestações a partir de imagens documentais e entrevistas com aqueles que vivem a economia solidária.

Assim como o documentário e as duas cartilhas citadas acima, o **vídeo institucional “Outra Economia Acontece”** é mais um material que faz parte da campanha de mobilização pela ES da SENAES e do FBES. O vídeo apresenta os valores e princípios da economia solidária a partir de experiências reais de empreendimentos solidários de produção, serviços, fontes de crédito, redes de distribuição. Além disso, trata da importância do consumo solidário e dos benefícios da economia solidária para os participantes, sejam eles produtores ou consumidores.

A análise e a discussão dos resultados

A leitura e análise dos materiais do curso permitiram notar qual vertente de economia solidária predomina nessas comunicações. Mais uma vez, e a despeito da heterogeneidade dos materiais, pode-se considerar que não houve grande variação do que se entende por Economia Solidária e dos sentidos da emancipação entre os textos. Entretanto, chama atenção o aparecimento de excertos que foram considerados como remetentes à vertente Economia Solidária Para a Geração de Emprego e Renda e que merecem ser comentados. Assim como ocorreu na análise dos documentos oficiais, crê-se que a variação a respeito do entendimento da economia solidária nos materiais analisados é mais fruto dos diversos enfoques dos diferentes materiais, mas por vezes também representam projetos diferentes no interior da vertente Economia Solidária Crítica ao Capitalismo.

A respeito da economia solidária poder-se-ia dizer que a vertente predominante nos materiais foi a Economia Solidária Crítica ao Capitalismo. Embora os materiais sejam consideravelmente heterogêneos tanto nos assuntos – estratégia para a comercialização solidária, trabalho, pedagogia da autonomia, entre outros –, quanto nos formatos – cartilhas, manual, livro completo, textos curtos e vídeos – crê-se que não houve grandes variações a respeito das concepções de economia solidária predominando a “Crítica ao Capitalismo”:

A economia solidária também se propõe superar a economia capitalista e a sociedade que a alimenta, e o faz a partir da constituição de novas práticas econômicas que interpelem as práticas sociais dominantes (NOBRE, 2011, p.2).

A grande força sobre que alicerçar-se a nova rebeldia é a ética universal do ser humano e não a do mercado, insensível a todo reclamo das gentes e apenas aberta à gulodice do lucro. E a ética da solidariedade humana (FREIRE, 2011, p.48).

Cooperação, solidariedade e democracia. Essa é a cara de uma outra economia. Uma economia com outro rosto, mais humano e também com outro nome, com outras propostas, com outros valores (Vídeo Institucional..., 00:00:01).

Nesses materiais analisados, assim como ocorrera nos documentos oficiais, o consenso se dá em torno das noções de autonomia e a autogestão; do compromisso com a sustentabilidade ambiental; da solidariedade; da democracia e da participação; do ser humano como finalidade da atividade econômica; da valorização do saber popular/ do trabalhador; e da valorização e respeito à diversidade. A presença da ideia da economia solidária em sua dimensão pedagógica também está presente nos materiais, não só no texto de Paulo Freire a partir da pedagogia da autonomia (do oprimido, educação popular), mas também em outras comunicações:

[aspectos do desenvolvimento nas bases da economia solidária] Pedagógico – desenvolvendo práticas educativas que promovam a cultura da cooperação e da solidariedade, a autogestão social, o trabalho emancipado, o consumo responsável e solidário; resgatando o saber acumulado de trabalhadores e trabalhadoras, promovendo a cultura do trabalho e do consumo solidários como princípio educativo; esclarecendo os impactos do consumo final e produtivo sobre o conjunto

das cadeias produtivas, sobre as relações sociais de produção e sobre os ecossistemas (IMS, 2010a, p.17-18).

- O objetivo da participação e do controle social é a construção de esferas públicas de poder, onde os diferentes atores sociais possam negociar, de forma transparente e em igualdade de condições, os seus interesses, pensados na relação com a coletividade, constituindo-se em um processo pedagógico do exercício democrático (MTE, SENAES, FBES, 2007b, p.33)

No que tange aos sentidos da emancipação, diferentemente do que ocorreu na análise dos documentos oficiais, na análise dos materiais notou-se grande destaque para um dos sentidos da emancipação da Economia Solidária Crítica ao Capitalismo. Embora tenha havido ocorrência dos sentidos político-pragmático e utópico-ontológico da emancipação, poder-se-ia dizer que o sentido predominante nos materiais é a visão do trabalho econômico solidário como tentativa da superação das alienações do trabalho capitalista:

...A instauração da gestão operária é o que permitirá começar imediatamente a eliminar as contradições fundamentais da produção capitalista. A gestão operária marcará o fim da dominação do trabalho sobre o homem, e o começo da dominação do homem sobre o seu trabalho (ALBORNOZ, 2011, p.100).

A característica mais importante de todos esses empreendimentos solidários é a autogestão. Isso significa que não há mais patrões e empregados. Os meios de produção (terra, equipamentos e instalações) pertencem a todos os que trabalham no empreendimento (MTE, SENAES, FBES, 2007a, p.21)

A diferença entre o trabalho capitalista e o solidário é marcada pelo fato de que enquanto no primeiro os trabalhadores estão separados dos seus meios de produção, do conhecimento e do poder da tomada de decisão, no segundo há a propriedade coletiva dos meios de produção, o conhecimento dos trabalhadores de todo o processo que envolvem o produto ou serviço que ajudam a fazer e a prerrogativa de todos participarem dos processos de tomada de decisão. Crê-se que o destaque desse sentido tenha ocorrido principalmente porque parte dos materiais analisados foram confeccionados para uma campanha de sensibilização e também porque priorizam a exposição da economia solidária a partir de exemplos concretos de vivência econômica solidária (nos casos dos vídeos das próprias falas dos participantes). Entende-se

que esse sentido da emancipação é o mais imediato e é mais perceptível no cotidiano dos empreendimentos uma vez que afeta seu funcionamento e organização. É, portanto, aquele que salta primeiro aos olhos. Além disso, é um forte contraponto às questões que são também culturalmente entendidas como problemáticas no trabalho. Por se tratar de um material de sensibilização para a economia solidária nada mais estratégico do que flertar com o sonho de muitas pessoas de ter o próprio negócio e não ter que obedecer a um chefe.

Fato que não havia ocorrido nos documentos analisados e que sucedeu nos materiais foi a aparição da vertente Economia Solidária para a Geração de Emprego e Renda e os sentidos de emancipação que a ela correspondem. A característica que qualificou os trechos como pertencentes a essa subcategoria é o entendimento de que há primazia dos ganhos econômicos ou de possíveis benefícios materiais em detrimento dos demais. Além disso, também a ideia de que a emancipação possa ser alcançada apenas, ou principalmente, via renda e poder de compra e de que a economia solidária serve para, principalmente, dirimir os efeitos nefastos do neoliberalismo. Ou seja, sempre que se deu a entender que a associação entre as pessoas ou a adoção de alguma prática econômica solidária fosse uma possibilidade de, acima de qualquer coisa e principalmente, aumentar os ganhos econômicos ou benefícios materiais; que a geração de renda ou o aumento do poder de consumo foi entendido como a principal via para a emancipação; ou que a economia solidária era entendida apenas como forma de geração de emprego e renda no contexto de crise neoliberal, colocou-se o trecho como pertencente à subcategoria Economia Solidária Para a Geração de Emprego e Renda:

Nas cidades cooperação, solidariedade e trabalho agora são soluções para enfrentar o desemprego.

- Eu não tenho medo mais do desemprego, isso daí acabou pra mim (Vídeo Institucional..., 00:01:16).

Um avanço que vai representar mais postos de trabalho, mais inclusão social e novo vigor na retomada da produção (Vídeo Institucional..., 00:13:30)

Percebe-se que os sentidos da emancipação do texto acima estão relacionados ao que se usou chamar aqui de Economia Solidária para a Geração de Emprego e Renda. A partir do primeiro trecho destacado poder-se-ia entender a economia solidária como uma forma de autoemprego

coletivo, uma maneira de pessoas que não tem chances de encontrar emprego no mercado de trabalho formal gerar renda através do trabalho coletivo. Sabe-se que no Brasil o marco jurídico da economia solidária (do cooperativismo) não dá conta de suas especificidades e que, devido a isso, mais da metade dos EES (Empreendimentos Econômicos Solidários) constituídos são informais (MTE, 2006). Não há dúvidas de que a atuação na informalidade prejudica o trabalhador precarizando seu trabalho na medida em que não consegue garantir condições mínimas de segurança, estabilidade e mesmo remuneração, já que não contam com regulamentação e proteção legais. Adicionalmente, os empreendimentos informais, pela própria limitação imposta pela condição de informalidade, acabam tendo relações predominantemente com outros empreendimentos informais, relegando-os a um contexto de informalidade generalizada que é também um contexto de baixa renda. Assim, adotar o discurso da Economia Solidária Para Geração de Emprego e Renda sem uma contrapartida de luta e organização política, jurídico-legal e social, uma luta coletiva, é aceitar essa condição atual de precariedade da maioria dos trabalhadores econômicos solidários deixando-os à própria sorte e admitindo o autoemprego coletivo como uma saída razoável de sua situação de desemprego.

Já o segundo trecho dá a entender que a inclusão social adviria da criação dos postos de trabalho e, pode-se inferir, da geração de renda. Essa ideia parte, por um lado, de uma constatação da realidade brasileira, mas, por outro, faz parte também de uma concepção liberal da cidadania e da inclusão social. Sabe-se que o Estado brasileiro não consegue garantir diretamente a todos os cidadãos o necessário para suprirem as suas necessidades básicas. Essa incapacidade não é característica unicamente do Brasil, mas principalmente dos países não desenvolvidos e dos países em desenvolvimento que por conta de seu desenvolvimento tardio (ou “inexistente”) e dos fatores que deram fim aos chamados 30 gloriosos anos, não desenvolveram robustamente o Estado de Bem-Estar Social¹⁷. De forma sucinta, a visão liberal do Estado entende que este deve ser mínimo e que os indivíduos

¹⁷ De acordo com Abrúcio (1999), esses fatores foram: (1) a crise econômica mundial da década de 1970 que diminuiu as receitas e as possibilidades dos Estados de financiarem seus programas sociais; (2) a crise fiscal em que os contribuintes se revoltaram em relação ao aumento de impostos; (3) a globalização do capitalismo com o conseqüente enfraquecimento do poder dos Estados; e (4) a influência das teorias liberais do Estado em que se criou um impasse entre os que não queriam abrir mão dos direitos conquistados e outros que achavam aquilo um luxo exagerado.

devem procurar satisfazer suas necessidades por si mesmos e através do mercado. Nesse contexto a renda e o poder de consumo são cruciais para garantir o acesso a bens e serviços que constituem direitos dos cidadãos (os direitos sociais) como a educação, a saúde, a moradia, alimentação, segurança, entre outros.

Adicionalmente o último trecho associa a contribuição para o processo produtivo com a inclusão do sujeito na sociedade. Essa visão está ligada à cultura capitalista-consumista e à noção de que para se ter um valor dentro da sociedade é preciso que se contribua com a engrenagem econômica, seja produzindo ou consumindo. A partir dessa ideia quem não produz ou consome não tem qualquer valor. Além disso, também o entendimento de que a luta por uma mudança de perspectiva de vida depende do esforço individual sem denotar que a luta tem uma dimensão coletiva é parte de um discurso que pode ser ao mesmo tempo voluntarista e liberal, contradizendo os sentidos da emancipação da vertente Economia Solidária Crítica ao Capitalismo, como o trecho a seguir:

Viver dessa maneira depende do esforço de cada um, da vontade de experimentar, de ter iniciativa e esperança de que a sua vida pode mudar e depende principalmente da disposição de incorporar os princípios de solidariedade, igualdade e justiça (Documentário Uma..., 00:23:40)

Portanto, nota-se a partir das reflexões acima que o sentido da emancipação da vertente da Economia Solidária Para a Geração de Emprego e Renda não apresenta qualquer rompimento com os valores que constituem a sociedade capitalista.

A despeito da classificação desses trechos como sendo da categoria Economia Solidária Para Geração de Emprego e Renda, entende-se que suas ocorrências nos materiais não denotam necessariamente a presença de discursos concorrentes nos materiais (“Crítica ao Capitalismo” VS “Geração de Trabalho Renda”). Crê-se que a presença dessa categoria é explicada melhor pela adoção de um discurso moderado no que diz respeito a evitar-se colocar a economia solidária em oposição ao capitalismo, como se comentou ter ocorrido também nos documentos da SENAES, também por um descuido no trato de algumas questões muito mais do que a infiltração do discurso da vertente “Geração de Emprego e Renda”. A adoção do discurso moderado e o uso pouco cuidadoso das palavras cria uma ambiguidade na mensagem

e dá margem a entendimentos diversos e até opostos sobre as propostas da economia solidária. Essa ambiguidade também possibilita a apropriação do discurso que embora elaborado para um fim pode passar a ser usado para chegar-se a outros.

Dentro de um contexto mais amplo dos materiais dá-se para ter noção de que os trechos transcritos acima e outros entendidos como parte da Economia Solidária Para a Geração de Emprego e Renda não são exatamente representantes do discurso que defendem essa vertente de economia solidária. Por isso, entende-se que os excertos extraídos dos vídeos tratam de uma estratégia de sensibilização com enfoque mais agudo nos benefícios econômicos da ES. No entanto, apesar da visão global dos materiais possibilitar esse entendimento, ao assistir apenas o “Vídeo Institucional...” e o “Documentário Uma...” a dúvida sobre qual vertente da economia solidária é exposta, não se desfaz completamente, principalmente para aqueles que possivelmente estão tendo o primeiro contato com o tema. Ou seja, não fica claro se a economia solidária de que estão falando é mesmo uma alternativa ao capitalismo ou se se trata de uma simples oportunidade para aqueles que não tem trabalho ou renda. Por isso, e pelo risco que tal ambiguidade representa, decidiu-se, mesmo após a análise contextualizada dos trechos, classificá-los como pertencentes à categoria Economia Solidária Para a Geração de Emprego e Renda.

Outra característica dos materiais que chama atenção é o foco que os cadernos (cartilhas) da série Trocando Ideias colocam sobre a questão do consumo e comercialização. Se por um lado a questão do consumo-comercialização apareceu apenas de forma residual nos documentos oficiais analisados, nos materiais distribuídos para o curso ela ganha destaque:

O consumo solidário é aquele praticado em função não apenas do próprio bem-viver pessoal, mas também do bem-viver coletivo, em favor dos trabalhadores que produzem, distribuem e comercializam os bens e serviços consumidos e, igualmente, em favor da proteção dos ecossistemas. Trata-se do consumo em que se dá preferência aos produtos e serviços da Economia Solidária em relação aos produtos de empresas que exploram os(as) trabalhadores(as) e degradam os ecossistemas (IMS, 2010c, p.13).

O comércio justo e solidário favorece a todos os cidadãos e cidadãs, consumidores, produtores, comerciantes e o equilíbrio dos ecossistemas. Isso é possível, pois todos

saem ganhando quando se promove a justiça e a solidariedade em favor do bem-viver das pessoas (IMS, 2010a, p.8)

Percebe-se nesses excertos o entendimento de que o consumo e a comercialização não são uma parte de menor importância das atividades econômicas, mas desempenham papel relevante na lógica da organização do modo de produção capitalista. O comércio e o consumo justo e solidário representam outra frente de atuação da vertente da Economia Solidária Crítica ao Capitalismo na sua busca por mudanças estruturais. São compreendidos como uma forma de ação política e exercício de poder em que se prioriza a compra e comercialização de produtos e serviços que estão afinados com os princípios da economia solidária:

O consumo é, pois, um exercício de poder pelo qual efetivamente pode-se tanto apoiar a exploração de seres humanos, a destruição progressiva do planeta, a concentração de riquezas e a exclusão social quanto contrapor-se a este modo lesivo de produção, distribuição e comercialização (IMS, 2010c, p. 14)

Nota-se, aqui, uma diferença interna na vertente da Economia Solidária Crítica ao Capitalismo semelhante a que foi indicada como uma hipótese de interpretação na análise dos documentos. Por um lado, tem-se uma perspectiva de economia solidária que foca quase que exclusivamente no processo de organização para a produção (SINGER, 2002). Por outro, há a perspectiva que tanto a produção como o consumo solidários são importantes:

É em função do consumo, tanto o final quanto o produtivo, que o processo de produção é, geralmente, organizado. Nas sociedades capitalistas, entretanto, o consumo acaba sendo induzido pelas empresas com vistas a girar a produção pela venda das mercadorias, viabilizando a obtenção do lucro e o acúmulo de capital. Com essa finalidade, a vida útil de muitos produtos é encurtada para que as pessoas tenham de comprar mais vezes produtos novos de um mesmo tipo. E, igualmente, estratégias de marketing são adotadas (entre elas as propagandas) para levar as pessoas a comprarem produtos que nem sempre são necessários ao seu bem-viver (IMS, 2010c, p.7).

De acordo com esta perspectiva, a prática da produção e do consumo solidário em laços de retroalimentação gera um excedente econômico que permite criar novas formas unidades produtivas solidárias. Essas unidades conectadas em rede podem atender melhor a diversidade

das demandas de consumo final e produtivo de novas unidades, incorporando cada vez mais consumidores e produtores a essa economia em um movimento auto-sustentável em expansão. “Essa revolução econômica está necessariamente conectada a uma revolução política e cultural, que são as três faces de um mesmo processo social em curso” (MANCE, 2000, p.1).

Considera-se que a escolha em se dar ênfase à proposta de Mance (2000) que foca, além da produção, também o consumo e a comercialização tem a ver com um diagnóstico feito junto aos EES. Esse diagnóstico, segundo a coordenadora do curso, aponta para a comercialização como sendo o principal problema que os ESS reconheceram enfrentar:

...A comercialização é considerado o primeiro problema na economia solidária, formação é o terceiro (...). Então são as principais problemas que nós temos em economia solidária. Então a gente precisa de uma política para dar conta dessa debilidade(...).” (COORDENADORA MARIA, dia 3 manhã 03, 00:00:03)

Assim, entende-se que mais do que a preferência por um ou outro projeto de economia solidária dentro da vertente “Crítica ao Capitalismo” valeu-se daquela que apresentava um possível caminho para se construir a solução para o problema. Ou seja, mais do que a disputa ideológica entre dois projetos de ES crê-se que tenha ocorrido escolhas pragmáticas e situacionais para resolver problemas práticos.

Por fim, chama-se atenção para a discussão das questões de gênero. Essas que já apareciam, ainda que de forma bastante tímida, nos documentos oficiais tiveram destaque nos materiais do curso. O referido destaque se dá nem tanto pela quantidade de vezes em que a questão é colocada nos diferentes materiais, mas pelo fato de haverem dois breves textos dedicados especialmente ao tema. Os textos basicamente discutem a relação da economia solidária com o a economia feminista e a dominação dos homens sobre as mulheres trazendo à tona dois sistemas de privilégios, o capitalismo e o patriarcado:

Essa separação das coisas, dos papéis, acontece porque quando começamos a viver em sociedade, se formou um grande sistema de poder, privilégio, onde uma parte de nós seres humanos – o conjunto dos homens – submete e oprime a outra parte, - nós mulheres. Esse é o primeiro jeito de organizar a opressão, o primeiro sistema, e é chamado de patriarcado. Cercaram a terra, e inventaram essa coisa de ser dono: a

propriedade privada. Cercaram também o nosso corpo, como forma de dominação, para garantir que os filhos fossem seus herdeiros (Porque o mundo é dos Homens?, 2011, p.3).

Portanto, a partir da análise dos materiais do curso foi possível perceber que a vertente da economia solidária que prevalece é a “Crítica ao Capitalismo”. Embora se considere que não tenha havido significativa variação entre as noções de economia solidária, percebe-se que há uma disputa no interior da vertente predominante. Essa disputa se dá entre uma abordagem que centra mais na questão da produção, representada pelas ideias de Singer (2002), e outra que considera não só a produção, mas também a comercialização e o consumo como atividades importantes para as pretensões da economia solidária de constituir-se como um novo paradigma econômico que remete aos escritos de Mance (2000). Entende-se que essa variação entre um e outro projeto nos documentos assim como nos materiais se dá mais por questões pragmáticas do que disputas ideológicas. Isso não quer dizer que a questão ideológica não importa, mas apenas que parece não haver posicionamentos ideológicos bastante claros a respeito de certas minúcias que poderiam fazer pender para um ou outro projeto de ES no interior da vertente “Crítica ao Capitalismo”. Os sentidos de emancipação encontrados nos materiais não variaram muito entre si nem mesmo em relação aos que apareceram nos documentos oficiais, embora o sentido relacionado à superação das alienações do trabalho capitalista tenha tido amplo destaque nos materiais. Fato novo nas análises foi o aparecimento da categoria (vertente) Economia Solidária Para a Geração de Emprego e Renda que se entende dever mais a adoção de um discurso moderado do que a presença de fato de proposições que correspondem à essa vertente da economia solidária. A diferença entre as duas coisas é significativa visto que na primeira constata-se o risco da apropriação do discurso econômico solidário para fins diferente dos seus, enquanto que na segunda constata-se a presença de atores adeptos da Economia Solidária Para a Geração de Emprego e Renda em postos de influência dentro do arranjo institucional da política na qual o curso estudado é uma parte. Outro tema que chamou atenção pelo seu destaque nos materiais foi a questão de gênero que foi o tema de dois textos.

5.3. Os espaços do curso

O processo de coleta de dados nos espaços do curso se deu por meio da observação participante e de conversas particulares e/ ou em grupo que ocorreram em diversos momentos, inclusive extraclases, com vários participantes. Utilizou-se como auxílio para coleta de dados um gravador de áudio, uma câmera fotográfica digital (com a qual se fez algumas pequenas filmagens) e um diário de campo. A tentativa da apreensão dos sentidos ocorreu em todos os momentos de interação entre o pesquisador e os demais participantes do curso, seja na sala de aula ou no café da manhã, almoço, nos intervalos, no forró com caldo, na barzinho, na fogueira, etc.. Como dito anteriormente, foi possível, a partir do segundo módulo, conviver com os demais participantes todos os dias no alojamento, além de participar das feiras de trocas (como espectador) e das festas e conversas que aconteciam à noite. Pede-se aqui uma licença para se contar em primeira pessoa de forma breve um pouco de como se deu a entrada no curso e esse processo de coletas de dados.

O primeiro contato que fiz para participar do curso foi através de e-mail ainda em 2009, quando elaborava o projeto para participar do processo seletivo para o mestrado. Contatei as coordenadoras do CFES-SE (Maria¹⁸ e Joaquina) para perguntar onde poderia obter mais informações sobre o CFES e seus cursos. Elas responderam o e-mail de forma bastante solícita como aconteceu, aliás, em todos os momentos em que me recorri a elas para qualquer coisa. O segundo contato se deu nos primeiros meses de 2011, já na intenção de iniciar a pesquisa de campo. Foi quando através da resposta de um e-mail recebi um convite para participar da aula inaugural de um projeto do Núcleo de Estudos Sobre o Trabalho Humano (NESTH) relacionado à economia solidária e Educação de Jovens e Adultos (EJA). Nessa aula encontrei com Joaquina e conversamos rapidamente. A partir disso as consultas por e-mail se tornaram um pouco mais frequentes. Nessa época, em uma dessas trocas de e-mails a Maria, uma das coordenadoras, me informou de um dos cursos do CFES-SE e perguntou se não gostaria de participar como ouvinte.

O curso em questão, Curso Estadual de Formação de Formadores em Economia Solidária, era o que pretendia estudar, assim, ingressei no primeiro módulo. Com o status de ouvinte não

¹⁸ Os nomes de todas as pessoas são fictícios para, se não evitar, dificultar sua identificação e manter seu anonimato. No anexo III há uma lista com os nomes (fictícios) dos participantes juntamente com uma apresentação feita pelo próprio.

fiquei confortável em permanecer no alojamento com os demais participantes, tomando café da manhã, almoçando, jantando junto com eles e me valendo de uma verba que fora destinada para os inscritos no curso. Por isso, participava dos momentos da sala de aula, durante a manhã e tarde, mas voltava para casa ao final do dia. No entanto, Maria conseguiu me inscrever já no segundo módulo. A partir de então passei a ser um estudante do curso, assim como os demais, dividindo o alojamento e passando todo o fim de semana no curso com eles.

A minha recepção no curso foi bastante natural. Diferentemente do que ouvimos sobre várias pesquisas etnográficas e de observação participante não senti, desde os primeiros contatos com o grupo, que fui visto como um estranho ou “o outro”. Creio que isso tenha ocorrido por alguns motivos. Primeiro, pelos participantes não serem exatamente um grupo coeso, talvez nem mesmo um grupo, já que muitos de seus membros não se conheciam antes do curso. Embora alguns já se conhecessem de outros espaços da economia solidária, muitos participantes se viram pela primeira vez ali. Assim, não se reconheciam enquanto grupo a partir de qualquer característica, o que dificultava a identificação da minha presença como “estrangeiro”. Talvez essa identificação pudesse ocorrer a partir de outra característica que me diferenciasse do resto como, por exemplo, o fato de ser universitário e ser mais jovem. Não foi o caso, pois, a presença de universitários e pesquisadores no meio daqueles que vivem a economia solidária na prática não é algo incomum. Adicionalmente, além de mim, havia mais quatro estudantes universitários (da graduação) que também eram, inclusive, mais novos que eu. E, por fim, o fato de não ter me apresentado somente como pesquisador creio ter influenciado nesse aspecto. Apresentei-me, sobretudo, como um curioso em economia solidária que vivencia seus valores desde 2009 a partir de um empreendimento produtivo solidário, um grupo de produção de cerveja. Isso gerou bastante curiosidade nos demais participantes que demonstraram interesse em conhecer o processo de produção, o sabor e até pediam para levar algumas para eles experimentarem. A partir disso pudemos conversar sobre algumas dificuldades e virtudes do trabalho produtivo solidário.

Essa naturalidade me possibilitou aproximar de várias pessoas durante o curso. Fosse para falar de coisas aleatórias ou dos assuntos que me interessavam diretamente na pesquisa o tom das conversas não eram muito diferentes. Desde muito cedo percebi por parte da maioria um interesse grande em trocar experiências, se aproximar, se conhecer melhor, se integrar ao

grupo. Isso deixou a todos e a mim bem à vontade para conversar. Essa foi a regra geral, mas houve quem não estivesse nesse clima. Tal foi o caso, por exemplo, do participante Pedro. Ele parecia não estar muito à vontade com o grupo. Assistia às “aulas”, mas, dificilmente, passava mais tempo com o resto de nós nos momentos extra-classe. Pareceu-me que a dificuldade dele integrar-se com o grupo era acompanhada também de uma resistência com a proposta da economia solidária. Esse caso eu pude seguir mais de perto, pois, acabei tendo um contato razoável com esse participante. Isso se deu muito por ter me sentado próximo a ele em todo módulo I e por termos dividido o quarto (com mais duas pessoas) no módulo II. No decorrer do curso a mudança de sua postura em relação ao grupo e do seu entendimento sobre a economia solidária chamou não só minha, mas a atenção dos outros participantes também. Esse caso é mais extremo, mas creio representar um movimento do grupo inteiro no decorrer do curso: o aumento da coesão e da integração, e um compartilhamento maior da mesma visão sobre a economia solidária.

Apresentada de forma breve essa estadia no campo, convido a voltar à fala do sujeito indeterminado.

Breve apresentação dos três módulos e dos assuntos neles tratados

Como dito anteriormente cada módulo ocorreu em uma trinca de dias. O primeiro se passou entre os dias 18 a 20 de março, o segundo entre os dias 15 a 17 de abril e o terceiro entre os dias 21 a 23 de maio, todos em 2011 e na região metropolitana de Belo Horizonte. O curso de uma forma geral funcionou a partir de exposições dialogadas. Ao início de cada trabalho era comum fazer uma atividade em grupo, uma espécie de dinâmica puxada por um participante para dar início às atividades. Ao final do trabalho de cada facilitador e/ ou de cada módulo os participantes faziam avaliações sobre vários aspectos como a infra-estrutura, a metodologia, os assuntos abordados, entre outras coisas. Essas avaliações faziam parte do funcionamento das comissões, que formadas pelos próprios participantes ficavam responsáveis por determinadas tarefas: preparar dinâmicas para conduzir as avaliações; organizar atividades de lazer nos momentos pós-curso; organizar dinâmicas para recuperar o que havia sido trabalhado no módulo anterior, entre outras coisas.

No módulo I foram tratados basicamente dois temas: (1) Como funciona a sociedade?; e (2) Educação popular. João, o primeiro facilitador, ficou encarregado do primeiro enquanto que Antônia, a segunda facilitadora, do segundo. No trato das questões acerca de como funciona a sociedade, partindo das ideias dos participantes discutiu-se como os ricos ficam ricos. Em seguida fez-se uma dinâmica (da contagem dos triângulos) a respeito do método de análise, quando se colocou a noção da ontologia do objeto, ou seja, o objeto é que vai escolher o método, este não sai simplesmente da cabeça do pesquisador. Quando o método não é adequado as respostas decorrentes são insuficientes. O método a ser utilizado seria o dialético materialista que partiria do objeto fazendo sua decomposição e a posterior síntese para se conhecer os processos pelos quais aquele objeto se constituiu. Posteriormente, discutiu-se riqueza e trabalho concluindo que o trabalho humano juntamente com a natureza é a única possibilidade de produzir riqueza, ou seja, toda riqueza vem do trabalho. Diferenciou-se o trabalho humano das atividades dos animais colocando a especificidade do trabalho humano de transformar o sujeito do trabalho quando este o realiza diferentemente dos animais que permanecem com seus instintos. Em seguida, fez-se a dinâmica da fábrica buscando explicar como se dá a exploração do trabalhador e a extração de sua mais-valia quando transfere valor dos meios de produção e também quando cria valor novo. Fez-se também a dinâmica da ilha fictícia em que se defendeu a tese da primazia das necessidades materiais em detrimento de outras questões.

A respeito da educação popular colocou-se que toda educação tem uma intencionalidade e parte de princípios. A educação popular tem como princípio partir da realidade, a democracia, aprender-se junto. A intencionalidade da educação popular é a transformação social a partir das bases, das reflexões e ações os sujeitos. Foram feitas também discussões sobre o capitalismo e gênero. Conversou-se sobre como as questões de gênero também atravessam a economia solidária e como o capitalismo trata-se não só de um sistema econômico, mas produz também um modo de pensar e se relacionar com as coisas e pessoas, por isso, está também dentro de nós.

No módulo II tratou-se da ideia de desenvolvimento sustentável solidário e apresentou-se outro paradigma para se pensar a economia, o paradigma fundado na abundância. Iniciou-se o módulo com a apresentação de experiências de cada região de Minas Gerais que

contemplavam a noção de desenvolvimento sustentável solidário. A tarefa de selecionar essas experiências foi passada para os participantes como um trabalho inter-módulos (entre o I e o II). Apresentadas as experiências Francisco, o terceiro facilitador, iniciou a sua exposição sobre o que chama de Economia Baseada na Abundância (EBA). Nessa apresentação ele rejeitou tanto o capitalismo quanto o socialismo e também o desenvolvimento sustentável na forma como alguns o entendem. Segundo Francisco todos esses pensamentos partem do paradigma da economia clássica, o da escassez. De acordo com ele, tal paradigma tem o objetivo de concentrar o poder na mão daqueles que detém o que é escasso e, ainda, incentiva a escassez uma vez que só assim algo pode tornar-se economicamente valorizado. Isso prejudica as relações entre os seres humanos e também destes com a natureza. O Facilitador, então, propõe uma mudança de paradigma, sugere a adoção do paradigma da EBA. Esse paradigma requer uma mudança de visão de mundo e do que se entende por riqueza. Entende-se como riquezas as coisas ligadas à nossa necessidade básica, ao bem viver e à vida, como o ar, a água, a alimentação, a preservação da natureza, etc. Para mudança desse paradigma o Francisco sugere o envolvimento em vez do desenvolvimento. Isso consiste basicamente em nos sentirmos parte da natureza e não apenas seres em contato com ela. É também implicarmo-nos nas coisas mundanas (com um viés para o consumo crítico e consciente), nas ações práticas no mundo começando por transformarmo-nos internamente para depois irmos transformando o que está a nossa volta. A postura básica é transformar tudo que é considerado riqueza dentro desse paradigma disponível a todos. Fazê-las abundantes para que não falem ou para que seu acesso não se restrinja a poucos.

No módulo III os assuntos abordados foram a relação da educação popular e economia solidária, que ficaram a cargo do Luiz, o quarto facilitador, e discussões de gênero que ficaram a cargo de Márcia e Adriana, a quinta facilitadora e sua auxiliar, respectivamente. Importante informar, contudo, que nesse módulo o primeiro dia foi de vivências práticas da economia solidária na inauguração de uma escola apadrinhada pelos Maristas. Dentro da escola houve uma feira em que aqueles participantes do curso que são produtores artesanais puderam vender seus trabalhos e paralelamente os outros participantes ofereceram oficinas diversas como: economia solidária para adultos, bijuterias, artesanato de papel, entre outras. Sobre educação popular foram suscitadas discussões acerca do que seria a educação popular, a sua relação com a economia solidária e como elas podiam reforçar uma à outra. Sobre as

relações de gênero discutiu-se sobre a relação do patriarcado e a criação da propriedade, dando início à dominação do homem sobre a mulher e de como essa dominação se dá no contexto capitalista em que foi feita uma cisão entre as tarefas produtivas e as reprodutivas. As atividades produtivas são as valorizadas e geram o que é considerado riqueza. Elas são geralmente ligadas aos homens. As tarefas reprodutivas são menos valorizadas e invisibilizadas. Elas não geram renda e riqueza nos termos do pensamento capitalista, geralmente são ligadas às mulheres.

A análise e a discussão dos resultados

Talvez fosse possível identificar em cada módulo do curso, ou em cada facilitador, a visão de mundo, o sentido de emancipação, ou a vertente de economia solidária que se buscava passar durante os momentos de sala de aula. No entanto, crê-se que o mais importante são os sentidos criados/ compartilhados coletivamente no curso como um todo, não só em seus momentos em sala de aula e não só a partir dos facilitadores. Assim, importa voltar-se para os sentidos produzidos pela interação e diálogo entre os participantes e os facilitadores na sala de aula, assim como aqueles que surgem dos participantes em outros espaços. Foi dessa forma que se procedeu para apreender qual vertente da economia solidária é predominante nos cursos e quais os sentidos de emancipação emergem. Além disso, apresentar-se-á outras questões relacionadas à economia solidária a partir dos quatro grandes debates e de alguns outros pontos relevantes.

Os quatro grandes debates foram conversas em que visões diferentes foram expostas e discutidas. De forma geral, de um lado estava sempre algum facilitador, de outro, um grupo de participantes. Os grandes debates ocorreram em torno das seguintes visões que se contrapuseram: sujeito VS grupo (ou individual VS coletivo); voluntarismo VS determinismo; revolução VS reforma; finalmente, espiritualidade VS ateísmo. Entende-se que as discussões a partir dessas oposições contribuíram para a apreensão da visão de economia solidária, das noções de emancipação dos participantes, assim como indicaram algumas características do movimento de economia solidária ou, pelo menos, do grupo presente no curso. A escolha de se privilegiar o debate tem a ver também com o entendimento da formação e da educação a partir de uma perspectiva crítica onde se considera tanto o educador quanto o educando como

sujeitos ativos na construção do conhecimento. Por fim, crê-se também que privilegiar o debate é uma forma de, ao mesmo tempo, dar voz aos sujeitos do curso (participantes, facilitadores e o pessoal da coordenação) e contextualizar suas falas. Entende-se que o debate representa mais do que a verbalização de uma ideia, no entanto representa uma situação complexa que se constitui de um contexto e uma mensagem.

A respeito da economia solidária pode-se dizer que prevaleceu a vertente “Crítica ao Capitalismo”. Ideias que colocavam o capitalismo como o grande inimigo que se quer destruir ou contra o qual se está lutando foram recorrentes. Da mesma forma o foram as verbalizações que colocavam em oposição a economia capitalista e a economia solidária, entendendo esta como uma economia que não padece dos mesmos problemas daquela:

...a questão da exploração da força de trabalho. Pelo menos conversando com “fulana” eu disse que não tinha noção de como isso era feito e o João pode estar mostrando pra gente essa questão da exploração (...). Depois do módulo que a gente levou essa agonia do pessoal conseguir um trabalho assalariado, esses quinhentos e não sei quantos reais. Na verdade você está vendendo a sua vida, a sua alma por esse dinheiro aí. Saímos do módulo [I] conversando isso lá na base. E a questão do mundo novo voltado para os princípios da economia solidária que a Facilitadora 2 passou, a questão da ética, da sustentabilidade e da solidariedade (PARTICIPANTE JÚNIA, áudio dia 4 manhã 2, 00:14:30).

Assim como nos documentos oficiais analisados, e diferentemente do que ocorreu nos materiais do curso, não houve menções que foram entendidas como referentes à categoria Economia Solidária Para Geração de Emprego e Renda. Crê-se que isso se deve principalmente a dois fatores. O primeiro deles é o fato de que boa parte dos participantes já foram iniciados na economia solidária, característica adquirida pela turma por conta dos pré-requisitos¹⁹ para a participação do curso. Segundo, a escolha dos facilitadores privilegiou aqueles que possuíam visões que contribuíssem de alguma forma com a crítica ao capitalismo

¹⁹ Embora já se tenha colocado isso no tópico “4.2.1. Conhecendo o objeto”, reescreve-se aqui os critérios para participação do curso: (1) participar do fórum regional de economia solidária (mínimo 6 meses); (2) compromisso/trajetória na economia solidária; (3) fazer parte de um dos segmentos da economia solidária; (4) perfil para formador/liderança; (5) compromisso de realizar formações locais; (6) participar de todo o percurso formativo (3 módulos); (7) não ter participado do curso estadual (1ª. turma).

e a seus efeitos sociais, ambientais, culturais e econômicos. Entende-se que, nesse contexto, a visão da vertente Economia Solidária Para Geração de Emprego e Renda, ainda que pudesse fazer parte da concepção de algum participante, principalmente os iniciantes, acabasse por ser silenciada sem antes mesmo ser pronunciada. Ou seja, ainda que não se negue o possível entendimento da economia solidária nos moldes da vertente Economia Solidária Para Geração de Emprego e Renda por parte de alguns participantes, ou de qualquer pessoa, registra-se que não houve qualquer ideia colocada publicamente ou na presença do pesquisador que remetesse a tal entendimento.

O sentido da emancipação que coloca a ES como superação da alienação do trabalho capitalista, assim como ocorreu nos materiais, foi a noção mais presente durante o curso. Crê-se que isso ocorreu principalmente pelo fato dessa noção de emancipação estar mais presente no cotidiano daqueles que vivenciam a economia solidária, sobretudo para aqueles que o fazem a partir dos empreendimentos produtivos solidários²⁰. No trecho a seguir está presente esse sentido da emancipação da economia solidária como superação da alienação do trabalho capitalista:

Falamos muito do capitalismo e de como ele nos consome e como é complicado. Fizemos aqui uma dinâmica em que realmente o patrão ficou com a grande parte e a gente fomos explorados. Então, isso nós vimos com muita clareza o que é o capitalismo. O que ele faz na nossa vida. E também vimos qual é o rumo que queremos tomar. Ficando nessa militância, nessa caminhada que é a economia solidária (...) (PARTICIPANTE GERALDA, áudio dia 4 manhã 2, 00:10:43).

Contudo a emancipação utópico-ontológica e político-pragmática também surgiram em certos momentos no curso. A utópico-ontológica, por exemplo, apareceu em momentos de reflexão sobre as possibilidades de mudança e nas críticas sobre o lugar do trabalhador no mundo capitalista:

...eu acho que o que aconteceu nesses dois dias é para reafirmar que nós temos que ser sujeitos da situação. A coisa tem que ser nossa, porque é a gente que constrói

²⁰ Dos três segmentos que se diz constituir a economia solidária, gestores públicos, entidades de apoio e acessoria e empreendimentos produtivos solidários, estes eram os representados em maior número pelos participantes do curso: 8%, 15% e 77% respectivamente.

toda a história, é a gente que trabalha, a gente que faz tudo e a gente se contenta com 1% de tudo que a gente faz. É sair da condição de ser subsujeito e ser sujeito da situação é isso (PARTICIPANTE LUCIANA, áudio dia 3 manhã 1, 00:09:50).

Já a noção de emancipação político-pragmática emergiu, entre outros momentos, quando se explicou sobre a Lei Nacional de Economia Solidária²¹ pedindo a colaboração para que todos assinassem o abaixo assinado e quando se chamou atenção para a dimensão coletiva da luta da economia solidária:

A gente discutiu a necessidade de estar bloqueado mesmo. A organização popular em bloco, uma luta comum (...) (PARTICIPANTE JÚNIA, áudio dia 4 manhã 2, 00:14:21).

Interessante salientar que o entendimento da economia solidária a partir de uma perspectiva de luta coletiva não significa que não haja espaço para o indivíduo ou para a diversidade. A luta é coletiva por se tratar de questões complexas, estruturais e sistêmicas, mas há espaço para o sujeito. Aliás, entende-se que é através dessa luta coletiva que se podem criar espaços para a individualidade e para a diversidade ser vivenciadas e preservadas:

...Eu falo: gente a associação é mais do que os nossos pensares pessoais (...). A associação precisa de todo mundo, cada indivíduo tem a sua importância na associação porque quando alguém falta causa transtorno na associação. Então, a Economia Solidária ela parte do individual – essa é uma fala minha, eu não sei se eu estou correto ou não- para o coletivo e a gente pensa no coletivo para proteger o individual (PARTICIPANTE RAIMUNDO, áudio dia 2 tarde1, 01:52:52).

O entendimento da importância da subjetividade e da individualidade dos sujeitos gerou o primeiro grande debate. Esse primeiro debate se deu entorno da existência ou não de indivíduos dentro do grupo na dinâmica da ilha fictícia. Alguns participantes disseram que lá havia indivíduos e isso foi contestado por João, o primeiro facilitador. A divergência se deu em grande medida pelo entendimento diferenciado do conceito de indivíduo. Enquanto que

²¹ Lei que propõe a institucionalização da Política Nacional de Economia Solidária, estabelecendo eixos de atuação e observações diversas. Disponível em: <http://cirandas.net/cfes-nacional/projeto-lei-economia-solidaria.pdf>

para Raimundo indivíduo era sinônimo de pessoa, para Paulo e Glênia indivíduo poderia ser entendido como sujeito e para o facilitador João, remetia ao individualismo liberal de algumas teorias econômicas, o *self-made man*. Não obstante a divergência conceitual ter impossibilitado um debate mais rico, percebeu-se o argumento de alguns participantes que entendiam poder haver ao mesmo tempo um grupo coeso com vontades coletivas e partilhadas, e internamente sujeitos diferentes e singulares com necessidades e vontades específicas. Para eles, não havia contradição na relação do coletivo com o individual, pelo contrário, a partir do grupo é que se poderia vivenciar a subjetividade ao mesmo tempo em que essas diferentes subjetividades formariam o grupo.

Isso remete a uma noção de emancipação que parte de um entendimento da dupla natureza do ser humano: individual e social. Nessa perspectiva a autonomia e emancipação são categorias concebidas de forma relacional e dialética. Se por um lado ninguém pode ser autônomo ou emancipado sozinho, individualmente, por outro lado, um grupo não pode ser considerado emancipado se não o são seus sujeitos, individualmente. Importante lembrar que a subjetividade tem papel central nessa concepção de emancipação, pois, relaciona-se diretamente com a capacidade crítica do sujeito em sua inserção-destaque (GUSTIN, 1999).

Essa percepção não contraditória e de mútua necessidade entre o coletivo e o individual foi recolocada em outro momento e trouxe novos elementos à discussão. Trata-se do segundo grande debate do curso que se deu em torno da oposição entre voluntarismo e determinismo. De acordo com o facilitador Francisco, devemos buscar nos modificar internamente, adotarmos novos valores que possibilitem enxergar a vida e a riqueza de outra forma, não mais valorizando a riqueza material e aquilo que a gente não tem, mas dando valor à natureza e as nossas relações pessoais. Nessa empreitada, não devemos ficar cobrando mudanças dos outros, mas cada um deve buscar a melhor saída para si a partir de um processo, sobretudo, de autoconhecimento:

...vocês conseguem perceber que vocês não estão dando valor à riqueza que vocês são? Vocês estão dando valor a uma riqueza que vocês não têm, depositando a autoestima em um lugar que é difícil de vocês chegarem, tão percebendo isso? Pensem sobre isso (FACILITADOR FRANCISCO, dia 5 tarde 1, 01:48:27).

Embora os participantes tenham considerado as propostas do facilitador Francisco interessantes, entenderam que elas propunham saídas individuais e que tinham uma forte visão voluntaristas. De acordo com algumas falas, pode-se perceber que não estavam de acordo com uma saída que propunha “ilhas de felicidade” (PARTICIPANTE JORGE) ou que focassem exclusivamente na dimensão subjetiva, como a mudança de visão de mundo e de valores. Entendiam que há questões materiais que se impõem aos sujeitos e que influenciam suas vivências e suas possibilidades de ação, além da percepção dos problemas como coletivos:

os problemas sociais, os problemas do mundo estão aí e eles atingem os nossos empreendimentos e nós sabemos mais do que qualquer um aqui. Nós temos problemas que impedem com que nossos empreendimentos se desenvolvam, que impedem com que a gente consiga ser solidário realmente. E aí se a gente trás essa visão a gente vai acabar colocando que a culpa é nossa e que é a gente que tem que mudar. Com certeza a gente tem que propor uma outra forma de agir, uma outra forma de pensar, mas que ta pautada dentro de uma prática revolucionária, de uma prática solidária, uma prática que a gente se desenvolve. Senão a gente vai chegar lá no nosso empreendimento, vai olhar para as pessoas e vai dizer: as pessoas não querem ser solidárias, as pessoas tem essa natureza ruim, as pessoas têm uma essência ruim. E que não é isso. Nós somos frutos do nosso meio. Então por isso que a gente precisa se envolver muito mais com a nossa realidade buscando outros valores, outras práticas, que não são valores em si somente, mas que são valores que respondem a uma realidade concreta. E aí que a gente pensa em desenvolver muito mais, claro, territorial e local, mas pensar também um pouco mais longe. A gente precisa de um projeto. Um projeto que seja pra além do meu quintal, para além do meu empreendimento. Por que se a gente se fecha só no nosso empreendimento a nossa maneira de ver o mundo ser diferente não vai fazer com que o mundo seja diferente. Por isso que a gente precisa se envolver um pouco mais com a realidade, com nossos grupos e pensar em construir um projeto que seja alternativo, um projeto construído por todos. É isso que eu vejo, não é simplesmente: vamos mudar nossa maneira de ver e vamos ser felizes. Os problemas estão aí. As pessoas vão continuar passando fome e não vai ser a mudança na maneira dela ver o mundo que vai fazer com que ela encha a barriga. Por isso que eu vejo uma periculosidade na forma como você faz, acho muito bonito, mas da gente se culpar pelos problemas e da gente se fechar, achar que a gente ta fazendo um bem pra gente a gente está fazendo um bem pra todo mundo (PARTICIPANTE MARCELO, áudio, dia 5 tarde 2, 02:46:40).

A percepção é de que se atue em uma realidade que ao mesmo tempo em que se quer mudar, constrange, em certa medida, as possibilidades de ação. Entende-se que se por um lado é necessário mudar a visão de mundo e os valores, por outro, há condições materiais que influenciam formas de pensar e agir no mundo. Assim, a mudança se daria de forma conjunta na realidade concreta e na adoção de outros valores e visão de mundo. Dito de outra forma: deve-se buscar modificar a realidade concreta e material para a ampliação das diferentes formas de enxergar o mundo ao mesmo tempo deve-se buscar adotar outros valores e visão de mundo para ensejar outras práticas modificando, assim, a realidade concreta. Não se trata de uma tautologia, mas de um processo dialético e paulatino de mudança social que leva em conta tanto uma dimensão ideológica quanto material.

Embora, como foi dito, a vertente Economia Solidária Para a Geração de Emprego e Renda não tenha estado presente nos espaços do curso, a questão econômica dos empreendimentos solidários não foi deixada de lado. Assim, por algumas vezes, discutiu-se a dificuldade econômica da maioria dos empreendimentos solidários e remeteu-se à responsabilidade do Estado em auxiliar na resolução desses problemas. Isso, principalmente, a partir da mudança do marco legal da economia solidária e por meio de políticas públicas elaboradas, implementadas e acompanhadas também pelo movimento da ES, o que coloca essa ideia, também, no âmbito da noção de emancipação político-pragmática:

Então, assim, eu acho que isso são gargalos que a gente tem que vencer. Porque se a gente tem dinheiro, claro que não se resume em dinheiro e investimento financeiro, mas a gente tem uma série de debilidades. A comercialização é considerado o primeiro problema na economia solidária, formação é o terceiro (...). Então são os principais problemas que nós temos em economia solidária. Então a gente precisa de uma política para dar conta dessa debilidade(...).” (COORDENADORA MARIA, dia 3 manhã 3, 00:00:00)

Os participantes do movimento entendem esses problemas, sobretudo, por vivenciá-los na realidade. Se, por um lado, a vontade de muitos, como pareceu durante o curso, é construir mesmo uma alternativa ao capitalismo capaz de contrapô-lo pelo menos em um momento futuro, a realidade se impõe para essas pessoas fazendo com que dificilmente essa experiência econômica solidária seja vivenciada sem contradições. Se, por um lado, há uma dificuldade

em gerar renda a partir desses empreendimentos, por outro, a conquista de uma condição econômica razoável dentro de um contexto capitalista ajuda na melhoria das condições materiais de existência, mas não resolve todos as questões, pelo contrário:

(...) como a gente pode estar trabalhando para que esses grupos realmente sejam sustentáveis mesmo, porque não basta a gente ficar falando de sustentabilidade, sustentabilidade, mas a gente come, a gente veste, a gente tem remédios, a gente tem tanta coisa que a gente tem que comprar e como que a gente tira desse trabalho aí, né. (PARTICIPANTE ANDREA, áudio dia 5 manhã 1, 00:41:04)

...Nós estamos em uma realidade que a gente tem que entender que os nossos filhos, independente de capitalismo ou de economia popular solidária sente fome, sente frio, eles adoecem, então a gente tem... igual eu falei com o “facilitador João”: nós não queremos, nós não gostamos, mas nós estamos inseridos no sistema que é o capitalismo (PARTICIPANTE TEREZINHA, áudio dia 3 manhã 3, 00:01:22).

- A gente questiona: a gente tá produzindo pra quem? Para o nosso consumo ou mais um produto que era para contrapor com o capitalismo e que vai fortalecer o capitalismo? Será que as pessoas vão ter acesso a esses produtos?

(...) - Isso é uma discussão muito grande. (...) A questão você está produzindo pra quem? Você consegue ter acesso ao meu produto? Eu consigo ter acesso ao seu produto? Tem muito produto da EPS [Economia Popular Solidária] que eu não compro, eu gostaria muito de comprar, porque eu não tenho acesso, dinheiro, (PARTICIPANTE JULIANA e PARTICIPANTE CLEUZA, áudio dia 8 manhã 2, 00:39:57)

A consciência da gravidade desses problemas e a percepção dessas contradições, longe de resolver essas questões de forma rápida e simples, são indicadores da consciência crítica de parcelas do movimento. Entender essas contradições não significa aceitá-las de forma resignada. Trata-se de trabalhar um “possível” para equacionar a satisfação das necessidades materiais com a vivência econômica solidária buscando a melhoria da qualidade de vida e a ampliação das possibilidades dessas vivências não capitalistas dentro de um contexto capitalista. Se, por um lado, a consciência e aceitação dessas contradições não contribuem para uma ideia de mudança brusca e repentina, seja uma revolução, por outro lado, elas tampouco são suficientes para fazer os sujeitos desistirem da empreitada.

Essa questão da mudança foi o centro do terceiro grande debate ocorrido no curso. De acordo com o exposto pelo facilitador João, dever-se-ia ter que fazer uma mudança radical, uma revolução. Segundo ele, chegaria um momento em que os trabalhadores teriam que se unir para fazer valerem sua vontade de deixarem de ser explorados e tomariam o poder pela força. Contudo, essa via não foi muito bem aceita pelos demais participantes que apostavam em uma mudança radical, mas não em uma revolução violenta:

- (...)porque assim, a linha ideológica que o facilitador João trás acha que a gente precisa fazer uma transformação radical da sociedade. Vocês viram ontem no último exercício que a gente fez, no exercício da água. Então, a questão é: estamos preparados para fazer essa transformação? Que ele trás pra gente de um movimento mais radicalizado, digamos assim?

- Eu num sei, mas eu acho a nossa ideia radical. A ideia da economia solidaria em si ela é tão radical quanto talvez o formato e a aplicação das teorias são um pouco diferentes. Não sei se estou falando besteira, mas o que a gente quer é radical.

- Radical não é você sair pegando em armas e atirando em todo mundo. Radical é você atacar o problema pela raiz. Se a gente se propõe a atacar o problema pela raiz a gente é radical (COORDENADORA MARIA, PARTICIPANTE ANGÉLICA e PARTICIPANTE MARCELO, áudio, dia 3 manhã 1, 00:08:13).

A ideia da radicalidade não está nos modos pelos quais se alcançará os objetivos, mas nos próprios objetivos que se quer alcançar. Crê-se que a perspectiva apresentada pelos participantes se aproxima do pensamento de Santos e Rodriguez (2005) quando dizem que mais do que ficar na dicotomia entre reforma e revolução deve-se buscar aplicar reformas revolucionárias, ou seja, empreender iniciativas que embora tenham restrições por surgirem dentro do sistema capitalista facilitem e dêem credibilidade a formas de organização econômica e de sociabilidades não capitalistas. Essa perspectiva remete ao sentido da emancipação político-pragmática.

Poder-se-ia dizer que na economia solidária essas formas de organização econômica e de sociabilidades não capitalistas são representadas pelos “novos” valores e práticas que se busca engendrar. Novos porque se crê que não são esses valores e práticas que pautam a economia e a sociabilidade capitalistas, pelo contrário. Tanto nos documentos oficiais, quanto nos materiais e nos espaços do curso, notou-se um núcleo de valores que, poder-se-ia dizer, são

consensuais dentro da ES. São eles: a autonomia e a autogestão; o compromisso com a sustentabilidade ambiental; a solidariedade; a democracia e a participação; o ser humano como finalidade da atividade econômica; a valorização do saber popular/ do trabalhador; e a valorização e o respeito à diversidade. Durante o curso esses valores foram colocados a partir de recorrentes falas e discussões acerca da necessidade de mudança nas relações sociais e de produção; das questões de gênero; da educação popular; da sustentabilidade em suas múltiplas concepções, inclusive ambiental; da mudança de comportamento/ valores; da noção de riqueza.

A questão do respeito à diversidade foi o eixo do quarto grande debate do curso. Essa questão apareceu de forma mais contundente em dois momentos. No primeiro momento esse valor foi evocado pelos participantes enquanto que no segundo o foi pelo facilitador João. O primeiro deles foi a dinâmica dos triângulos quando o João explicava a questão da ontologia do objeto e a sua perspectiva sobre as possibilidades do conhecimento. Nessa dinâmica ele basicamente colocou que há um método certo para se analisar a realidade que possibilita chegar às respostas satisfatórias. Essa colocação foi entendida como a existência de um modo correto de fazer as coisas e que se poderia chegar à verdade e não foi passivamente aceita por alguns participantes. Esses se manifestaram em defesa da pluralidade de visões e das diferentes formas de construção do conhecimento.

O segundo momento surgiu na dinâmica da ilha, em que se estava discutindo que tipo de ensinamentos dever-se-ia passar para as crianças daquela comunidade (as crianças eram da comunidade e não somente filhos de um pai e uma mãe). Alguns participantes defenderam o ensino de valores místicos, espirituais. O facilitador João questionou o porque disso e se seria mesmo uma necessidade para que se tornasse algo de importância coletiva. Alguns participantes responderam afirmativamente dizendo que isso trás força na caminhada deles. Então o João colocou que ele não acredita em nada disso, que pra ele não haveria essa necessidade que, no máximo, cada um poderia tentar influenciar as crianças com suas crenças e valores espirituais, mas que isso não deveria ser institucionalizado porque não era consensual e por que não estava no plano das necessidades materiais daquela comunidade:

Facilitador João- me explica porque nós temos que explicar para as nossas crianças que Deus existe.

Participante Júnia- eu particularmente... Isso me faz avançar na minha luta (...). Esse valor me faz avançar, não desistir.

(...) Facilitador João- Júnia, você tem que entender que da mesma forma que você acredita em Deus tem gente que acredita em árvore, em espírito e tem gente que acredita que nada disso existe. Por exemplo, esse grupo aqui a gente é ateu, a gente não acredita e acha prejudicial a gente educar nossas crianças ensinando algo que não exista. E aí? [burburinhos]

(...) Participante Júnia- a gente também tem outras coisas além do racional, do material, é o que eu percebo. Essa história do socialismo sem mística pra nós, muitos de nós, a gente quer falar aqui que a gente não acredita. Muitos de nós aqui. Porque a condução que você Facilitador 1 dá você tira esses valores que tem importância para alguns de nós.

Facilitador João- Eu não estou tirando, é porque eu também tenho valores. Na sua perspectiva por unidade e coerência você tem que respeitar os meus valores, concorda ou não? (...) Agora porque isso tem que ser passado como ato da coletividade? Quem está querendo impor aqui é alguém que vai criar os nossos filhos com valores de acreditar em Deus (...) (FACILITADOR JOÃO e PARTICIPANTE JÚNIA, áudio dia 2 tarde 1, 02:08:26).

Nesse diálogo percebe-se a evocação do respeito à diversidade por parte do facilitador João que considerou estar sendo preterido em suas crenças por parte do grupo que pensava diferente. O diálogo acima também transparece outra questão relevante no âmbito da economia solidária no Brasil que é a sua ligação com uma espiritualidade. No cenário atual da economia solidária no Brasil se percebe a relação dessa proposta por “uma outra economia” com instituições ligadas à fé cristã, principalmente, católica. Instituições religiosas ou a elas ligadas como a CNBB, a Cáritas e o IMS, além de atuações particulares no campo da economia solidária estão diretamente ligadas ao movimento da ES no Brasil. A CNBB, por exemplo, promoveu a economia solidária como tema na campanha da fraternidade do ano de 2011. Já a Cáritas e o IMS participam tanto dos Fóruns de Economia Solidária quanto da Política Nacional de Economia Solidária na coordenação dos CFES. Essas atuações institucionais não são a única explicação para essa relação que se quer apontar entre a fé-cristã e a economia solidária. Crê-se que a atuação da Igreja Católica nos setores populares a partir dos anos 70 e 80 por meio das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) possibilitando a

constituição e fortalecimento de diversos movimentos sociais de cunho popular (SORJ, 2000) também ajudam entender esse fato.

Outra questão que teve destaque nos espaços do curso foram as discussões de gênero. Esse assunto perpassou todos os três módulos sendo que no primeiro e no terceiro módulos houveram facilitadores convidados para tratarem diretamente do tema. As questões discutidas a esse respeito tiveram a ver com a valorização do masculino e a desvalorização do feminino e a relação disso com o capitalismo e o patriarcado. Discutiu-se também que embora os homens geralmente sejam tidos como os culpados pela opressão da mulher, por geralmente serem os agentes dessa opressão, por historicamente terem ocupado esse lugar, ela pode ocorrer também entre mulheres. Isso é possível, porque a visão de mundo machista não é exclusiva do homem, mas está também nas mulheres. Ou seja, não é uma questão referente apenas ao gênero masculino, mas está assentada em uma estrutura econômica e social que hierarquiza coisas e pessoas a partir das noções de masculino e feminino.

Destarte, a partir da análise dos espaços do curso percebe-se que, assim como ocorreu nos documentos oficiais e nos materiais do curso, a vertente da economia solidária que predomina é a “Crítica ao Capitalismo”. No caso dos espaços do curso, assim como nos documentos oficiais e diferentemente do que ocorreu nos materiais, a vertente “Emprego e Renda” sequer foi registrada. Crê-se que isso se deve às características da própria turma, dos facilitadores escolhidos para participarem do curso e da própria dinâmica do curso. O mesmo ocorreu com as noções de emancipação que remeteram somente à vertente Economia Solidária Crítica ao Capitalismo com destaque para a noção da emancipação como superação da alienação do trabalho capitalista e da noção político-pragmática. As apreensões da vertente da economia solidária e das noções de emancipação se deram a partir das falas dos participantes e de interações em diversos momentos do curso, dentro e fora de sala de aula. A partir dos grandes debates puderam-se esclarecer pontos acerca da ES e sua afinidade maior, pelo menos no interior do curso, com a proposta assentadas em bases cristãs do que com aquela que se aproxima mais do marxismo, nomeadamente o marxismo ortodoxo. Algumas outras características que foram reafirmadas nesses debates foram: a perspectiva coletiva da luta; o reconhecimento das contradições da ES num contexto capitalista; a valorização da diversidade; o respeito pelo outro sujeito e por seu conhecimento; o caráter dialético da

emancipação (importando o sujeito e o coletivo, assim como o subjetivo e o objetivo); e a luta pela igualdade de gênero.

5.4. O Curso, a vertente “Economia Solidária Crítica ao Capitalismo” e a Formação para emancipação.

O objeto da presente pesquisa trata-se de um curso estadual de formação de formadores em economia solidária que é parte das atividades do CFES-SE, que por sua vez é parte de uma política pública de economia solidária. O objetivo geral desses CFESs é “formar formadores, educadores e gestores públicos que atuam com Economia Solidária, contribuindo para fortalecer seu potencial de inclusão social e de sustentabilidade econômica, bem como, sua dimensão emancipatória” (SENAES, 2007, p. 2). Pode-se dizer a partir da análise dos documentos oficiais que a dimensão emancipatória a que se refere o objetivo do CFES diz respeito às noções presentes na vertente Economia Solidária Crítica ao Capitalismo²². A partir disso, entende-se que a formação nessa perspectiva de economia solidária não poderia ser outra coisa senão uma formação crítica baseada na pedagogia crítica. Embora durante o curso a Coordenadora Maria tenha enunciado que se tem como modelo a pedagogia popular de Paulo Freire, entende-se que isso não é o bastante e que se deve observar o que acontece na prática para melhor refletir sobre o assunto.

Importante ressaltar que o CFES e o curso estudado prestam-se também a outro objetivo. De acordo com Maria, esse curso (juntamente com o outro que foi realizado anteriormente, nos mesmos moldes) pretende possibilitar a constituição de uma rede de educadores em Minas Gerais:

...na verdade gente, não sei se vocês têm consciência disso, mas o grande desafio desse projeto é a construção da rede nacional de educadores. Isso que estamos fazendo aqui está acontecendo em Tocantins, no Ceará, no Piauí, em todos os cantos do Brasil que vocês pensarem isso ta acontecendo. Tem um grupo reunido em 3 dias

²² São elas: (1) emancipação como superação da alienação do trabalho capitalista; (2) a emancipação político-pragmática que tem a ver com a luta pela ampliação das condições jurídico-democráticas no intento de possibilitar maior organização das comunidades; e, (3) a emancipação utópico-ontológica que diz respeito ao entendimento de que o trabalhador e os explorados em geral devem entender-se como sujeitos da história, lutar por mudanças e por seus direitos vislumbrando construir uma sociedade livre de opressões.

fazendo a mesma coisa que a gente está fazendo aqui, cada um considerando a sua realidade local. O que eu ia sugerir é que amanhã quando a gente for avaliar todos os módulos a gente podia tentar ver o que esse grupo, não só esse, porque a gente está falando da segunda turma. A gente tem a primeira turma, que tem 4 ou 5 pessoas aqui (...). Só pra dizer que amanhã à tarde a gente pode avançar no sentido de pensar como é que essas duas turmas, não só essa, mas a primeira também, que a gente possa formar esse grupo em Minas. Não sei se vocês tem consciência, mas vocês são a referência de formação em economia solidária em Minas Gerais. Então, quem sai desses cursos sai com esse compromisso (COORDENADORA MARIA- áudio, dia 8 manhã 3, 00:41:20).

Tendo como norte a vertente de economia solidária “Crítica ao Capitalismo” e suas concepções de emancipação apresentar-se-á uma breve discussão sobre as limitações e potencialidades do curso estudado a partir de algumas de suas principais características. Antes, contudo, é preciso fazer breves considerações a respeito de algumas características da economia solidária.

No campo teórico a economia solidária é um tema vasto que possui interface com vários outros assuntos, dando margem para inúmeras abordagens e recortes. No campo da prática a economia solidária tem como marca a diversidade e multiplicidade de experiências que compartilham de certos pontos, mas que preservam também particularidades não desprezíveis. Isso ao mesmo tempo em que mostra a riqueza da ES indica que o esgotamento do tema seria uma tarefa bastante difícil em qualquer curso que se pretenda por em prática. Assim, levar-se-á em conta essa dificuldade não se preocupando tanto com pontos que não foram abordados já que isso é previsível diante das características da ES. Atentar-se-á, então, aos assuntos que foram tratados, principalmente, através das exposições dos facilitadores. Além disso, dar-se-á atenção às dinâmicas das exposições dos facilitadores, à participação dos “alunos” e as vivências dos espaços extraclasse.

Antes de entrar em outros méritos, faz-se mister dizer que a primeira e mais evidente limitação ou potencialidade do curso tem a ver com a congruência ou não entre os sentidos de emancipação e da vertente da economia solidária predominantes no movimento, nos documentos oficiais, nos materiais e nos espaços do curso. Ou seja, entre a sua pré-concepção, a sua concepção e sua implementação. Assim, a partir da análise desses sentidos,

feita anteriormente, poder-se-ia dizer que a consonância entre eles, apesar de algumas pequenas variações apontadas, é considerada como um ponto bastante positivo.

Abre-se um parêntese aqui para comentar sobre um aspecto do contexto em que o curso foi posto em prática. Sabe-se que a concretização de uma política pública não é algo trivial e que concepções e objetivos estabelecidos em sua elaboração podem ser deturpados por diversos fatores na caminhada da etapa da elaboração até a sua concretização (implementação). Esse é um dos motivos de insucesso de muitas políticas públicas. Algumas variáveis que afetam esse processo são: as normas, regulamentos e mecanismos formalmente definidos que organizam o funcionamento das agências de implementação (engenharia institucional- ou ambiente interno), os valores, interesses e capacidade cognitiva dos agentes (aspectos comportamentais), assim como os atores coletivos que atuam fora das agências implementadoras, mas que interagem com elas – sociedade civil organizada, lobistas, e potenciais prestadores de serviços (aspectos organizacionais- ou ambiente externo) (SIMAN, 2005). Nesse sentido, embora o objetivo da presente pesquisa não seja fazer uma análise da política pública de economia solidária e dos aspectos que afetam seu o êxito, crê-se relevante dizer haver méritos no arranjo criado para pô-la em prática, tendo em vista a congruência alcançada entre as noções de economia solidária e de emancipação na concepção e na implementação do curso. Fecha-se o parêntese.

Uma característica de uma formação baseada em uma pedagogia crítica (ou de um currículo crítico) é que ela privilegia questões relativas à emancipação, libertação, resistência e conscientização (SILVA, 1999). Essas questões podem já estar presentes nos conteúdos ou podem ser trazidas a partir de discussões ensejadas nos espaços educativos. Pode-se dizer que no caso do curso estudado ocorreram as duas coisas. A respeito do teor crítico dos conteúdos, entende-se que os temas tratados nos módulos permitem essa percepção. Senão vejamos: (1) como funciona a sociedade? (a partir de uma visão marxista); (2) Educação popular; (3) o paradigma econômico fundado na abundância e contrário à concentração de poder; (4) relação entre educação popular e economia solidária; finalmente, (5) discussões de gênero (abordando o patriarcado e capitalismo). Os conteúdos enumerados privilegiaram a formação dos estudantes para que compreendam o contexto sócio-político em que vivem e para que

vislumbrem alternativas mais humanas de vida em comunidade. São diferentes dos que visam à conformação com a realidade presente ou a preparação para o mercado de trabalho.

Não obstante o acima exposto, poder-se-ia dizer que parte da perspectiva do facilitador Francisco pode ser considerada como conformista com a realidade presente e assim foi entendida pelo grupo de participantes que se manifestou em relação às suas colocações. Não se entende, contudo, que isso possa ser apontado como necessariamente uma limitação do curso, assim como não o é o fato dos facilitadores possuírem visões de mundo um pouco diferentes e partirem de perspectivas teóricas distintas. Muito antes de se crer que isso poderia causar alguma confusão nos estudantes entende-se que os possibilita ter contato com diferentes formas de ver a realidade, o que é importante para a constituição da própria capacidade crítica do sujeito. Em meio a essas possibilidades o estudante pode ver a que melhor lhe serve ou mesmo partir delas e criar a sua própria visão e avaliação das coisas. A realidade e as experiências são as mediadoras desse processo. O caráter dialético da educação libertadora consiste no fato de que ao mesmo tempo em que um discurso falso aprisiona, através da inculcação, ele liberta ao revelar as mazelas e contradições em relação à realidade experimentada. Fora isso, a presença de participantes com mais tempo de economia solidária, ou que são estudiosos do tema, permitiu a contestação do posicionamento do Francisco.

Se, por um lado, essa diversidade teórica, ou de pontos de vistas, não pode ser considerada uma limitação, por outro lado, tampouco pode ser considerada um ponto positivo. Entende-se essa característica do curso como potencialmente positiva, mas não chega a sê-lo devido à falta de tempo para incentivar mais os debates e os espaços críticos no processo de aprendizagem. A possibilidade de ter contato com uma variedade de visões é importante, principalmente, quando se tem a oportunidade de debater sobre elas e a partir disso construir uma percepção própria²³ sobre o assunto. Não havendo espaço para essas colocações ou tempo para aprofundá-las impede-se, de certa forma, o melhor aproveitamento dessa característica potencialmente interessante do curso.

²³ Essa percepção é própria não no sentido de ser rara, exótica, ou diferente das demais, mas no sentido de ter sido originada mesmo daquele sujeito, a partir de sua capacidade de construir uma interpretação do mundo.

O questionamento de certos conteúdos, de determinados conhecimentos, bem como a denúncia de formas de opressão e reprodução das estruturas de dominação, como informa Silva (2004), também são características de uma formação crítica e papel do educador. Nesse sentido, poder-se-ia dizer que os temas tratados partiam da crítica a algum conhecimento estabelecido ou de alguma prática ou estrutura de dominação na sociedade. Os assuntos tratados nos três módulos e por todos os facilitadores eram críticos, seja ao capitalismo, à sociedade de consumo ou à forma com que nos relacionamos com os outros sujeitos e com o meio-ambiente. De forma geral essas críticas se relacionavam com o capitalismo, exceto no caso do facilitador Francisco que cria ser o paradigma dominante de economia o problema central.

A questão da relação entre as atitudes que são ensejadas no espaço educativo e a finalidade do ensino, também são tema da pedagogia crítica, mais precisamente da teoria do currículo oculto. Essa teoria entende que nos espaços educativos escolares ensina-se não só conteúdos, mas formas de se comportar, tendo em vista determinada finalidade, que no contexto capitalista é adequação ao mercado. A esse respeito pode-se dizer que o curso incentiva a participação (embora adiante se explica que se poderia ter feito mais) e a auto-organização dos alunos, esta, principalmente através das comissões. Outra postura bastante incentivada foi a solidariedade e a preocupação com o outro. Esses são valores e atitudes que estão de acordo com as noções de emancipação e economia solidária que norteiam o curso. Além disso, a consciência coletiva e solidária do homem, segundo é também um pilar fundamental da educação crítica (FREIRE, 1989).

Os espaços de vivência extra-classe que, de certa forma, fizeram parte do curso também merecem destaque. Alguns desses foram relacionados à vivência econômica solidária, como a feira montada no primeiro dia do módulo III no colégio apadrinhado pelos Maristas e as oficinas realizadas no mesmo dia e lugar. Outros foram relacionados às confraternizações que ocorreram depois das “aulas” dos cursos, à noite: o forró com caldo, o “buteco”, o barzinho, a fogueira, as feiras de trocas (esta se encaixa nas duas modalidades). Crê-se que essas vivências sejam de grande importância tanto para a experimentação da economia solidária na prática quanto para a aproximação dos sujeitos do curso e o estabelecimento de laços de solidariedade pessoais forte, não só institucionais. Essas experiências são positivas, mas seria

importante que fossem mais frequentes para que possibilitassem maior integração entre as pessoas do curso no sentido de formar mesmo um grupo. Entende-se, portanto, que a iniciativa é boa, mas que poderia ser ampliada a fim de se transformar em um ponto ainda mais positivo do curso, principalmente para aproximar-se de um dos objetivos que seria a constituição de uma rede nacional de formadores.

Outra característica da formação crítica é a criação de ambientes propícios para a participação dos estudantes colocando-os como sujeitos de sua aprendizagem. A esse respeito, poder-se-ia dizer que embora o curso tenha possibilitado espaços para a participação dos estudantes, seja durante as exposições dos facilitadores ou mesmo nas avaliações ao final de cada assunto ou módulo, esses espaços poderiam ter sido mais amplos para serem mais bem aproveitados. Ocorreu durante as exposições dos facilitadores, exceto no módulo III, uma dinâmica próxima a uma exposição dialogada que apenas algumas vezes deu lugar ao debate, como foi exemplificado pelos “grandes debates” do curso. Embora os momentos de avaliação tenham sido episódios muito ricos, onde se pôde ouvir a opinião dos participantes sobre vários assuntos, a maioria das vezes funcionou mais como uma consulta aos participantes do que um espaço para debater o que se estava sendo tratado no curso. Crê-se que tanto a dinâmica da exposição dos facilitadores quanto os espaços de avaliação do curso tiveram um aproveitamento mais baixo do que se poderia ter tido, caso houvesse mais tempo para desenvolver essas atividades. Outra característica que prejudicou essa participação foi a quantidade de pessoas. Houve dias em que tinham aproximadamente quarenta pessoas na sala.

Essa sensação de ter havido pouco tempo para tudo o que foi proposto foi compartilhada também pelos participantes no que diz respeito principalmente aos conteúdos passados. Foi generalizada a percepção de que havia muito conteúdo para ser passado em pouco tempo, como foi relatado na comissão de avaliação do módulo I. Importante dizer, contudo, que motivos como a falta de pontualidade dos próprios participantes foram apontados como contribuição para tal fato. A maneira como o conteúdo foi, de certa forma, apertado ou corrido, cansou bastante os participantes principalmente no módulo I e não deixou tanto espaço para discussões mais profundas. Essas ocorreram por vezes, como se relatou, mas poder-se-ia dizer que foram mais uma contraposição de ideias episódicas do que

verdadeiramente um debate em que os lados puderam argumentar e contra-argumentar aprofundando, assim, a discussão.

Portanto, entende-se que o curso tem grande potencial emancipatório já que se aproxima bastante de uma proposta de formação crítica. Essa formação tem como objetivo a autonomia crítica, a noção de coletividade, o valor da solidariedade, a construção de relações horizontais, a busca por uma democracia radical, o fim de todas as formas de opressão, enfim, a emancipação humana. Contudo, apresenta limitações principalmente em três aspectos: na participação dos educandos, nos espaços para debates e na adequação do conteúdo ao tempo disponível. Crê-se, principalmente, por se tratar de um curso de formação de formadores, que essas limitações apontadas sejam especialmente problemáticas. Espera-se daqueles que participaram do curso certo conhecimento, que talvez não tenham conseguido adquirir naquele espaço devido às limitações apontadas.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de um cenário de crescimento da economia solidária, tanto no que diz respeito ao número de experiências apontado em recentes pesquisas, quanto no que diz respeito à importância política como indica a criação da SENAES, propôs-se no presente trabalho estudar um curso de formação em economia solidária que é parte de uma ação do Estado.

A escolha por um curso de formação foi feita não por acaso. Percebe-se a formação como um dos eixos centrais da ES para dar visibilidade à proposta, para aumentar a coesão do movimento, pensar saídas conjuntas para os desafios que se colocarem à frente e para as pretensões emancipatórias que o movimento parece possuir. Poder-se-ia ter escolhido um curso qualquer, mas escolheu-se um que faz parte de uma política pública (ou programa) por entender-se que a depender de algumas variáveis essa ação importante poderia ganhar grande impulso a partir das ações e dos recursos do Estado, ou poderia apresentar grandes riscos ao movimento da ES. Ressalta-se, contudo, que pelo escopo da presente pesquisa não é possível afirmar se essa interação entre movimento de ES e Estado em sua totalidade é interessante desde o ponto de vista da ES, pois, trata-se no presente trabalho apenas de uma parte das políticas de economia solidária.

Para apurar se se tratava da primeira ou da segunda possibilidade, no caso específico do curso, propôs-se verificar a vertente de economia solidária em sua, considerada, pré-concepção, durante o percurso da política, e sua concretização. Buscou-se apreender também a noção de emancipação para duas finalidades: saber-se do que se trata a “busca da emancipação” nos objetivos gerais do centro de formação que abriga o curso e auxiliar na verificação de qual vertente de ES é predominante em cada uma dos três momentos destacados.

A divisão da análise dos resultados parte desse contexto que o curso está inserido e corresponde, de certa forma, à divisão dos momentos da política pública, principalmente, a pré-concepção, concepção e implementação. Achou-se melhor dividir as análises entre documentos, materiais e espaços do curso, por entender que em cada um desses momentos poderia haver atores diferentes e com interesses diversos com poder de influenciar os rumos do curso. Não se teve a intenção de observar todos os aspectos que envolviam a política, mas

apenas os que concerniam à vertente da economia solidária que prevalecia e as noções de emancipação que emergiam em cada situação.

A partir das análises foi possível perceber que a vertente da Economia Solidária Crítica ao Capitalismo prevalece tanto nos documentos, como nos materiais e nos espaços dos cursos. Os sentidos de emancipação também foram muito próximos e diziam respeito basicamente à superação da alienação do trabalho capitalista, à emancipação utópico-ontológica e à emancipação político-pragmática. Outras questões também emergiram dos dados como: consensos em torno da ideia de economia solidária; a reflexão sobre a adoção de um discurso moderado por parte da SENAES para aumentar suas possibilidades de parceria com outros órgãos públicos e entes federados; indício de dois projetos distintos de economia solidária dentro da vertente crítica ao capitalismo, um que privilegia a produção e outro que foca também na comercialização e no consumo; a escolha por um ou por outro projeto mais calcada nas necessidades momentâneas do que em posicionamentos ideológicos e teóricos bem fundamentados; e a grande afinidade da economia solidária no Brasil com a fé católico-cristã, principalmente a ligada aos movimentos de esquerda da Igreja como a Teologia da Libertação.

Os outros temas que emergiram dos dados, apresentadas acima, são alguns indícios que merecem pesquisas futuras para confirmação. Entende-se que o não desenvolvimento dessas questões é uma das limitações inerentes à proposta metodológica da presente pesquisa. A possibilidade de aprofundamento delas possivelmente traria maior conhecimento sobre a economia solidária no Brasil e de como suas características afetam as ações voltadas para a economia solidária que partem do Estado.

Há também outra limitação de ordem metodológica que ocorreu mais pelas circunstâncias do que por descuido ou escolha do pesquisador. Como se pesquisava sobre os sentidos que emergiam nos espaços do curso, seria interessante que a interpretação do pesquisador fosse reinterpretada pelos sujeitos da pesquisa para que houvesse uma correção ou negociação daquilo que se diz ter surgido nos espaços do curso. Isso, contudo, não foi possível dentre outras coisas pela dificuldade de colocar novamente juntas boa parte (ou todas) das pessoas do grupo, já que eram de diversas regiões diferentes de Minas.

Por fim, discutiram-se os pontos positivos do curso (suas potencialidades) e as suas limitações. Entendeu-se que a principal potencialidade é ter se aproximado de uma perspectiva crítica de formação e que suas principais limitações são a pouca participação dos educandos e o pouco tempo disponível para debates para tratar de um conteúdo complexo e extenso. Outra coisa que se chamou atenção foi a questão do arranjo criado para a elaboração e implementação da política da qual o curso estudado é parte. Entendeu-se que se deveu a esse arranjo, em grande medida, o afinamento entre as concepções de economia solidária nos documentos, nos materiais e nos espaços do curso.

7. REFERÊNCIAS

- ABRUCIO, F.L. **Os avanços e os dilemas do modelo pós-burocrático**: a reforma da administração pública à luz da experiência internacional recente. In: BRESSER PEREIRA, L.C.; SPINK, P. (Org.). *Reforma do Estado e administração pública gerencial*. São Paulo: FGV, 1999. p.173- 199.
- ADORNO, T.. **Educação e Emancipação**. São Paulo: Paz e Terra, 1995. AGAR, M. *The Professional Stranger: an informal introduction to ethnography*. 2 ed. San Diego: Academic Press, 1996.
- AGAR, G. *The Professional Strager: An Informal Introduction to Ethnography*. 2nd ed. New York: Academic Press, 1996
- ALBARRAN, L. N.B.; RAMIREZ, M. R.. *Revolucion agraria y cooperativismo en Cuba*. Havana: Ciências Sociais de Havana, 1989. 207p.
- ANDRÉ, M. E. D. A. **Etnografia da prática escolar**. 13. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2007.
- APPLE, M.. **Educação e Poder**. Porto Alegre: Artmed, 1989.
- _____. **Ideologia e Currículo**. Porto Alegre: Artmed, 2006. BARBOSA, R. N. C.. **A Economia Solidária como Política Pública**: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil. Cortez Editora. São Paulo, 2007.
- BARBOSA, R. N. C. **A Economia Solidária como Política Pública**: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil. Cortez Editora. São Paulo, 2007
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.
- BARRETO, V.. **Paulo Freire Para Educadores**. São Paulo: Arte & Ciência, 1998.
- BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C.. **A Reprodução**. Rio de Janeiro. Francisco Alves, 1975.
- CANÇADO, A. C. **Para a Apreensão de um Conceito de Cooperativa Popular**. In: Anais Enanpad 2005, CD-ROM.
- CARITAS INTERNATIONALI. **Cáritas Brasileira**. [on-line]. Disponível em: http://www.caritas.org/worldmap/latin_america/brazil.html. Acessado em: 29 de mar. 2011a.
- _____. **Caritas Internationali**. [on-line]. Disponível em: http://www.caritas.org/about/Caritas_Internationalis.html. Acessado em: 29 de mar. 2011b.
- CATTANI, A. D.. **Emancipação social**. In: CATTANI A. D.; LAVILLE. J. L.; GAIGER, L. I.; HESPANHA, P. (Coord.). *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Almedina, 2009. p 175-180. Disponível em: <http://www.jornaldomauss.org/periodico/wp-content/uploads/2009/06/dicionario-internacional-da-outra-economia.pdf> . Acessado em: 18 fev. 2011.

CHANIAL, P.; LAVILLE J. L.. **Associativismo**. In: CATTANI A. D.; LAVILLE. J. L.; GAIGER, L. I.; HESPANHA, P. (Coord.). Dicionário Internacional da Outra Economia. Coimbra: Almedina, 2009. p 21-25. Disponível em: <http://www.jornaldomauss.org/periodico/wp-content/uploads/2009/06/dicionario-internacional-da-outra-economia.pdf>. Acessado em: 5 out. 2011.

CLIFFORD, J. **A experiência etnográfica**: antropologia e literatura no século XX. Ed UFRJ, Rio de Janeiro, 1998.

CNBB. Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Setor Pastoral Social da CNBB. **O que é Pastoral Social?**. [on-line] Cartilhas de Pastoral Social, nº 1. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/cartilhas/dht/cartilha_pastoral_social.pdf. Acessado em 29 de fev. de 2012.

CORAGGIO, J. L..**Economia do Trabalho**. In:CATTANI A. D.; LAVILLE. J. L.; GAIGER, L. I.; HESPANHA, P. (Coord.). Dicionário Internacional da Outra Economia. Coimbra: Almedina, 2009, p.120-127. Disponível em: <http://www.jornaldomauss.org/periodico/wp-content/uploads/2009/06/dicionario-internacional-da-outra-economia.pdf> . Acessado em: 18 fev. 2011.

DAGNINO, R.; NOVAES, H. T., **As forças produtivas e a transição ao socialismo**: contrastando as concepções de Paul Singer e István Mészáros. In IV Colóquio Marx e Engels. Campinas, Cemarx – Unicamp, 2005.DEFOURNY, J. **Economia Social**. CATTANI A. D.; LAVILLE. J. L.; GAIGER, L. I.; HESPANHA, P. (Coord.). Dicionário Internacional da Outra Economia. Coimbra: Almedina, 2009. [on-line] Disponível em: <http://www.jornaldomauss.org/periodico/wp-content/uploads/2009/06/dicionario-internacional-da-outra-economia.pdf> . Acessado em: 06 jan. 2011.

ENGUITA, F. M.. **A Face Oculta da Escola**:educação e trabalho no capitalismo. Porto Alegre: Artmed, 1989.

FARIA, A. L. G. de. **Ideologia no Livro Didático**. São Paulo: Cortez, 1994.

FBES. Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Secretaria Executiva. **A trajetória do Movimento da Economia Solidária no Brasil**: do Fórum Social Mundial (FSM) ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) p. 1-2 ; **Princípios da Economia Solidária** [reprodução da Carta de Princípios da Economia Solidária] p. 3-5; & **Plataforma da Economia Solidária**, p. 6-10. [on-line] Disponível em: http://www.itcp.coppe.ufrj.br/rede_gestores/pdfs/5_principios.pdf. Acessado em: 24 de nov. de 2010.

_____. **O Fórum Brasileiro de Economia Solidária**. [on-line] Disponível em: http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=61&Itemid=57 . Acessado em: 30 set 2011

FSM, Fórum Social Mundial. **O que é o Fórum Social Mundial?**. [on-line] 2004. Disponível em: http://www.forumsocialmundial.org.br/main.php?id_menu=19&cd_language=1. Acessado em: 13 de jan. 2010.

FRANÇA FILHO, G. C. **Teoria e prática em economia solidária**: problemática, desafios e vocação. In Civitas, Revista de ciências sociais, Porto Alegre, v.7, no. 1, p. 155-174, jan. - jul. 2007.

FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE, J. L.. **Economia Solidária** – uma abordagem internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

FREIRE, P.. **A importância do Ato de Ler**: três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 1989.

_____. **Pedagogia do Oprimido** Porto Alegre: Artmed, 2002.

FREITAG, B.. **O Livro Didático em Questão**. São Paulo: Cortez, 1993.

GADOTTI, M.. **Concepção Dialética da Educação**. São Paulo: Cortez, 1988.

_____. **Educação e Poder**: introdução a pedagogia do conflito. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. **Pedagogia da Práxis**. São Paulo: Cortez : Instituto Paulo Freire, 1995.

GAIGER, L. I. G. **A Economia Solidária diante do modo de produção capitalista**. CADERNO CRH, Salvador , n. 39, p. 181-211, jul./dez. 2003. Disponível em: http://www.ufpa.br/itcps/documentos/eco_sol_mod_cap.pdf. Acessado em: 27 fev. 2012.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GIROUX, H.. **Cruzando as Fronteiras do Discurso Educacional**: novas políticas em educação. Porto Alegre: Artmed, 1999.

_____. **Teoria Crítica e Resistência em Educação**: para além das teorias de reprodução. Rio de Janeiro: Vozes, 1986..

GONZÁLEZ REY, F. L. **Pesquisa qualitativa e Subjetividade**: os processos de construção da informação. Tradução de Marcel Aristides Ferrada Silva. São Paulo: Thomson Pioneira, 2005.

GUIMARÃES, S.; FREIRE, P.. **Sobre a Educação**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

GUSTIN, M. B. S. **Das Necessidades Humanas aos Direitos**: Ensaio de sociologia e filosofia do direito. Belo Horizonte: Del Rey, 1999.

_____. **Resgate dos Direitos Humanos em situações adversas de países periféricos**. s/d. [on-line] Disponível em: <http://elocidadania.org.br/textos/miracy.htm>. Acessado em: 20 de nov. 2009.

HESSEN, J. **Teoria do conhecimento**. Tradução de João Vergílio Gallerani Cuter. Editora Martins Fontes, São Paulo, 2000.

HORKHEIMER, M. **Teoria Tradicional e Teoria Crítica**. In: BENJAMIN, W.; HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W.; HABERMAS, J. Textos Escolhidos. São Paulo,

Abril Cultural, 1983. LÉVI-STRAUSS, C.. **Antropologia estrutural**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1970.

IMS, Instituto Marista de Solidariedade. **Centro de Formação em Economia Solidária da Região Sudeste- CFE/SE (2008-2010)**. [on-line] 2008. Disponível em [http://www.google.com.br/url?sa=t&source=web&cd=4&ved=0CCoQFjAD&url=http%3A%2F%2Fcirandas.net%2Fcfes-rj%2Fo-projeto%2Fo-projeto%3Fview%3Dtrue&rct=j&q=Centro%20de%20Forma%C3%A7%C3%A3o%20em%20Economia%20Solid%C3%A1ria%20da%20Regi%C3%A3o%20Sudeste%20CFES%2FSE%20\(2008-2010\)&ei=BwuaTdqaFsa_tgfs1-z5Cw&usg=AFQjCNEtWSpfMGJDZC0tRu_Ygl4N4yvJnA](http://www.google.com.br/url?sa=t&source=web&cd=4&ved=0CCoQFjAD&url=http%3A%2F%2Fcirandas.net%2Fcfes-rj%2Fo-projeto%2Fo-projeto%3Fview%3Dtrue&rct=j&q=Centro%20de%20Forma%C3%A7%C3%A3o%20em%20Economia%20Solid%C3%A1ria%20da%20Regi%C3%A3o%20Sudeste%20CFES%2FSE%20(2008-2010)&ei=BwuaTdqaFsa_tgfs1-z5Cw&usg=AFQjCNEtWSpfMGJDZC0tRu_Ygl4N4yvJnA). Acessado em: 18 de dez. 2010.

KAUTSKY, K.. **As sociedades cooperativas**. In: KAUTSKY, K. A questão agrária. Porto: Portucalense, 1972. p.161-177.

LIBÂNEO, J. C.. **Adeus Professor, Adeus Professora?**. Novas exigências educacionais e profissão docente. São Paulo: Cortez, 2003.

LIMA, J. C. **As artimanhas da flexibilização**: o trabalho terceirizado em cooperativas de produção. São Paulo: Terceira Margem, 2002.

LUXEMBURGO, R. de. **Reforma ou revolução?**. São Paulo: Global Editora, 1986. 124p.

MANCE, E. A.. **Economia Solidária: um novo paradigma?**. Apresentado no Seminário Catarinense de Economia Solidária. Florianópolis, maio de 2000 Disponível em : <http://www.solidarius.com.br/mance/biblioteca/economia2.htm>. Acessado: mar. de 2012.

MARCUSE, H.. **Razão e Revolução**. São Paulo: Paz e Terra, 1978.

MARISTA. **Instituto Marista de Solidariedade**. [on-line]. Disponível em: <http://marista.edu.br/2009/02/26/instituto-marista-de-solidariedade-ims/>. Acessado em: 28 de mar. 2011.

MAURER JUNIOR, T. M. **O cooperativismo**: uma economia humana. São Paulo: Pioneira- Metodista, 1966. 328 p.

MCLAREN, P.. **A Vida nas Escolas**: uma introdução à pedagogia crítica nos fundamentos da educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

MINAYO, M. C. S. **O Desafio do Conhecimento**: Pesquisa Qualitativa em Saúde. 3ª Ed. São Paulo-Rio de Janeiro: HUCITEC-ABRASCO. 1994. 269 p.

MOTTA, E. S. M. G. **A ‘outra economia’**: um olhar etnográfico sobre a Economia Solidária. 2004. 102 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - UFRJ/ Museu Nacional/ Programa de Pós-graduação em Antropologia Social. Rio de Janeiro, UFRJ/ Museu Nacional, 2004.

MTE, Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Atlas da Economia Solidária no Brasil – 2005**. Brasília, 2006. [on-line] Disponível em: http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies_atlas.asp. Acessado em: 30 de set. de 2011.

_____. Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Formação de Formadores(as), Educadores(as) e Gestores Públicos para Atuação em Economia Solidária.** [on-line] Disponível em: http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_formacao.asp. Acessado em: 24 de nov. de 2010(a).

_____. Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Histórico.** [on-line] Disponível em: http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/secretaria_nacional_historico.asp. Acessado em: 24 de nov. de 2010(b).

_____. Secretaria Nacional de Economia Solidária. **O que é Economia Solidária.** [on-line] Disponível em: http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/ecosolidaria_oque.asp Acessado em: 28 de set. de 2011.

_____. Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Seleção de instituições para implantação de Centros de Formação em Economia Solidária- CFES (2007 a 2010).** 2007. [on-line] Disponível em: http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_selecao_insti_cfes_2007_4.pdf. Acessado em: 03 de out. de 2009.

_____. Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Termo de referência para implantação dos Centros de Formação em Economia Solidária- CFES.** [on-line] Disponível em: http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812B35FA90012B4BF2FAFE7B5D/prog_formacao_termo_anexo1.pdf. Acessado em: 24 de nov. de 2010(c).

NAGANO, M. S., MARQUES, D. S. P., MERLO, E. M. **Economia de Comunhão e Redes de Empresas:** Estudo de Caso e Análise de Conteúdo. [on-line] Revista da FAE, v. 10, p. 115-129, 2008.

NAMORADO, R. **Cooperativismo.** In: CATTANI A. D.; LAVILLE. J. L.; GAIGER, L. I.; HESPANHA, P. (Coord.). Dicionário Internacional da Outra Economia. Coimbra: Almedina, 2009. p. 96-102. [on-line] Disponível em: <http://www.jornaldomauss.org/periodico/wp-content/uploads/2009/06/dicionario-internacional-da-outra-economia.pdf>. Acessado em: 5 out. 2011.

NOSELLA, M. L. C. D.. **As Belas Mentiras:** a ideologia subjacente aos textos didáticos, 1979.

OLIVEIRA, R.C. **O trabalho do antropólogo:** olhar, ouvir, escrever. Revista de Antropologia-USP, São Paulo, 1996,13-37.

OLIVEIRA, B. A. M. **As cooperativas populares e seus desafios, limites e possibilidades:** casos de cooperativas da cidade do Rio de Janeiro. 2006. 245 p Tese (Doutorado em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade)-Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2006.

PARSONS, T.. **La estructura de la acción social :** estudio de teoría social, con referencia a un grupo de recientes escritores europeos. Madrid: Guadarrama, 1968. 2v.

_____. **O sistema das sociedades modernas.** São Paulo: Pioneira, 1974.

PERRITON, L.; REYNOLDS, M.. **Critical Management Education: From Pedagogy of Possibility to Pedagogy of Refusal?** *Management Learning*. v. 35, n. 1, p 61-77, London, 2004.

PIKE, K. L. *Language in relation to a unified theory of structure of human behavior.* Glendale: Summer Institute of linguistics, 1954.

PINHEIRO, D. C. **A educação e a gestão na Economia Solidária:** um estudo sobre os processos de formação nas Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

PINHO, D. B.. **Doutrina cooperativa nos regimes capitalista e socialista.** São Paulo: Pioneira, 1965. 168 p.

POCHMANN, M. **O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século.** 3ª ed., São Paulo, Contexto, 1999.

PUCCI, B. (org.). **Teoria Crítica e Educação:** a questão cultural na Escola de Frankfurt. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

SANTOS, B. S. **Para um novo senso comum:** a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. VI. A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. 3ª edição. São Paulo, Cortez, 2001.

_____. **Pela mão de Alice:** o social e o político na pós-modernidade. 7ªed. São Paulo, Cortez, 2000.

_____.(org.). **Produzir para viver:** os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SANTOS, B. S.; RODRÍGUEZ, C. **Introdução:** para ampliar o cânone da produção. In: SANTOS, B. S.(org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SARAIVA, E. V. **Um ‘Pax de Deux’ da Estratégia com a Arte:** As Práticas da Companhia de Dança Grupo Corpo. Tese de Doutorado. Belo Horizonte: Cepead/UFMG, 2009.

SAVIANI, D.. **Política e Educação no Brasil.** São Paulo: Autores Associados, 2003.

SCHWENGBER, A. M. **Diretrizes para uma política pública de economia solidária no Brasil:** a contribuição da rede de gestores. São Paulo: ITCP/USP, 2005. Disponível em: <<http://www.itcp.usp.br/drupal/files/itcp.usp.br/Angela%20Pol%20Pub.pdf>>. Acessado em: 09 mar. 2012.

SEVERINO. **Prefácio.** In: FREIRE, P.. *A importância do Ato de Ler: três artigos que se completam.* São Paulo: Cortez, 1989.

SILVA, A. O. da. **Pedagogia Libertária e Pedagogia Crítica**. Revista Espaço Acadêmico, n. 42, Novembro, 2004. [on-line] Disponível em http://www.espacoacademico.com.br/042/42pc_critica.htm. Acessado em 21 de mar. de 2011.

SILVA, J. R. S.; ALMEIDA, C. D. de; GUINDANI, J. F. **Pesquisa documental**: pistas teóricas e metodológicas. Revista Brasileira de História e Ciências Sociais, ano 1, n. 1, p. 1-15, jul. 2009. [on-line] Disponível em: http://www.rbhcs.com/index_arquivos/Artigo.Pesquisa%20documental.pdf. Acessado em: 17 de mar. 2011.

SILVA, T. T. da. **Documentos de Identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SILVA JR., J. T. **Gestão, fato associativo & economia solidária**: a experiência da ASMOCONP/Banco Palmas, 2004. 99 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

SIMAN, A. M.. **Políticas Públicas**: a implementação como objeto de reflexão teórica e como desafio prático. 2005. 174 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005

SINGER, P. **A recente resurreição da economia solidária no Brasil**. In: SANTOS, B. S.(org.). Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. **Introdução a economia solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. **Políticas Públicas da Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego**. In: Textos de Discussão IPEA - Mercado de Trabalho, no. 39, Maio de 2009.

_____. **Prefácio: um olhar diferente sobre a Economia Solidária**. In: FRANÇA FILHO, G. C. e LAVILLE, J. L.. Economia Solidária – uma abordagem internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, 5-9.

SORJ, B. **As sete faces da sociedade brasileira**. In: A nova sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 2000. (11-35)

TORRES, C. A.. **Educação, Poder e Biografia Pessoal**: diálogo com educadores críticos. Porto Alegre: Artmed, 2000.

WELLEN, H. A. R.. **Contribuição à crítica da 'economia solidária'**. Rev. katálysis [on-line]. 2008, vol.11, n.1, pp. 105-115.

WOLCOTT, H.F.. *Ethnographic research in education*. In: JAEGER, R.M. (ed). Complementary methods for research in education. Washington, D.C.: American Educational Research Association, 1988, p.187-210.

ZUIN, A. A. S.; PUCCI, B.; e RAMOS-DE-OLIVEIRA, N.. **Adorno**: o poder educativo do pensamento crítico. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

_____. **Ensaio Frankfurtianos**. São Paulo: Cortez, 2004.

ANEXO I- Cronologia do surgimento da SENAES e do FBES

Cronologia do surgimento da SENAES e do FBES (adaptado de MOTTA, 2004)

2001

Jan- I Fórum Social Mundial em Porto Alegre, RS

2002

Jan- II Fórum Social Mundial em Porto Alegre, RS

Out- I Plenária Nacional de Economia Solidária em São Paulo (elaboração da “Carta ao Governo Lula”)

Eleições estaduais e presidencial

Eleição de Lula para presidente

2003

Jan- III Fórum Social Mundial em Porto Alegre, RS

II Plenária Nacional de Economia Solidária (durante o III FSM)

Anúncio Público da criação da SENAES (durante o II Plenária Nacional de Economia Solidária) e do CNES (Conselho Nacional de Economia Solidária).

Jun- Posse de Paul Singer como titular da SENAES

III Plenária Nacional de Economia Solidária

Criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (durante a III Plenária Nacional)

ANEXO II – O *corpus* da pesquisa

Documentos

Do FBES:

FBES. Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Secretaria Executiva. **A trajetória do Movimento da Economia Solidária no Brasil:** do Fórum Social Mundial (FSM) ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) p. 1-2 ; **Princípios da Economia Solidária** [reprodução da Carta de Princípios da Economia Solidária] p. 3-5; & **Plataforma da Economia Solidária**, p. 6-10. Disponível em:

http://www.itcp.coppe.ufrj.br/rede_gestores/pdfs/5_principios.pdf. Acessado em: 24 de nov. de 2010.

FBES, Fórum Brasileiro de Economia Solidária; SENAES, Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Por uma política pública de formação em economia solidária.** Brasília, 2007. Disponível em:

http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=480&Itemid=216. Acessado em: 16 de nov. de 2011

FBES. Fórum Brasileiro de Economia Solidária. **IV Plenária Nacional de Economia Solidária: Relatório Final.** Luziânia-GO, 4 de Junho de 2008. Disponível em:

http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=379&Itemid=216. Acessado em: 28 de set. de 2011

Da SENAES:

MTE, Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Termo de referência para implantação dos Centros de Formação em Economia Solidária- CFES1.** Disponível em:

http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812B35FA90012B4BF2FAFE7B5D/prog_formacao_termo_anexo1.pdf. Acessado em: 24 de nov. de 2010.

MTE. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Seleção de instituições para implantação de Centros de Formação em Economia Solidária- CFES (2007 a 2010).** 2007. Disponível em:

http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_selecao_insti_cfes_2007_4.pdf. Acessado em: 03 de out. de 2009

MTE. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária. **O que é Economia Solidária.** [on-line] Disponível em:

http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/ecosolidaria_oque.asp Acessado em: 28 de set. de 2011.

Do CNES:

CNES, Conselho Nacional de Economia Solidária; CTFAT, Comitê Temático de Formação e Assistência Técnica. **Educação em Economia Solidária:** formação e assessoria técnica.

Abril, 2010. Disponível em: <http://www.brasilautogestionario.org/wp->

content/uploads/2010/04/Relat%C3%B3rio-Final-Conf-Tematica-Forma%C3%A7%C3%A3o-e-Assessoria-Tecnica_abril_2010.pdf. Acessado em: 25 de mar. de 2010.

Do IMS:

IMS, Instituto Marista de Solidariedade. **Centro de Formação em Economia Solidária da Região Sudeste- CFE/SE (2008-2010)**. [on-line] 2008. Disponível em [http://www.google.com.br/url?sa=t&source=web&cd=4&ved=0CCoQFjAD&url=http%3A%2F%2Fcirandas.net%2Fcfes-rj%2Fo-projeto%2Fo-projeto%3Fview%3Dtrue&rct=j&q=Centro%20de%20Forma%C3%A7%C3%A3o%20em%20Economia%20Solid%C3%A1ria%20da%20Regi%C3%A3o%20Sudeste%20CFES%2FSE%20\(2008-2010\)&ei=BwuaTdqaFsa_tgfs1-z5Cw&usg=AFQjCNEtWSpfMGJDZC0tRu_Ygl4N4yvJnA](http://www.google.com.br/url?sa=t&source=web&cd=4&ved=0CCoQFjAD&url=http%3A%2F%2Fcirandas.net%2Fcfes-rj%2Fo-projeto%2Fo-projeto%3Fview%3Dtrue&rct=j&q=Centro%20de%20Forma%C3%A7%C3%A3o%20em%20Economia%20Solid%C3%A1ria%20da%20Regi%C3%A3o%20Sudeste%20CFES%2FSE%20(2008-2010)&ei=BwuaTdqaFsa_tgfs1-z5Cw&usg=AFQjCNEtWSpfMGJDZC0tRu_Ygl4N4yvJnA). Acessado em: 18 de dez. 2010.

Material distribuído no curso de Formação

Textos do Caderno de Textos do primeiro módulo:

ALBORNOZ, S. **O que é o trabalho?** Coleção primeiros passos. In: CFES-SE. Centro de Formação de Economia Solidária Região Sudeste. Caderno de textos, primeiro módulo do Curso Estadual Minas Gerais. Formação de Formadores em Economia Solidária. Belo Horizonte, 2011.

CEPIS, Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae. **A História da Sociedade**. 2008. In: CFES-SE. Centro de Formação de Economia Solidária Região Sudeste. Caderno de textos, primeiro módulo do Curso Estadual Minas Gerais. Formação de Formadores em Economia Solidária. Belo Horizonte, 2011.

Textos do Caderno de Textos do terceiro módulo:

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25ª Ed. In: CFES-SE. Centro de Formação de Economia Solidária Região Sudeste. Caderno de textos, terceiro módulo do Curso Estadual Minas Gerais. Formação de Formadores em Economia Solidária. Belo Horizonte, 2011.

NOBRE, M. **Economia Solidária e Economia Feminina**. In: CFES-SE. Centro de Formação de Economia Solidária Região Sudeste. Caderno de textos, terceiro módulo do Curso Estadual Minas Gerais. Formação de Formadores em Economia Solidária. Belo Horizonte, 2011.

Porque o mundo é dos Homens? In: CFES-SE. Centro de Formação de Economia Solidária Região Sudeste. Caderno de textos, terceiro módulo do Curso Estadual Minas Gerais. Formação de Formadores em Economia Solidária. Belo Horizonte, 2011.

Cadernos (cartilhas) da série trocando ideias:

IMS, Instituto Marista de Solidariedade. **Caderno 1- Comércio justo e solidário**. 2010a. Disponível em: <http://sites.marista.edu.br/ims/files/2011/05/S%C3%A9rie-Trocando-Id%C3%A9ias-1-Comercio-Justo-e-Solidario.pdf>

_____. **Caderno 2- Comercialização solidária**. 2010b. Disponível em: <http://sites.marista.edu.br/ims/files/2011/08/S%C3%A9rie-Trocando-Id%C3%A9ias-2-Marcas-e-Pontos-Fixos-de-Comercializacao-Solidaria.pdf>

_____. **Caderno 3- Consumo e economia solidária**. 2010c. Disponível em: <http://sites.marista.edu.br/ims/files/2011/08/S%C3%A9rie-Trocando-Id%C3%A9ias-3-Consumo-e-Economia-Solidaria.pdf>

_____. **Caderno 4- Desenvolvimento sustentável e Economia Solidária**. 2010d. Disponível em: <http://sites.marista.edu.br/ims/files/2011/08/S%C3%A9rie-Trocando-Id%C3%A9ias-4-Desenvolvimento-Sustentavel-e-Economia-Solidaria.pdf>

Cartilhas da campanha de mobilização do FBES e da SENAES:

MTE, Ministério do Trabalho e Emprego; SENAES. Secretaria Nacional de Economia Solidária; FBES, Fórum Brasileiro de Economia Solidária. **Manual para formadores: descobrindo que outra economia acontece**. Cartilha da Campanha Nacional de Divulgação e Mobilização Social- Brasília: MTE, SENAES, FBES, 2007b. 48p. Disponível em: http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/impresso4_manual_48pg_web.pdf

MTE, Ministério do Trabalho e Emprego; SENAES. Secretaria Nacional de Economia Solidária; FBES, Fórum Brasileiro de Economia Solidária. **Economia Solidária, outra economia acontece**: Cartilha da Campanha Nacional de Mobilização Social- Brasília: MTE, SENAES, FBES, 2007. 36p. Disponível em: http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/impresso3_cartilha_32pg_web.pdf

Economia Solidária: uma outra economia acontece!. 2006.

Vídeos:

Documentário Outra Economia Acontece. 25'.

Vídeo Institucional “Outra Economia Acontece”. 12'.

Dados recolhidos em sala de aula

Diário de campo com 35 páginas.

39 arquivos de áudio num total aproximado de 37 horas e meia.

110 vídeos de 3 minutos cada um, no total aproximado de 5 horas e meia.

ANEXO III – Participantes do Curso

Participantes (nomes fictícios)

Coordenadora- Maria– “estou nesse projeto pelo instituto marista de solidariedade e moro em contagem, na região metropolitana de B.H.. Eu faço assessoria pedagógica no centro de formação em economia solidária do sudeste”.

Equipe Coordenação 1- Ana– “to morando em Alfenas e trabalho com comercialização solidária, a gente está na coordenação do núcleo do centro de formação em economia solidária Rosa dos Ventos. Trabalho com agricultura familiar (...) tô no movimento sem terra e no coletivo de formação em economia solidária e (...) outras iniciativas também”.

Equipe Coordenação 2- José– “sou o técnico em arte do Centro Público de Economia Solidária de Belo Horizonte. Meu papel hoje é trabalhar com assessoria em artes. Desenvolver design, uma série de coisas. Fui professor na rede municipal de Belo Horizonte, fiz parte de um grupo que chamava NEA, no Barreiro. Sou artista plástico e pro que precisar estou a disposição de todo vocês.

Equipe Coordenação 3- Francisca - “trabalho no ministério do trabalho na superintendência regional do trabalho de minas gerais na seção de economia solidária”.

Auxiliar do Facilitador 1- Antônio– “militante da intersindical”.

Facilitador 1– João - “sou do fórum nacional de monitores do núcleo de educação popular 13 de maio”.

Facilitador 2- Antônia - “sou psicóloga de formação, faço psicologia social de grupos e psicologia da educação, e sou veia de estrada. Desde a década de 80 que eu trabalho com camponeses e trabalho com grupos populares de movimentos sociais (...). Atualmente sou professora aqui em Belo Horizonte (...).

Facilitador 3- Francisco “sou professor da UFF e adepto do movimento simplicidade voluntária”.

Facilitador 4- Luiz -

Facilitador 5- Márcia -

Auxiliar do facilitador 5- Adriana - “sou militante da marcha mundial das mulheres. Trabalho em Belo Horizonte e minha área de atuação ta bem voltada para a agricultura urbana e por isso também eu estou na economia solidária”.

Participante 1 - Sandra - “sou de Guaxupé, faço parte da associação pró-cidadania e estamos começando a implantar o sistema lá na nossa cidade”.

Participante 2 - Josefa - “mexo com economia solidária em Rondônia e pretendo mudar aqui para belo horizonte”.

Participante 3- Patrícia - “sou de Alfenas, sou gestora pública e to começando a fazer parte da rede de estruturação da regional de Alfenas”.

Participante 4- Vera - “sou de Poços de Caldas, sou estudante de psicologia da PUC. A gente ta tentando montar uma incubadora lá. Isso é um sonho. Também faço parte do centro de formação Rosa dos Ventos”.

Participante 5- Raimunda - “sou da regional noroeste, de Paracatu”.

Participante 6- Sônia - “sou do noroeste de Minas, de Arinos, e to representando a associação comunitária de arte e cultura de Arinos. Sou líder da pastoral da criança e comecei a fazer parte do comitê de mulheres para a cidadania”.

Participante 7- Rosa - “sou do noroeste, faço parte do sindicato dos trabalhadores rurais, coordeno um empreendimento de mulheres e faço parte do território de cidadania das mulheres também”.

Participante 8- Terezinha - “sou da região norte, de Pirapora, sou presidente de uma cooperativa de confecção que está inserida na economia popular solidária”.

Participante 9- Januária- “do vale do Jequitonha, faço parte da escola família agrícola, sou conselheira do território de cidadania também”.

Participante 10- Paulo - “sou do norte de minas, de Montes Claros, e estou na incubadora da universidade federal de montes claros”.

Participante 11- Carlos - “faço parte da associação de artesãos de Araguari”.

Participante 12- Luciana - “sou da região do triângulo, de Uberlândia, faço parte do fórum regional de economia solidaria e de outros movimentos populares também. Faço parte da agricultura familiar. Sou militante do movimento social e tamo tentando também colocar a questão da dentro das áreas já assentadas e em áreas em que tamos ainda no processo de ocupação. Que a gente entende que a construção da economia se dá no início de todo o processo”.

Participante 13- Manoel - “sou estudante de economia, moro em Varginha e sou participante da ITCP da UNIFAL de Varginha,(...) eu trabalho com diferentes empreendimentos solidários, mas não na prática só no apoio”.

Participante 14- Emanuella - “sou do Vale do Rio Doce, de Gov. Valadares e faço parte da Associação das Artesãs Força e Vida do Turmalina”.

Participante 15- Rita - “sou da região do triângulo. Faço artesanato”.

Participante 16- Juliana - “sou de Itinga, Vale do Jequitonha, sou agente de desenvolvimento local e sou representante do projeto gold da AMOVAJE (Associação das Mulheres Organizadas do Vale do Jequitonha), sou líder da pastoral da criança também e agora to fazendo um curso de políticas públicas e raça.”

Participante 17- Pedro - “sou do Triângulo Mineiro. Trabalho na prefeitura, na Secretaria de Desenvolvimento Social e coordeno o setor de geração de emprego e renda”.

Participante 18- Marcos - “sou da regional do Rio Doce, de Valadares, sou psicólogo e lá eu represento o conselho regional de psicologia como apoio. Também sou agente da pastoral da

comunidade que trabalha com o pessoal da dependência química e tenho uns outros trabalhos voluntários na cidade. E tenho muito envolvimento com a comunidade”.

Participante 19- Carla- “sou da Zona da Mata, de Leopoldina”.

Participante 20- Raimundo - “faço parte da associação Matias Barbosa, uma associação de artesãos”.

Participante 21- Andrea- “sou de Governador Valadares, trabalho com grupo de mulheres e assentados.”

Participante 22- Glênia- “trabalho com desenvolvimento comunitário, projetos sociais. Tô numa iniciativa não-governamental com foco na reabilitação psicossocial de portadores de sofrimento mental”.

Participante 23- Isabelita- “sou do triângulo mineiro, de Uberaba, faço parte de comercialização em economia solidária do fórum municipal de economia solidária de Uberaba. Sou licenciada em pedagogia, sou professora aposentada e trabalho com artesanato”.

Participante 24- Angélica- “de Juiz de Fora, Zona da Mata, hoje eu sou integrante da cooperativa de portadores de deficientes e como agente local de desenvolvimento do Brasil local. Faço parte da coordenadoria da mulher de Juiz de Fora. E sou uma das que formou agora no curso de formadores de economia solidária, e [atuo em]outros movimentos mais”.

Participante 25- Neusa- “sou da Zona da Mata, de Juiz de Fora, to aqui hoje também como agente de desenvolvimento local da Unisol e sou coordenadora da Tenda de Minas Solidária de Juiz de Fora e trabalho com previdenciários, menores infratores, população de rua, creas e cras da região. E sou também coordenadora do projeto ‘(inaudível) que geram arte’. Também faço parte da rede de empreendimentos solidários”.

Participante 26- Geralda- “sou da região metropolitana, nós temos um empreendimento que é a usina da bolsa no qual trabalham seis mulheres”.

Participante 27- Solange- “sou do triângulo mineiro”.

Participante 28- Cleuza- “sou de um empreendimento, sou de Esmeraldas, da região metropolitana (inaudível)”.

Participante 29- Cristina-“sou da região norte, de Pirapora, nos temos uma cooperativa de reciclagem e também de artesãos. Nós fazemos vassouras e arte em PVC e somos mais de 32 cooperados”.

Participante 30- Catarina- “sou professora de artes plásticas e presidente da feira de arte do ibituruna. Faço parte do fórum municipal do Rio Doce e do sindicato dos trabalhadores rurais que apóiam a economia solidária no Vale do Rio Doce”.

Participante 31- Sebastião (eu)- “sou estudante de mestrado. Estou fazendo o curso como ouvinte. A minha proposta era vir para o curso para aprender mais sobre economia solidária e para estudar o curso também. Como vivência em economia solidária eu montei uma cooperativa de cerveja com alguns amigos meus, que ainda não está produzindo cerveja. A gente só compra, a gente não ta produzindo ainda não. E a gente tentou também lá na UFMG uma incubadora de cooperativas, mas

ficou só no grupo de estudos mesmo. Montamos um grupo de estudos pra tocar uma incubadora, mas não chegamos a esse ponto”.

Participante 32- Marcelo - “sou de viçosa, faço Ciências Sociais, faço parte da ITCP e trabalho na gestão da “amar (?)” que é uma associação do MST, trabalho no apoio aos empreendimentos solidários”.

Participante 33- Valéria- “sou do extremo norte do sertão de Minas, manga é minha terrinha”.

Participante 34- Júnia- “sou de Barbacena, trabalho na coordenação de agricultura familiar e economia solidaria. Faço parte do fórum municipal de economia solidária”.

Participante 35- Marina- “faço parte do grupo catadores de chita, atualmente eu estou em um empreendimento e no Brasil Local como agente de desenvolvimento local.

Participante 36- Jorge -

Participante 37- Bárbara-

Participante 38- Glória- “sou da região nordeste de Minas, de Itinga. Eu sou engenheira de alimentos e trabalho com agricultura. Sou responsável pelos projetos da segurança alimentar, faço parte do fórum regional de economia solidária”.

Participante 39- Adriana- “sou de montes claros e sou vice-secretária da associação do coletivo de mulheres do norte de minas”.

Participante 40 –Lorena- “eu sou de Belo Horizonte, trabalho na rede de intercambio que trabalha com agricultura urbana e agricultura familiar. Sou administradora”.

Participante 41- Gertrudes- “sou de Itaobim, faço parte do fórum regional das vertentes”.

Participante 42- Vanderléia- “sou de montes claros, norte de minas, eu coordeno dois empreendimentos de produção e comercialização, e também sou articuladora do fórum regional de economia solidária e o estadual também.